APRESENTAÇÃO DA SÉRIE
MEMÓRIA INCRA

Nesta série estão entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores, . Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037. Todas as entrevistas desta pesquisa foram catalogadas na mesma série, tendo em vista a importância das informações contidas para o histórico da instituição.

Entrevistas disponíveis até o momento:

- **Albino Fonseca Neto da Silva**
- **Alceu Azevedo**
- **Angela Neves**
- **Antonio Gonzalez**
- **Carlos Nascimento**
- **Claro Freitas**
- **Dryden de Castro Arezzo**
- **Eduardo Freire**
- **Elias Pessoa de Carvalho**
- **Elizabeth Prescott Ferraz**
- **Eudes Leão de Souza Pinto**
- **Eva Sardinha**
- **Fernando Calicchio**
- **Fernando Mara**
- **Fernando Scott**
- **Francisco Orlando Costa Muniz**
- **Germano de Rezende Foster**
- **Gilberto Bampi**
- **Hugo da Rosa Maria Silveira Herédia**
- **Iraci Afonso Moura**
- **João Mendonça**
- **José Geraldo e Iracema Camargo**
- **Jovita Valente**
- **Julio Ramirez**
- **Maria Luiza Golin**
- **Odair Zanata**
- **Osmar Fávero**
- **Oswaldo Martins de Souza**
- **Paulo Alberto Schmidt**

- **Paulo Gomes da Silva**
- **Paulo Yokota**
- **Raimundo João Amorim**
- **Raimundo Nonato Pinheiro Alves**
- **Raul David do Vale Júnior**
- **Rita de Cássia Rangel Lacerda**
- **Rolf Hackbart**
- **Rubens Amaro de Souza**
- **Sá Martins (Coronel)**
- **Sebastião Azevedo**
- **Sonia Feitosa**
- **Sylvio Loreto**

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Albino Fonseca Neto da Silva
DADOS BIOGRÁFICOS: Funcionário do Incra. Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal de Viçosa. Trabalhou na região norte do país, sobretudo na implantação de projetos de colonização em áreas de floresta, coordenando a construção de agrovilas na região da Transamazônica.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 27/7/2005
LOCAL: Brasília, DF
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/En MI.k7.alfo	04 Fitas K7 / 60min	Não	Fitas em bom estado físico. Áudio regular (som estourado). Fitas 1 e 2 contém, em um dos lados, áudio idêntico. Optou-se pelo melhor deles.
MP3	MSPP/En MI.mp3.alfo	03h04min	Sim	Fitas reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/En MI.trans.alfo	43 páginas	Sim	Digitada/revisada

DESCRITORES:

Agrópolis (PA)
Agrovila
Altamira (PA)
Amazônia
Ceat – Coordenadoria Especial do Araguaia Tocantins
Colono
Cooperativismo
DER – Departamento de Estradas e Rodagens
Desapropriação de terra
Ditadura militar (1964-1985)
Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Escola Nacional de Agronomia
Extração de madeira
Getat – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
Governo Collor (1990-1992)
Governo Médici (1969-1974)
Grilagem
Grileiro
Guarda rural
Guerrilha do Araguaia
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Instituto Agronômico do Norte
Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste
José Francisco de Moura Cavalcante (presidente do Incra)
Marabá (PA)
Meaf - Ministério Especial para Assuntos Fundiários
Ministério da Agricultura
OEA – Organização dos Estados Americanos
Pacal – Projeto Agro-Canavieiro Abraham Lincoln
Pistoleiro
Projeto de colonização
Questão fundiária
Rondônia
Rurópolis (PA)
Sete Lagoas (MG)
Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Transamazônica

SUMÁRIO:

Fita 1, Lado único: Narra sua trajetória profissional, desde a sua graduação, passando pelo período em que foi professor da Escola Nacional de Agronomia, funcionário do Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste, do Instituto Agronômico do Norte, Delegado Regional do Inda, até se tornar chefe do Incra, quando da estruturação do órgão, promovido através da fusão do então Ibra e Inda;

Fita 2, Lado a: Fala sobre o trabalho na Transamazônica e explica como se dava a construção de agrovilas nesta região, destacando como era o oferecimento de serviços públicos nestes espaços e suas estruturas; volta a falar sobre o seu trabalho em relação à Transamazônica, no qual acompanhava todos os serviços feitos pelo Incra em toda a sua extensão, principalmente o serviço de colonização; discorre sobre o processo de venda de lotes pelos colonos da Transamazônica, que deixaram sua terra para ir para Rondônia, onde tinham mais benefícios – os "posseiros profissionais", ou seja, os colonos que não tinham vocação agrícola, como ele denominou; fala sobre o processo de grilagem em algumas áreas do norte do país, principalmente na Amazônia Legal; comenta sobre a relação do Incra com os serralheiros e com os colonos que extraíam madeiras; explica como se dava o processo de distribuição dos colonos chegados de diferentes regiões do país para ocupar os lotes na Amazônia;

Fita 2, Lado b: Expõe a junção do Ibra e Inda e a disputa por cargos na autarquia então recém-criada; trata do Projeto Pacal; volta a falar sobre as disputas internas do órgão – cita um caso em que foi feito um relatório contestando seu trabalho na Transamazônica e explica o desdobramento dado a esta situação, que sofreu a interferência do então presidente do Incra, Moura Cavalcante; discorre sobre como se comportou quando passou a ser o responsável pela jurisdição da SR 01 do Incra;

Fita 3, Lado a: Volta a explicar como era o processo de distribuição de lotes para os colonos; comenta a respeito da troca de experiências de produção entre os colonos de diferentes locais do país; cita a presença de "marginais" que foram enviados a trabalhar nas obras da Transamazônica e de alguns conflitos que ocorreram entre estes homens e o Exército; explica como eram tratados os colonos considerados rebeldes, que eram aqueles que reivindicavam mais direitos do que os concedidos no momento da ida para as terras; narra como eram alguns aspectos da vida cotidiana do colono, destacando as questões religiosas, a falta de assistência técnica e a relação entre os colonos de diferentes naturalidades; conta algumas histórias de colonos que conseguiram sucesso no trabalho em seus lotes;

Fita 3, Lado b: Tece algumas críticas ao trabalho das assistentes sociais do Incra; conta como era sua vida em Altamira, destacando os problemas de saúde que teve e a relação com a família; fala sobre a convivência de projetos fundiários com projetos de colonização; comenta como se relacionava com homens que eram considerados "marginais" ou "pistoleiros" na região; conta episódios relacionados à Guerrilha do Araguaia; cita que foi coordenador do Ceat e que trabalhou durante algum tempo no Incra em Brasília; narra o episódio em que foi convidado para se tornar Coordenador do Incra em Rondônia; cita o caso de corrupção da construção de uma estrada em Rondônia e o seu desfecho; conta episódios que destacam o que ele considera o mau serviço feito pelas vistorias da Sudam, que precediam a liberação de recursos de obras;

Fita 4, Lado único: Conta como era a relação com os grileiros em Rondônia; volta a falar sobre como era a relação com alguns dos outros funcionários do Incra, considerados por ele invejosos do seu trabalho; conta como era a sua relação com o Moura Cavalcante; cita como se tornou coordenador da Divisão de Cartografia do Incra; fala sobre a sua família e sobre a sua rotina de aposentado; explica qual o seu sentimento quando visita o Incra; Albino faz ainda algumas considerações sobre o que ele considera problemas atuais do Incra e explica os motivos pelos quais teve êxito no seu trabalho em algumas coordenadorias do Incra.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Alceu Azevedo
DADOS BIOGRÁFICOS: Funcionário do Incra. Pernambucano criado em São Paulo. Formou-se em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz em 1967. Contratado para a função de técnico, pelo Ibra/RJ, em 1968. Trabalhou com os projetos de colonização. Atuou em diversas instituições até chegar ao Incra, onde ocupou, por exemplo, o cargo de Diretor de Assentamento na primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso e de Gerente Estratégico.

ENTREVISTADOR(ES): Abdias Vilar de Carvalho, Regina Ângela Landim Bruno e Antônio Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 14/9/2005
LOCAL: Brasília, DF
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013. A entrevista completa – em áudio – foi obtida pela reunião de diferentes suportes (fitas cassetes e áudio digital).

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.k7.alaz	03 Fitas K7/ 60min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.alaz	03h48min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.alaz	41 páginas	Sim	Digitada/revisada.

DESCRITORES:

Anistia Política
Assentamento rural
Assincra – Associação dos Servidores do Incra
Assis Canuto (coordenador regional/Incra)
Clandestino político
Cencra – Centro Nacional de Capacitação em Reforma Agrária (Ibra)
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na
Cooperativismo
Desenvolvimento rural
Ditadura militar (1964-1985)
Dryden de Castro Arezzo
Eldorado dos Carajás (PA)
Golpe civil-militar de 1964
Governo Collor (1990-1992)
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
Josimo Morais Tavares (padre)
Nova República
Núcleo de Colonização Santa Alice (RJ)
Núcleo de Colonização Santa Cruz (Itaguaí, RJ)
Presos políticos
Procera – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Incra)
Programa Comunidade Solidária (governo FHC)
Projeto Lumiar (Incra)
Projetos de Colonização
Raul Belens Jungmann Pinto (ministro do MDA)
Reforma Agrária
Repressão Política
Resistência política
Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais
Trabalhador rural
Transamazônica

SUMÁRIO:

Áudio digital 1: Entrevistador apresenta a pesquisa e os seus objetivos e pede ao entrevistado que fale um pouco sobre sua trajetória de vida, o que faz narrando brevemente sua origem e sua formação; cita que no momento do golpe de 1964 já estava na faculdade e que no âmbito do Centro Acadêmico participou da resistência ao regime militar; fala sobre sua mudança para o Rio de Janeiro, motivado pelo desejo de participar da reforma agrária, o que culminou em sua contratação pelo Ibra, ainda em 1968; conta que um número significativo de ex-alunos da Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz foi trabalhar no Ibra na época da sua fundação; fala

sobre seu primeiro trabalho no Ibra, no Núcleo de Colonização Santa Cruz, em Itaguaí, RJ; participou do seu primeiro curso de formação ainda em 1968, em Brasília; cita seu primeiro episódio de confronto com a ditadura militar, que resultou na sua prisão por quatro dias; explica que desde cedo teve contato com os trabalhadores rurais, quando ainda morava no interior de São Paulo e depois, a partir de 1968, com a Contag e com outras instâncias da organização sindical dos trabalhadores rurais, principalmente no estado do Rio de Janeiro; diz que passou a trabalhar no Ibra Regional no Rio de Janeiro; fala do seu sonho em estudar no exterior e lembra-se da dificuldade que teve que superar para seguir os estudos, uma vez que tinha dez irmãos; explica como era o trabalho no Núcleo de Colonização, principalmente em relação à exploração coletiva do trabalho; narra sua experiência no exterior, quando fez um curso de Desenvolvimento Rural em Montpellier, na França, pelo Ibra, entre 1970 e 1971; conta que o Ibra era uma instituição dominada por militares, mas lembra-se de que havia alguns funcionários que se aproximavam de uma linha pró reforma agrária; cita nomes desses funcionários; comenta sobre atuação de Assis Canuto no Incra; discorre sobre os problemas e as contradições vividas no Incra em relação à execução da reforma agrária; volta a falar dos cursos que fez, no exterior e no Brasil, citando alguns acadêmicos que conheceu e relembrando o tempo em que era aluno de graduação e do movimento estudantil; comenta sobre sua simpatia com os movimentos da luta armada; diz que, na volta do curso que fez na França, foi demitido do Incra; cita a história de outros colegas demitidos; lembra-se que foi trabalhar no PNUD, em São Paulo, num projeto na área de desenvolvimento rural; com o fim deste projeto, fez uma entrevista para trabalhar no Ministério da Agricultura, mas não foi contratado; conta que um ano depois fez um concurso e foi trabalhar no Departamento de Águas e Energia Elétrica em São Paulo, no Setor de Cooperativismo Rural, onde ficou por cerca de um ano, até ser demitido e perseguido pela ditadura; diz que entrou na clandestinidade e se exilou; depois retornou ao Brasil e continuou sendo perseguido até a anistia, quando voltou a trabalhar no DF, dessa vez na Fundação Zoobotânica, no Departamento de Terras; conta que só voltou a trabalhar no Incra em meados dos anos 1980, já no governo Sarney, no setor de colonização; faz uma avaliação da atuação do Incra em relação à reforma agrária, indicando como marco para uma mudança na instituição em relação a este tema o retorno dos anistiados, por volta dos anos de 1986 ou 1987.

Fita 2, lado A: Comenta a atuação do Ibra, cita sua Diretoria de Cadastro e Tributação e a contrapõe à atuação do Incra; explica em linhas gerais como era a nova metodologia de trabalho da nova equipe; relembra doze programas da metodologia anterior e pontos em comum com a nova metodologia; utiliza-se de histórias vividas para discutir a questão do gerenciamento e capacitação de pessoas; fala sobre o período Collor e retrocesso no trabalho do Incra; cita documento *Retomada da política de assentamento* produzido no período pós Collor; retoma questão do gerenciamento e capacitação de pessoas; conta situações de alguns dos cursos de capacitação que realizou.

Fita 2, lado B: Fala sobre seu trabalho enquanto Chefe de Departamento de Assentamento na década de 1990 e as atividades do setor; expõe suas impressões sobre o projeto Lumiar e fala sobre o período em que foi gerente estratégico do Incra; explica como era o comportamento do Incra diante de casos de conflitos agrários, como foi o caso de Eldorado dos Carajás; na sequência, esclarece qual era o sentimento dos funcionários do Incra diante dos conflitos.

Áudio digital 3: Volta a falar dos treinamentos feitos com os funcionários do Incra; cita o Programa Comunidade Solidária; fala sobre o processo de emancipação dos assentamentos, etapa de trabalho dos projetos de assentamentos; coloca problemas encontrados no Incra nessas áreas de assentamentos; comenta a descontinuidade administrativa do Incra,

relacionando-a ao número de projetos emancipados; opina sobre situação do Incra no período da entrevista; comenta sobre recursos para os projetos e sobre Procera; explica como eram percebidas as ocupações; retoma questão do gerenciamento; fala sobre eficiência e efetividade nos projetos de assentamento; por fim, afirma que a reforma agrária ainda é necessária.

DADOS DA ENTREVISTA

ENTREVISTADO(S): Angela Neves
DADOS BIOGRÁFICOS: Funcionária do Incra. Cresceu no interior do Rio de Janeiro. Ainda no período escolar, mudou-se para Niterói e depois para o Rio de Janeiro. Cursou a faculdade de Geografia e História na então Universidade do Brasil. Neste período, dividia seu dia entre as aulas na faculdade e o trabalho no Secretariado Nacional de Ação Católica, movimento que integrou nesta época. Viveu dois anos na Bélgica, quando assumiu a presidência da Juventude Agrária Católica (JAC) internacional. Na volta ao Brasil, trabalhou no Serviço Social Rural, depois da Supra, no Ibra e no Incra, onde se aposentou, em 1981.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho, Regina Ângela Landim Bruno e Antônio Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 11/08/2005
LOCAL: Niterói, RJ
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/En Ml.K7.anne	03 Fitas K7/60min	Não	Fitas em bom estado físico. Áudio regular (som estourado). Possui 02 cópias das fitas originais.
MP3	MSPP/En Ml.mp3.anne	2h18min	Sim	Fitas em faixa única em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/En Ml.trans.anne	49 páginas	Sim	Digitada/revisada.

DESCRITORES:

Antônio Crespo (padre)
Capacitação profissional
Comunismo
Crefal – Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e Caribe
Crise do café
Desapropriação de terra
Dom Hélder Pessoa Câmara (bispo católico)
Dom José Delgado (bispo católico)
Dryden de Castro Arezo (técnico do Ibra e Incra)
Estatuto da Terra
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Golpe civil-militar de 1964
Governo Castello Branco (1964-1967)
Governo João Goulart (1961-1964)
Governo Vargas (1951-1954)
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IICA – Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Estudantil Católica
José Francisco de Moura Cavalcante (presidente do Incra)
José Gomes da Silva (presidente do Incra)
José Servat (padre)
Ligas Camponesas
Louis-Joseph Lebret (padre)
MEB - Movimento de Educação de Base
Núcleos de Colonização
Parceleiro
Projetos de Colonização
Reforma Agrária
Reformas de base
Rio Grande do Norte
SAR - Serviço de Assistência Rural
Serviço Social Rural
Supra – Superintendência de Política Agrária
Transamazônica
Vale do São Francisco

SUMÁRIO:

Angela fala sobre sua origem rural, destacando a trajetória familiar e de estudos até a sua inserção no movimento da Ação Católica; em seguida, conta como foi a sua experiência de participação na JAC Internacional e na JAC Brasil; explica como foi sua chegada ao Incra, citando primeiro a passagem pelo Serviço Social Rural e pela Supra; volta a falar sobre o trabalho no Secretariado Nacional da Ação Católica; retoma sua atuação no Serviço Social Rural, enfocando os aspectos que considerava mais importantes no trabalho nesta instituição: a capacitação de profissionais para trabalhar no desenvolvimento das comunidades e os programas de desenvolvimento de comunidades; no ínterim, discorre brevemente sobre o trabalho da JAC em alguns estados do Brasil; narra algumas das ações de movimentos ligado à Igreja Católica, como o MEB e o SAR; ainda neste tema, fala sobre a experiência de organização de cooperativas e sobre as concepções que orientaram a ação da JAC; cita a experiência dos Núcleos de Colonização, que foram desenvolvidos na época do Governo Vargas; fala sobre as influências, no campo das ideias, no trabalho do Serviço Social Rural; conta como ocorreu a sua transferência entre diferentes instituições: Serviço Social Rural, Supra e Ibra; comenta o trabalho na Supra, informando quais eram as principais linhas de atuação da instituição e sobre a experiência de lidar com as diferentes orientações no campo das ideias nesta instituição e na JAC; discorre sobre os cursos de capacitação profissional feitos pelos funcionários do Ibra e explica o perfil de pessoas que se buscava para atuar nos projetos do Instituto; explica como se desenvolveu o trabalho no Ibra após a intervenção dos militares ocorrida com o golpe de 1964, destacando como a equipe atuava no sentido de desenvolver algumas experiências de reforma agrária nos núcleos de colonização; expõe como via a vinculação do Ibra e depois do Incra, diretamente à Presidência da República; fala sobre a experiência metodológica do trabalho no Ibra e cita os *Cadernos do Ibra*, publicação na qual parte desta experiência estava sistematizada; expõe sua postura de trabalho no governo Castello Branco; fala como percebeu a missão da FAO de 1968; conta sobre o início do seu trabalho no Incra, lembrando-se do período que ficou afastada da autarquia, da sua prisão, até o seu retorno, citando brevemente as funções que exerceu neste tempo, com destaque para o trabalho na Transamazônica; explica os motivos que a levaram a ser presa durante a ditadura; esclarece como se dava o contato entre os diferentes funcionários do Incra nos vários estados do país e comenta como foi sua experiência de trabalho em Caxangá (PE); fala sobre o que sente por ter trabalhado no Ibra e no Incra; é perguntada sobre suas atividades atuais e sobre uma possível queima de documentos que ocorreu no Ibra; comenta como foi tratada no trabalho pelo fato de ser mulher; por fim, Angela fala sobre a força e o respeito de que o Ibra gozava.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Antonio Gonzalez
DADOS BIOGRÁFICOS: Funcionário do Incra. Formado em agronomia pela Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz (Esalq), em Piracicaba. Foi funcionário do Ibra e posteriormente do Incra. No governo FHC, trabalhou por um período no Procera e no Incra Nacional, até que retornou para o Incra São Paulo, onde se aposentou. No período em que ficou afastado (parte dos anos 1970 e 1980), e após se aposentar prestou consultorias à iniciativa privada.

ENTREVISTADOR (ES): Antônio Pompeu Braga e Abdias Vilar de Carvalho
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 07/12/2005
LOCAL: Sede do Incra, São Paulo, SP
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php . Revisão final: Leonilde Servolo de Medeiros.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en Ml.trans.ango	38 páginas	Sim	Digitada e revisada.

DESCRITORES:

Administração pública
Amazônia
Assentamento rural
Barragens
Cencra – Centro Nacional de Capacitação de Reforma Agrária (Ibra)
Cati – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (SP)
Cesp – Companhia Energética de São Paulo
Cira – Centro Interamericano de Reforma Agrária
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Ditadura militar (1964-1985)
Dryden de Castro Arezzo (funcionário do Incra)
Estatuto da Terra
Governo Collor (1990-1992)
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)
Governo Franco Montoro (SP, 1983-1987)
Governo Itamar Franco (1992-1994)
Governo Lula (2003-2006)
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
Itesp – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
João Maia (Contag)
Ministério do Bem Estar Social (Governo Itamar Franco)
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Procera - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Incra)
Projeto de colonização
PT - Partido dos Trabalhadores
Redemocratização (anos 1980)
Reforma Agrária
Repressão política
Supra – Superintendência de Política Agrária
Transamazônica

SUMÁRIO:

Fala sobre a trajetória acadêmica; conta sobre o momento em que ingressou no Ibra e cita o nome de alguns colegas que também trabalharam nesta instituição; comenta sobre o ambiente de trabalho no Ibra e como era o comportamento dos funcionários em geral, dando destaque especial ao debate sobre reforma agrária, expondo a sua visão sobre o tema; fala sobre o trabalho na Superintendência Estadual do Incra no Rio de Janeiro e sobre a sua passagem pelo Incra nacional, sobretudo em relação ao trabalho na área de reforma agrária, contextualizando o momento político da época (anos 1960/1970); comenta o processo de extinção do Ibra e Inda e da criação do Incra; narra alguns episódios da instalação de uma comissão de sindicância no Incra; cita o período em que permaneceu fora do Incra e discorre sobre as atividades a que se

dedicou quando retornou à autarquia, em 1989; explica como se deu sua saída do Incra nos anos 1970 e seu retorno na década seguinte, através de um pedido de anistia; avalia a sua experiência no Procera; faz algumas críticas a algumas ações que considerava assistencialistas por parte do Incra e comenta como era a relação destes atos com os movimentos sociais; fala sobre sua ida para o Incra de São Paulo e sobre as novas atividades que assumiu neste momento, deixando de atuar na área de reforma agrária para trabalhar no setor administrativo; fala brevemente sobre os Cadernos do Ibra e sobre a sua participação no Cencra; cita alguns locais onde podem ser localizados documentos utilizados nas capacitações do Incra e comenta que a política de capacitação era muito incentivada por esta autarquia e mesmo pelo seu predecessor, o Ibra; fala sobre o clima de colaboração que existia entre os funcionários do Ibra e comenta as mudanças que ocorreram com a sua extinção e a criação do Incra; explica os motivos que levaram à fusão do Inda e Ibra; fala sobre a criação do Instituto de Terras de São Paulo e em seguida sobre a atuação da Cesp; faz algumas críticas à atuação do governo FHC, Lula e de movimentos sociais em relação à reforma agrária; avalia a estrutura do Incra em relação à existência de um órgão nacional e órgãos estaduais; fala sobre as dificuldades do trabalho no Incra; comenta a orientação interna do Incra por um certo período em atuar primordialmente na Transamazônica; comenta como avalia que o Ibra e o Incra eram vistos pela sociedade; por fim, expõe o significado que teve na sua vida trabalhar no Incra.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Carlos Nascimento
DADOS BIOGRÁFICOS: Funcionário do Incra. Formado em Economia. Ingressou no serviço público pelo Dasp – Departamento Administrativo do Serviço Público, tendo, logo em seguida, sido alocado no Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, em 1940. Depois passou por órgãos, como o Semta, até chegar ao Inic. Foi funcionário da Supra, do Inda e do Incra. Aposentou-se no Incra em 1980.

ENTREVISTADOR (ES): Regina Bruno e Antônio Pompeu
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 19-20/10/2005
LOCAL: Sede do NEAD, Brasília, DF
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013. A entrevista completa – em áudio – foi obtida pela reunião de diferentes suportes (fitas k7 e áudio digital).

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.k7.cana	06 Fitas K7/ 60min	Não	Material em bom estado físico e sonoro.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.cana	05h11min	Sim	Fitas e áudio digital reunidos em faixa única em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.cana	59 páginas	Sim	Digitada e revisada.

DESCRITORES:

Alberto Tavares Silva (senador do Piauí)
Amazonas
Arrendamento rural
Biodiesel
Constituição Federal (1946)
Dasp – Departamento Administrativo do Serviço Público
Dops - Departamento de Ordem Política e Social
Estatuto da terra
Fordlândia
Função Social da Terra
Gilberto de Mello Freyre (Sociólogo)
Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1961)
Governo Vargas (1951-1954)
Hospedaria de Migrantes Tapanã (PA)
Hospedaria de Migrantes da Ilha das Flores (RJ)
Hospedaria de Migrantes dos Candangos (SP)
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
José Francisco de Moura Cavalcanti (presidente do Incra)
Lei de terras (1850)
MA – Ministério da Agricultura
Mato Grosso
Migração
MT – Ministério do Trabalho
Paulo de Assis Ribeiro (presidente do Ibra)
Princípio do uti possidetis
Produção de borracha
Produção hidropônica
Projeto Jari
Projetos de Colonização
Reforma agrária
Refugiado
Semta - Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
Sistema de agrovilas
Supra – Superintendência de Política Agrária
Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Fita 1 Lado a: Inicia a entrevista, apresentando alguns pontos da evolução dos departamentos e institutos referentes à questão da colonização; antecipa alguns dados sobre sua entrada no Ministério do Trabalho; relembra alguns casos que vivenciou durante sua permanência no departamento de imigração; apresenta seu primeiro contato com Paulo de Assis Ribeiro, no Semta; apresenta algumas questões sobre as colônias criadas pelo Brasil e sobre os "soldados da borracha" frisando seu arrependimento por ter trabalhado neste setor; detalha seu desenvolvimento na carreira pública; explica a evolução dos setores atinentes à terra e à imigração, outrora separados; detalha seu trabalho desenvolvido no Semta, na ocasião da seca no Nordeste no período Vargas.

Fita 1 Lado b: Descreve a atuação do Brasil no que se refere à borracha na Amazônia para cumprimento dos acordos de Washington; descreve o trabalho desenvolvido no Mato Grosso, estado para o qual foi designado; apresenta as incongruências entre as esferas de atuação, razão pela qual se animou na produção de um projeto de formação de um novo órgão, unificando setores de imigração e colonização; descreve o processo político para aprovação do projeto, em trâmite durante a Constituinte de 1946; relembra do caso envolvendo a área identificada como Fordlândia; igualmente detalha o caso do Projeto Jari.

Fita 2 Lado a: Conta um caso envolvendo a nacionalidade de Samuel Wainer e o Departamento de Imigração; discorre sobre a criação do Inic e aponta uma série de nomes de pessoas que marcaram o órgão ao longo dos seus anos de formação, aqueles que considerava ser a linha de frente: Victor de Magalhães Bastos, Aníbal Teixeira de Souza, Paulo Lacerda, Osvaldo Neri da Fonseca, Luiz Cardoso, Luiz Sales, Arthur Oberlaender Tibau, relembra alguns casos ocorridos nos arredores da sede do Incra na Rua Santo Amaro, na Glória; menciona o peso de Henrique Dória de Vasconcelos na sua carreira; retoma o processo de criação do Inic, falando sobre a verba para viabilização do projeto.

Fita 2 Lado b: Diz que seu nome foi investigado pelo Dops no período Vargas; conta sobre a transformação do Inic em Supra e, em seguida, do desmembramento entre Ibra e Inda; cita um caso em que atuou, representando o Brasil, no Comitê Internacional para Migrações Européias; fala da formação do Ibra e do Estatuto da Terra, frisando a importância vital do artigo 49 – sobre Imposto Territorial Rural Progressivo - nunca posto em prática; conta um caso ocorrido no Departamento Nacional de Imigração com Nair de Tefé.

Fita 3 Lado A: Descreve um acordo assinado pelo Brasil, "Convênio Chicago", de facilitação de cargas e passageiros; relembra as diferentes sedes (sete, no total) que o Incra já teve ao longo da sua história; a partir deste momento da entrevista, comenta uma série de fatos e acontecimentos tendo por base documentação apresentada pelo próprio entrevistado: fotos, cartas etc; dentre os diversos pontos abordados, são citados a Hospedaria dos Candangos; primeiro bloco da Administração usado em Brasília, reuniões de funcionários, inauguração de Brasília; relembra de Geraldo Camargo e seu trabalho sobre as agrovilas; explica a sua decisão de não seguir para o Ibra e ficar no Inda.

Fita 3 Lado B: Apresenta fotos sobre suas incursões ao interior do Brasil, detalhando alguns casos; critica o projeto de "Colonização em linha" promovido por Moura Cavalcanti; descreve o projeto do Alberto Tavares do PMDB-PI como projeto ideal de solução do problema de terras no

Brasil, idealizado a partir de arrendamentos; discute a força energética existente na exploração do biodiesel; relembra como o mundo já tem atenção para a riqueza das florestas brasileiras há tempos, portanto, deve o Brasil se atentar melhor para a questão; menciona formas de produção alternativa, como a hidroponia.

Fita 4 Lado A: Entrevistado e entrevistadores repassam alguns pontos a serem abordados na entrevista do dia seguinte.

Áudio Digital 4: O entrevistado lê um resumo elaborado por ele acerca dos principais pontos abordados na entrevista do dia anterior; faz um histórico das terras no Brasil, relembrando pontos como, por exemplo, do Tratado de Tordesilhas e a concessão das sesmarias; descreve a aplicação do princípio do *uti possidetis*, confirmado com a Lei de Terras; diz que foi na Constituição de 1946 que surgiu pela primeira vez a questão do uso social da terra; reforça o peso da produção do biodiesel, projeto de Bautista Vidal; menciona como as novas riquezas mundiais serão a terra e a água; conta como a Embrapa é bem vista no mundo, mas desprestigiada dentro do Brasil; frisa o peso do binômio homem-terra na atuação do Incra; apresenta uma série de autores e livros;; em seguida, fala da música brasileira, principalmente de Vinícius de Morais, fala de folclore e cultura em geral; avalia o poder do Estado enquanto implementador de política públicas no passado e no momento de realização da entrevista; menciona o período de ditadura varguista e lembra-se que nesse momento surgiram algumas lideranças políticas.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Claro Freitas
DADOS BIOGRÁFICOS: Funcionário do Ibra e do Incra. Agrônomo. Origem no campo, tendo como familiares grandes proprietários rurais. Trabalhou na Ascar, que depois veio a se tornar a Emater. Também atuou num órgão de extensão vinculado à universidade de Pelotas. Foi Superintendente do Incra no Rio Grande do Sul na Nova República.

ENTREVISTADOR (ES): Regina Ângela Landim Bruno e Isabel Palmeira
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 26/07/2005
LOCAL: Porto Alegre, RS
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: Revisão em 23 de abril de 2007, por José Roberto Bernardo. Nova revisão em 04 de agosto de 2012 por Leonilde Servolo de Medeiros

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en Ml.k7.clr	01 Fita K7/60min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro. Áudio incompleto (não localizada primeira fita da entrevista).
MP3	MSPP/en Ml.mp3.clr	58min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en Ml.trans.clr	39 páginas	Sim	Digitada/revisada

DESCRITORES:

Acampamento rural
AI-9 – Ato Institucional Número Nove
Ascar – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
Assentamento Passo Real (RS)
Assentamento rural
Barragem do Passo Real (RS)
Centreisul – Centro de Treinamento e Informação do Sul
Cooperativismo
Desapropriação de terra
Desenvolvimento rural
Educação
Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAG – Frente Agrária Gaúcha
Farsul - Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
Fazenda Anoni (RS)
Fazenda Sarandi (RS)
Fetag/RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
Guarda rural do Ibra
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Igra – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Leonel de Moura Brizola (governador RS, 1958-1962)
Liga Nacionalista, RS
Master - Movimento dos Agricultores Sem Terra
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
Ocupação de terra
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (I,1985)
Questão agrária
Reforma agrária
Reformas de base
Repressão política
Rio Grande do Sul
Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais
Supra – Superintendência de Política Agrária
Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Fala sobre sua origem familiar, formação acadêmica, política e ingresso no mercado de trabalho, destacando sua passagem pela atual Emater e por uma instituição de Extensão, ligada à Universidade, que desenvolvia cursos sobre a realidade agrária para os pequenos agricultores; conta como se deu sua inserção no Ibra e faz uma avaliação da instituição em relação ao fim dos anos 1960; em seguida, discorre sobre a área de atuação do Inda, comparando essa instituição, em alguns momentos, ao Ibra; destaca o debate que se fazia na época sobre que posição esses órgãos deveriam assumir: realizar reforma agrária ou colonização; comenta algumas ações do governo Brizola no Rio Grande do Sul; segue falando sobre o contexto gaúcho em relação à questão agrária, citando alguns órgãos estaduais, políticos e organizações, como o Master, destacando a relação desse movimento com o então governador Brizola; fala sobre a FAG e a Fetag, citando alguns episódios em que o Ibra atuou junto com a Federação; explica como percebia que os militares viam a questão agrária e discorre sobre o AI-9; conta como foi sua trajetória no Ibra e no Incra, ao mesmo tempo em que explica como era a estrutura dessas instituições; comenta o que significou o processo de extinção do Ibra e criação do Incra; fala como alguns funcionários do Incra eram politicamente contra o governo militar e como era a repressão do governo a essas pessoas; volta a falar da sua trajetória profissional no Incra e avalia como via o Plano Nacional de Reforma Agrária; cita o caso de ocupação de terra em Sarandi e fala brevemente sobre como o Incra atuava nessas situações; conta como os proprietários se posicionavam diante dos casos de ocupação de terra em relação ao Incra; volta a falar da atuação do Incra em casos de ocupações de terra; discorre sobre o perfil dos ocupantes de terra em diferentes períodos; fala sobre o Semapa e a relação entre o Estado, especificamente de órgãos como o Ibra e o Incra, com os assentamentos, no Rio Grande do Sul; avalia como percebe que a sociedade vê a questão agrária; diz como entende o Incra nos dias atuais (em relação ao momento em que foi realizada a entrevista); volta a falar sobre a linha de atuação do Incra nos anos 1970, quando se optou pela ação de colonização em detrimento da reforma agrária, e avalia a posição do governo militar em relação à reforma agrária; aponta os passos da sua trajetória profissional nos anos 1990; comenta como percebeu a atuação do presidente Lula na questão agrária e finaliza falando sobre o fim do seu trabalho junto ao Incra.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dryden de Castro Arezzo
DADOS BIOGRÁFICOS: Graduado em Ciências Agronômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1954) e em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes (1969); professor universitário; foi presidente do Gera, Diretor de Assentamentos no Incra, participou da elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho, Regina Ângela Landim Bruno e Antônio Rubens Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 11/08/2005
LOCAL: Rio de Janeiro, RJ
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: Transcrição revisada por Marcelo Medeiros e Regina Bruno em 2012.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI. K7.dd2	04 Fitas K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro. Possui 2 cópias das fitas originais.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.dd2	03h	Sim	Fitas reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.dd2	55 páginas	Sim	Digitada

DESCRITORES:

Amazônia
Baixada Fluminense (RJ)
Brasília (DF)
Decreto n. 59.428/1966 (regulamenta acesso à terra e colonização)
Estatuto da Terra
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Francisco Whitacker
Gera - Grupo Executivo de Reforma Agrária
Governo Castello Branco (1964 - 1967)
Governo João Goulart (1961 - 1964)
Governo Sarney (1985 – 1990)
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
Itaguaí (RJ)
Iter – Instituto de Terras
ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
Luiz Fernando Cirne Lima (Ministro da Agricultura)
Macaé (RJ)
Ministério da Agricultura
Ocupação de terra
OEA – Organização dos Estados Americanos
Políticas Agrárias
Projeto de Colonização
Reforma Agrária
Sudepe – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
Supra - Superintendência de Reforma Agrária
Uso da terra

SUMÁRIO:

Inicia a entrevista com os conceitos de reforma agrária e colonização e fala de seu interesse e conhecimento no assunto na década de 1950, período em que recém havia se graduado em Agronomia; sua inserção no mercado de trabalho e entrada no INIC; contextualiza o conceito de planejamento e as primeiras publicações a respeito naquele momento; fala sobre o sistema de extensão rural no Brasil e seu trabalho em um projeto piloto no Espírito Santo; contextualiza os anos 1960, governo João Goulart, força do PTB e a pressão feita por alguns deputados para que fosse demitido do Inic; contato feito com chefe do gabinete e ida à reunião com o presidente do Inic em Macaé; tomada de conhecimento da nova estrutura da Supra e criação de núcleos; fala de sua inscrição e seleção para bolsas de estudos no exterior pela OEA e como conseguiu dispensa para viajar para Israel para quatro meses; contato com José Gomes da Silva; queda da direção e divisão da Supra, com formação de departamentos; conta sobre viagem pela Europa durante retorno ao Brasil e visita a diferentes projetos no exterior; retorno ao Brasil, novos contatos com pessoas que vinham do Serviço Social Rural; contato com Francisco Whitaker, entrada na divisão Distribuição de Terras da Supra; viagem da equipe ao longo da Rio-Bahia;

voltando a falar da vida pessoal, diz que foi criado na Urca e que na época casou-se com a filha de um militar; contextualiza a criação do Supra, a intervenção dos militares no órgão, a saída de Francisco Whitaker e entrada de Mário Nogueira na administração, sua ocupação na Divisão de Promoção e Organização Rural; fala da nomeação de José Gomes da Silva para presidência da Supra; fala do período de criação do Ibra, sua transição para Delegado Regional do Estado do Rio; preparação de documento e proposta de soluções sobre áreas com conflitos; plano de regularização dessas áreas; conta sobre curso de Economia feito na Universidade Cândido Mendes; refere-se ao momento da criação do Estatuto da Terra; fala de uma proposta não concretizada de trabalho no Chile; diz que para autorecreação começou a regulamentar o Estatuto da Terra e recebeu a proposta de selecionar o que deveria ser normatizado nesse documento legal; fala do decreto n. 59.428; contextualiza o conceito de assentamento; relata a intervenção no Ibra por volta de 1967; fala da missão da FAO para avaliar os três primeiros anos de reforma agrária no Brasil; comenta sua nomeação para uma diretoria do Ibra, a manutenção da estrutura do órgão, mudanças nas chefias de divisão; conta como se tornou secretário executivo do Gera e sua escolha por trabalhar em um departamento de projetos e operações de reforma agrária; retoma o conceito de assentamento; diz que criaram documento para diferenciar as intervenções da reforma agrária e as intervenções de colonização; contextualiza a criação do Gera e seus objetivos; critica a metodologia de trabalho e o fracasso de projetos de reforma agrária; opina sobre o ITR e a vigência do Estatuto da Terra; fala sobre a atual situação das terras e suas possibilidades de uso; critica a ausência de avaliação sobre incentivos fiscais no Nordeste e na Amazônia, exemplificando com os casos Sudepe, Sudene e Sudam; fala sobre a carta de Brasília, a necessidade de diferenciar as ações do Ibra e do Inda e a criação de denominação para as unidades de reforma agrária; fala sobre o fim do Gera e sua missão; conta sobre entrevista dada a repórteres do *Estado de São Paulo* a respeito de proposta de colonização na Amazônia, consequências desse fato e a ameaça de demissão; retorno ao Incra: aborda como foi dado o nome ao órgão, as mudanças de prioridades pós gestão do Ministro Cirne Lima; fala de seu período na Sudepe e elaboração de um Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca; início de carreira como professor universitário; realização de seminário internacional de experiências fundiárias com Paulo Yokota; cita o Prêmio Terra, proposto por Yokota para recuperar a memória da reforma agrária; fala sobre o convite para implantar o Instituto da Terra no Piauí; contextualiza sua atuação no final dos governos militares; fala de sua carreira na UFF, afastamento do Incra e aposentadoria em 1990; relembra casos de colegas que foram presos; fala sobre seu reconhecimento na área; lembra de palestra dada no Inpe baseada em um artigo de Ruy Muller Paiva (O processo do desenvolvimento do setor agrícola), que resultou em convite para ser novo consultor do órgão; fala sobre a criação de uma metodologia de planejamento, com base na ideia de uma abordagem sistêmica; critica a ausência de um manual de orientação nos núcleos; fala sobre seu trabalho no Ieap como coordenador de cursos na área de desenvolvimento rural; convite para realização de livro sobre desenvolvimento rural; retoma o que havia dito sobre a presidência de José Gomes no Incra, seu trabalho na diretoria de assentamento e a criação do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, num diálogo com várias categorias profissionais, organizações ligadas à agricultura, proprietários, Contag, MST; menciona Antônio Ernesto de Salvo, pecuarista de Curvelo (MG), então presidente da CNA no período da entrevista; opina sobre a reforma agrária, a burocratização do Incra, a Lei de Terras realizada nos governos estaduais; a extinção do Incra no governo Sarney, criação do Iter; retoma Prêmio Terra idealizado por Yokota, seus vencedores, o material levado por ele; comenta sobre salas apelidadas de "embaixada do México" e "Butantã", e colegas que integravam facções, formados em Piracicaba, e que tinham vindo trabalhar no Rio com reforma agrária; retoma saída de José Gomes da presidência do Incra; conta como conheceu sua esposa em Itaguaí e as lembranças que tem desse lugar.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Eduardo Freire
DADOS BIOGRÁFICOS: Diretor de Reflorestamento do IBDF e do Ibama; diretor do Planejamento do Incra; diretor do Cadastro e Tributação do Incra.

ENTREVISTADOR (ES): Regina Ângela Landim Bruno e Antônio Rubens Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 17/10/2005
LOCAL: NEAD, Brasília, DF
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final por Leonilde Medeiros

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en MI.K7.edfr	03 Fitas K7/ 60min	Não	Fita em bom estado físico. Áudio regular (voz abafada e baixa). Há cópia digital do áudio.
MP3	MSPP/en MI.mp3.edfr	02h17min	Sim	Fitas reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.edfr	38 páginas	Sim	Transcrição digitada e incompleta, parte inicial não transcrita.

DESCRITORES:

Amazônia
Bancada Ruralista
Constituição de 1988
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Governo Collor (1990 – 1992)
Governo Sarney (1985 – 1990)
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Projeto Lumiar (Incra)
Mário Pegoraro (presidente Incra)
Massacre de Eldorado dos Carajás (PA)
Massacre da Fazenda Santa Elina (RO)
Mirad – Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento
Movimento Novo Mundo Rural
Movimentos Sociais
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (I, 1985)
Pontal do Paranapanema (PR)
Procera – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
Proanf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Raul Jungmann (presidente Incra)
Reforma Agrária
Títulos da Dívida Agrária
UMC – Unidade Municipal de Cadastramento

SUMÁRIO:

Inicia com seu histórico profissional: diretor de reflorestamento do IBDF, entre 1987/1989, período de criação do Ibama; fala do convite para integrar a diretoria do Incra; caracteriza a situação política do Incra na época, sua extinção e recriação, em março de 1989, por decreto legislativo; fala sobre a extinção do Mirad, seu funcionamento durante período de recriação do Incra; relata sua nomeação como diretor de Planejamento do Incra, em julho de 1989; fala dos cargos assumidos no Incra e da situação do orçamento do órgão nesse período; conta como ocorreu sua entrada, com apoio político de seu pai, deputado por Goiás; fala sobre a presidência de Mário Pegoraro no Incra; relata o processo de emissão de TDAs, feitas pelo Incra e a regulamentação delas através de normas e decretos; cita caso de emissão de títulos para uso nas desapropriações – emissão equivocada, cancelada no início do ano seguinte (1990); explica a natureza desses títulos, a ocorrência de falsificações e a troca por títulos seriados; fala sobre a reforma agrária, a resistência da sociedade no início dos anos 90, os resquícios da censura; calcula a média de permanência de presidentes no Incra nesse período; comenta a força da Bancada Ruralista no Congresso e o bombardeamento do capítulo sobre reforma agrária na Constituinte, com modificação de alguns artigos de modo a não serem aplicados; fala dos movimentos sociais em 1989, que provocam a reação do governo e causam a saída de presidentes apoiados pela Bancada Ruralista; fala da ausência de regulamentação da Constituição de 1988 no período de recriação do Incra, o uso da legislação antiga, as demandas

no Judiciário; contextualiza o Incra nesse momento, com influentes políticos querendo nomear o presidente; comenta os períodos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso; diz que foi rara exceção dentro do Incra por sua longa permanência como diretor (de 1989 a 2003); conta que a pressão que ocorria para retirada de presidente passava pelo Congresso; explica e comenta a divisão entre Cadastro e Tributação com a transferência da Tributação para a Receita Federal em 1992; fala da autopercepção do Incra sobre o plano de reforma agrária, suas discussões com os movimentos sociais; fala sobre evolução tecnológica e capacitação do pessoal do Incra; relembra a época Collor, com a criação do servidor disponível e a divisão do corpo do Incra, órgão que atendeu mais rapidamente aos quesitos da reforma da administração pública, com destituição de bens, venda de imóveis, desmonte da estrutura; refere-se à ascensão dos movimentos sociais, necessidade de metas e de um planejamento para a reforma agrária; cita o desempenho do Incra entre os anos de 1990 a 1992; fala da mudança funcional do Incra por conta da cobrança da sociedade; contextualiza novas discussões nesse período, conceitos de família assentada e de territórios reformados; exemplifica esses conceitos; cita dois marcos do ápice da demonstração de força e da necessidade de movimentos sociais organizados: Eldorado dos Carajás (Pará, abril/1996) e o massacre da Fazenda Santa Elina (Corumbiara, Rondônia, agosto/1995); comenta a criação do Ministério Extraordinário do Desenvolvimento Agrário; caracteriza este Ministério; fala das dificuldades do governo com os movimentos sociais; explica como se dão as pressões sobre o governo, as dificuldades de manter o equilíbrio entre as forças pró e contra reforma agrária; fala sobre as auditorias: poder de comunicação do Incra com os movimentos sociais e acampados e com a Bancada Ruralista; opina sobre os movimentos sociais, o governo, suas reações e conseqüências; contextualiza o movimento social rural; narra a criação do Programa Novo Mundo Rural e a mudança de tônica na ação do governo; afirma que pouca coisa foi posta em prática, pois o governo não tinha recursos suficiente para promover a melhora de qualidade;, comenta o esquecimento do Novo Mundo Rural; explica os empreendedores sociais, o Lumiar, o uso do decreto 433 para compra da terras que não podem ser desapropriadas; fala da força dos movimentos sociais no início do governo FHC; situação da Bancada Ruralista; comenta o apoio da mídia à reforma agrária; explica que o movimento de Eldorado dos Carajás mostra a necessidade do governo de limitar os movimentos sociais e buscar uma administração isenta das forças da sociedade e dentro das suas possibilidades de atuar dos dois lados; cita a medida provisória, que permite pagar apenas 6% de juros aos proprietários rurais desapropriados; fala sobre o investimento contra títulos de grandes áreas;; fala da retomada de terras griladas na Amazônia; comenta o rígido controle nas áreas de assentamento, retomada de lotes que não foram utilizados ou que estavam fora das normas; relata o aumento do crédito habitação e das casas a serem construídas com o uso do dinheiro do FGTS, as dívidas do Procera e do Pronaf; fala da capacidade de manutenção dos dirigentes do Incra a partir de 1996 e da oscilação dos mesmos antes disso; retoma o período de extinção do Mirad, o revigoramento do Incra; retoma os anos de 1992 e 1993 – derrubada de Collor, entrada de Itamar Franco, força da sociedade civil, apoio à reforma agrária, crescimento do movimento social no campo; caracteriza 1994 e 1995 como os anos com maior apoio da sociedade à reforma agrária; fala sobre capacitação no Incra, convênios com prefeituras para a gilizar cadastro, as UMC – Unidade Municipal de Cadastramento; contextualiza o estabelecimento das funções do Cadastro; retoma a capacitação do pessoal do Incra; caracteriza o Cadastro como instrumento básico de planejamento, base de qualquer formulação de idéias para desenvolvimento e evolução rural; exemplifica com o Pontal Paranapanema e o projeto piloto de recadastramento que serviria de base para o resto do Brasil; cita a importância das leis n. 6.015 e n. 10.267 sobre registros públicos e a obrigatoriedade de cadastro no ato de venda de terras; explica porque acredita que daqui a duas gerações haverá o cadastro atualizado no Brasil; fala sobre sua saída do Incra em 2003 com a entrada do governo Lula e

divergências com o novo Presidente do Incra; opina sobre a representatividade do Incra, que considera sempre alvo de ataques de forças distintas; diz que o quadro de pessoal que impulsionou o Incra vem desde o Inic, que sempre funcionou com muita determinação e possibilitou um ambiente, identidade e capacidade de realização do Incra.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Elias Pessoa de Carvalho
DADOS BIOGRÁFICOS: Nascido no Ceará, Elias Pessoa se formou em Serviço Social na década de 1950, pela PUC-RJ. Em 1961, entra para o SSR, onde participa do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais e elabora os cursos de capacitação de lideranças comunitárias. No final da década de 1960, desenvolve trabalhos de capacitação para o associativismo e sindicalismo e retorna à faculdade para cursar Pedagogia. Passou pela Supra. Em 1991, Elias Pessoa se aposenta no Incra.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho, Regina Ângela Landim Bruno e Antônio Rubens Pompeu Braga.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 13/09/2005
LOCAL: Brasília, DF.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final por Leonilde Medeiros.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en MI.k7.elia	05 Fitas K7 / 60 min e 03 faixas de mp3	Não	Fitas e cds em bom estado físico. Áudio regular (voz baixa). Disponível em diferentes suportes.
MP3	MSPP/en MI.mp3.elia	04h05min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en MI.trans.elia	42 páginas	Sim	Incompleta, trechos sem transcrição.

DESCRITORES:

José Arthur Rios (sociólogo, estudioso de problemas agrários)
Associativismo
Desenvolvimento rural
Educação
Ibra – Instituo Brasileiro de Reforma Agrária
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
ICA – Instituto de Cooperação Agrícola
Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (SC)
Prodart - Projeto de Desenvolvimento do Artesanato Rural
PAT - Projeto de Assistência Técnica às Cooperativas de Eletrificação Rural
PIDSINR - Programa Integrado de Desenvolvimento e Sindicalismo Rural
SSR - Serviço Social Rural
Sindicalismo
SNI - Serviço Nacional de Informações

SUMÁRIO:

Fala sobre sua formação e diz que a seca no Ceará, em 1942, foi o primeiro fato político que marcou sua vida; nascido no Ceará, estudou Serviço Social na PUC-RJ, na década de 1950, onde participou do movimento estudantil e do Caco-Centro Acadêmico Cândido Mendes; em 1961, começou a trabalhar no SSR, ligado à Federação das Associações Rurais de Santa Catarina; narra sua experiência de pesquisa em favelas cariocas adquirida na Sagmacs, chefiada por Arthur Rios; diz que participou do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais implementado em Santa Catarina e como desenvolveu e publicou materiais sobre a metodologia de trabalho implementada no SSR; comenta que o SSR de Santa Catarina se diferenciava dos SSR de outros estados na aplicação de uma metodologia científica; diz que, com o surgimento da Supra, a metodologia de trabalho desenvolvida no SSR foi posta de lado; narra que trabalhou na organização da Seção de Educação Fundamental da Supra, em 1964, a fim de desenvolver as lideranças comunitárias em Brasília; comenta a ocupação dos militares nos prédios do Ministério da Agricultura e da Superintendência de São Paulo; fala que foi direcionado para a Seção de Treinamento da Supra e estruturou o curso dedicado à temática da reforma agrária para a UFRRJ e para o Colégio Agrícola; trabalhou na Divisão de Treinamento do Ibra, na atividade de planejamento dos cursos sobre reforma agrária a serem ministrados na América Latina, que contou com a assessoria do ICA; fala de sua alocação na divisão de associativismo do Inda e do trabalho feito para transformação das associações em sindicatos; fala de sua volta para Brasília e dos curso de capacitação das lideranças rurais sobre associativismo e cooperativismo para a delegacia da Contag em Goiás; narra como, com a criação do Incra, assumiu a Seção de Sindicalismo do Departamento de Desenvolvimento Rural; fala das diversas convocações para depor no SNI; conta porque retornou à faculdade em 1968 para estudar Pedagogia; fala da diversificação das atividades do Incra e das atividades de apoio a artesanato, dizendo que, na segunda metade da década de 1970, trabalhou na área de capacitação do Projeto de Desenvolvimento do Artesanato Rural e no Projeto de Assistência Técnica às Cooperativas de Eletrificação Rural; fala da metodologia de instrução programada que desenvolveu e que impulsiona o processo ensino-aprendizagem a partir do questionamento; comenta a capacitação geral do Incra e a distância entre as atividades técnicas e as atividades de capacitação; fala do planejamento didático-pedagógico das atividades do Incra, realizado pelo Departamento de Desenvolvimento Rural; a estruturação do Programa Integrado de Desenvolvimento e Sindicalismo Rural e a posterior publicação do material; fala de sua aposentadoria em 1991; retoma, por questões feitas pelos entrevistadores, alguns temas como a ação dos flagelados no Ceará, a Coluna Prestes; a presença do SNI no Incra; a relação entre a Contag, Fetag e o Incra; comenta a influência do curso de Cultura Brasileira do Professor Oneir Baranda, da UnB, no trabalho do entrevistado; refere-se aos que considera equívocos do socialismo russo e do cubano; finaliza apontando suas grandes frustações políticas na Nova República e nos anos recentes.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Elizabeth Prescott Ferraz
DADOS BIOGRÁFICOS: Funcionária do Incra desde 1980. Formada em estatística.

ENTREVISTADOR (ES): Regina Ângela Landim Bruno e Antônio Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 18/10/2005
LOCAL: Brasília, DF
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: Transcrição e revisão realizada entre 22 e 27 de fevereiro de 2007 por José Roberto Bernardo. Revisão final: Marcelo Medeiros e Regina Bruno (2012).

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.cd.elfe	02 faixas digitais gravadas em CD.	Não	Há conteúdo de entrevista apenas nas duas primeiras faixas. Áudio ruim: voz abafada e baixa, com muito ruído externo.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.elfe	02h14min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.elfe	30 páginas	Sim	Transcrição digitada/revisada.

DESCRITORES:

Amazônia
Anoreg-BR – Associação dos Notários e Registradores do Brasil
Cadastro Rural
Conflito por terra
Desapropriação de terra
Estatuto da Terra
Governo Collor
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
Irib – Instituto de Registro Imobiliário do Brasil
ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
Mirad – Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento
Nova República
Política agrária
Reforma agrária
Regularização fundiária
Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados
Supra- Superintendência de Política Agrária
Tributação fundiária
UMC – Unidade Municipal de Cadastramento

SUMÁRIO:

A entrevistada fala sobre sua origem, formação e como chegou ao Incra; conta como se deu sua inserção no Incra e como era o seu trabalho na área de cadastro rural; fala sobre os diferentes momentos em que foi feito o cadastro rural, desde o Ibra até o Incra; conta brevemente sobre o trabalho que desenvolveu quando ingressou no setor de cartografia; relata a proibição de divulgação das informações sobre os cadastros rurais; segue narrando como era o trabalho de produção de estatísticas e novamente sobre a proibição de divulgar esses dados até o início da Nova República; fala sobre o que considera uma instabilidade do Incra, pois é um órgão originário de diferentes outros órgãos; comenta como viveu o período de repressão, durante o governo militar, e como foi a transição para o período democrático, citando o período de extinção do órgão, na segunda metade dos anos 1980; conta alguns fatos ocorridos com a extinção da autarquia; explica um pouco como era o trabalho no setor de cadastro no fim dos anos 1980 e início dos 1990 e conta como foi sua transição entre esse setor e o de Planejamento; discorre sobre o período de extinção do Incra, sobretudo em relação ao seu orçamento, que fora destinado ao Mirad, até quando esse Ministério foi extinto; fala sobre o cadastro da Receita Federal e o ITR; comenta sobre a área de cadastramento do Incra e a modernização no trabalho nessa área; narra como foi o trabalho de uma tentativa de fazer cadastros integrados entre o Incra, a Receita Federal e o Ibama; discorre sobre o processo de extinção do setor de cadastro do Incra, nos anos 2000, lembrando-se de como algumas pessoas da equipe reagiram; cita alguns companheiros de trabalho do setor de cadastro; fala brevemente sobre as capacitações para os servidores do Incra da área de cadastro e do diálogo desse setor da autarquia com as prefeituras, sobretudo em relação ao repasse do ITR do Incra

para as prefeituras; comenta brevemente sobre desapropriação e conflitos de terra e volta a falar sobre o cadastro rural e a importância desse trabalho; comenta a tentativa de reestruturação do Incra no sentido de ter profissionais na área de cadastro; fala sobre o setor de regularização fundiária do Incra e sobre a retomada de alguns trabalhos na área de cadastro rural na instituição; a entrevistada diz o que representa o Incra para ela e em seguida explica como a sua profissão contribui para o trabalho da autarquia; discorre sobre um contrato de trabalho com o Serpro e volta a falar sobre o trabalho na área de cadastro e estatística, indicando dificuldades, problemas e a importância desse serviço para o serviço como um todo do Incra; fala sobre o seu pai, que foi funcionário do Incra; volta a falar do contrato firmado entre o Incra e o Serpro na área de processamento de dados; argumenta que a área de cadastro é estratégica para o desenvolvimento de uma política agrária.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Eudes de Souza Leão Pinto
DADOS BIOGRÁFICOS: Formado em Agronomia, trabalhou em diversas frentes: órgãos governamentais, instituição de ensino superior e empresa privada. Foi o presidente do INDA durante o governo de Castelo Branco e o idealizador do chamado Município Modelo.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho, Regina Ângela Landim Bruno e Antônio Rubens Pompeu Braga.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 08/11/2005
LOCAL: Brasília, DF
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final: Leonilde Medeiros

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO0	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en Ml.k7.eule	03 Fitas K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico. Áudio regular (com ruído). Há também cópia digital (incompleta).
MP3	MSPP/en Ml.mp3.eule	02h46min	Sim	Fitas 1, 2 e 3 reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en Ml.trans.eule	45 páginas	Sim	Digitada e revisada.

DESCRITORES:

Adesg - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
Agrovila
Colonização
Estatuto da Terra
Humberto de Alencar Castelo Branco (presidente da República)
Artur da Costa e Silva (presidente da república)
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Igreja Católica
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Luis Fernando Cirne Lima (Ministro da Agricultura, governo Costa e Silva)
Município Modelo (Inda)
Padre Melo
Plano Sobradinho-Moxotó
Supra – Superintendência de Política Agrária
Terras devolutas

SUMÁRIO:

Fala de sua formação acadêmica em Agronomia e estágio na Usina Beneficiadora de Leite em Recife, através do Programa Auxiliar de Acadêmicos; relata que, formado em Agronomia, trabalhou para diversos governos e teve papel na formação da parceria entre a Igreja e o governo com o objetivo de desarticular o poder dos intermediários da comercialização dos produtos agrícolas dos pequenos e médios produtores em Pernambuco; fala da criação da Companhia de Armazém e Silos, destinada principalmente à produção de algodão, como garantia de crédito junto aos bancos privados; relata que era professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco e, em 1953, começou a trabalhar como chefe do Departamento Agronômico na Sanbra, empresa privada; comenta que, em 1962, instituiu-se o parlamentarismo no Brasil e tornou-se Vice Ministro da Agricultura do governo de Tancredo Neves; relata a formação de uma comissão de membros ligados ao Gabinete do Ministro da Agricultura, com a finalidade de estabelecer a base operacional para a reforma agrária a partir do amplo levantamento do conhecimento produzido sobre a temática; afirma que a Supra possuía caráter mais ideológico do que técnico, em comparação ao trabalho realizado no Ministério; conta que fez o curso da Escola Superior de Guerra, ocasião em que teve a oportunidade de se aproximar do presidente Castelo Branco; foi presidente da Adesg, instituição que, segundo ele, tinha o objetivo de desarmar os espíritos belicosos; narra como tornou-se assessor de Roberto Campos no Ministério do Planejamento, responsável pela área agroindustrial e comercial do Ministério; fala que, no governo de Castelo Branco, a reforma agrária, aliada à introdução de tecnologia no meio rural, era entendida como solução para a desigualdade social; conta que o Ministério do Planejamento formou a comissão de elaboração do Estatuto da Terra; relata a extinção da Supra e criação de dois órgãos com autonomia administrativa e financeira: o Ibra, e o Inda; conta os problemas gerados pela criação dos dois órgãos dedicados à política de reforma agrária; fala sobre como foi nomeado presidente do Inda; relata a idealização do município modelo como representativo da harmonia entre os atores políticos e sociais implicados; explica como funcionava a seleção dos municípios a serem considerados modelo e dá os exemplos de Ibirubá, no Rio Grande do Sul, Crato, no Ceará e Surubim, em Pernambuco;

comenta como engenheiros agrônomos e topógrafos do Inda levantaram a área do município modelo e criaram o sistema de comunidades organizadas, legitimada pela participação comunitária; narra a reunião em que Castelo Branco propôs que o poder fosse passado para um civil e a resistência de Costa e Silva à proposta; fala sobre a fusão do Ibra e Inda, por Cirne Lima; comenta a grande influência de Padre Melo nas Ligas Camponesas e o acordo com o Inda para a implementação dos núcleos de assentamentos de trabalhadores rurais nordestinos na Amazônia; relata como as agrovilas eram objeto de construção do município modelo; fala do cadastro rural, que deu origem ao imposto territorial e comenta as diferentes atribuições do Inda e do Ibra, balizadas pelo Estatuto da Terra; comenta a dificuldade do Inda em gerir os servidores da ex-Supra; diz que sua formação intelectual e ideológica deriva de sua educação católica e da experiência da Adesg; critica a descontinuidade governamental e ilustra com o caso do Plano Sobradinho-Moxotó; enfatiza a necessidade de criar consciência nos jovens, para reduzir as desigualdades sociais e estabelecer um programa de trabalho eficiente; relata o porquê do Ministro do Planejamento, Roberto Campos, ficar com a incumbência do Estatuto da Terra ao invés do Ministro da Agricultura.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Eva Maria de Souza Sardinha
DADOS BIOGRÁFICOS: Formada em Economia pelo Ceub – Centro de Ensino Unificado de Brasília. Diretora de Gestão Administrativa do Incra.

ENTREVISTADOR(ES): Abdias Vilar de Carvalho, Regina Ângela Landim Bruno e Antônio Rubens Pompeu Braga.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antônio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 12/12/2005
LOCAL: Brasília, DF.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/en. MI.mp3.evsa	02h52min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.evsa	33 páginas	Sim	Transcrição digitada e revisada.

DESCRITORES:

Clube do Jovem Rural (Incra)
Colonização fundiária
Cooperativismo
Desapropriação de terra
Desenvolvimento rural
Governo Collor (1990-1992)
Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)
Governo Lula (2003-2006)
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural
José Francisco de Moura Cavalcante (presidente Incra)
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mercado de terras
Município modelo
Paulo Yokota (presidente Incra)
Política de desapropriação
Projeto Iguatemi (Incra)
Títulos da Dívida Agrária
Transamazônica

SUMÁRIO:

Áudio Digital 1: Apresentação da entrevista
Áudio Digital 2: Fala sobre sua formação, trajetória e chegada ao Incra; conta sobre ingresso no Inic para trabalhar na Hospedaria dos Imigrantes em Brasília; explica como era a Hospedaria; comenta o início do Governo Militar e fim da Hospedaria; conta onde era a sede do Inic e do Inda; afirma que Brasília abrigava uma estrutura mínima até a década de 1970; conta sobre como passou a atuar com o fim da Hospedaria; fala sobre iniciativa de transferir o Inda para Brasília; diz que participou da comissão para providenciar as instalações dos funcionários transferidos do Rio de Janeiro; fala sobre primeiras diretorias transferidas para Brasília; explica que na época o Inda se dedicava aos projetos de desenvolvimento rural e de colonização; explica o que era o Município Modelo; fala sobre relação entre o Inda e o Ibra e a diferenciação do quadro de servidores; contextualiza sua permanência no Inda; conta que, em 1972, estudando Economia no Rio de Janeiro, foi convidada para compor a equipe da Sub-unidade Contábil, sediada em Brasília e vinculada à Secretaria de Finanças do Rio de Janeiro; comenta sobre formação da equipe dessa sub-unidade; fala sobre período de José Moura Cavalcante como vice-presidente do Incra; conta sobre a ênfase dada aos trabalhos na Transamazônica e à política de desapropriação compulsória das áreas não cultivadas; cita áreas priorizadas para as desapropriações; fala sobre modalidade de indenização na época: títulos da dívida agrária; conta que a responsabilidade de gerir os títulos era do Serviço Executivo de Finanças (SFE) – órgão que substituiu a Sub-unidade Contábil; diz que Secretaria do Tesouro Nacional fazia posteriormente o registro desses títulos; fala sobre inauguração da Transamazônica; afirma o

mérito do Incra na criação da Transamazônica; fala sobre transferência das famílias com vocação agrícola e cadastradas pelo Incra; comenta sobre dificuldades encontradas para assentamentos dessas famílias; fala sobre evasão de famílias; responde de onde provinham os recursos para a construção da Transamazônica; conta sobre processo de transferência de famílias para a região da Transamazônica; fala sobre o Projeto Iguatemi: êxito do projeto, origem das famílias, função de área de segurança, produtividade; fala sobre atuação do presidente Lourenço Vieira da Silva (década de 1970); explica o que era o Clube do Jovem Rural durante o período do José Moura Cavalcante; fala sobre período de incentivo à produção do artesanato rural; afirma que a administração do Incra foi afetada pela rotatividade na presidência da instituição; fala sobre atuação de Paulo Yokota na transformação do Incra em Autarquia Especial; comenta dificuldade de gestão do Incra por sua capilaridade; fala sobre gradativa perda de capacidade desapropriatória do Incra; fala sobre desconhecimento da sociedade sobre o que são os TDAs; comenta desqualificação desses títulos; fala sobre tentativa de afastar os lobistas das ações do Incra com os TDAs.

Parte 3 – Áudio Digital 3: Fala sobre decreto 578/1992 que transfere para o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento a competência sobre a emissão de TDAs; comenta sobre títulos que estavam com o Poder Judiciário, depositados na Caixa Econômica; explica relação do valor justo da indenização e valor declarado no ITR; conta que o Incra conseguiu fazer o recadastramento dos títulos depositados em juízo na Caixa Econômica; fala sobre dificuldade de zerar os passivos; afirma que, com o aquecimento do mercado de terras, o Incra passou a dar prioridade às aquisições diretas, via decreto 433/1992; diz que atualmente o Incra pode investir em infraestrutura por possuir recursos e sistema de crédito para o assentado; fala sobre a Medida Provisória nº 2027-38/2000: determinação de separação dos valores do imóvel, da benfeitoria e do crédito; fala sobre aumento da inadimplência após a Medida Provisória 2027/2000; diz que o orçamento do Incra melhorou com o Governo Lula e que a instituição mantém a ênfase na desapropriação; conta que a parceria do Incra com a Caixa Econômica não vingou devido à dificuldade operacional das prefeituras; opina sobre o sucesso da reforma agrária e seus principais problemas administrativos.

Áudio Digital 4: Comenta sobre a desapropriação das áreas onde há quilombolas; fala sobre extinção do Incra e funcionamento do Mara (Ministério da Agricultura e Reforma Agrária) no período; diz que a extinção do Incra foi recebida com surpresa pelos servidores; cita instituições e políticos que apoiaram o retorno do Incra; fala sobre período em que servidores foram postos em disponibilidade (Governo Collor); explica porque essa mão-de-obra nunca mais foi recuperada; destaca os principais marcos na história do Incra, em especial a Transamazônica e a regularização fundiária; comenta sobre a má compreensão do TDA na época do lançamento do primeiro PNRA (1985); fala sobre convênios e contratos nacionais e internacionais que o Incra teve e tem; diz que a maior parte do orçamento do Incra é destinado a convênios com prefeituras e associações de assentados; afirma que ainda há uma dificuldade na prestação de contas; diz que as denúncias de supervalorização das terras na época do Mara afetaram os TDAs e levaram à inibição de processos de desapropriação; afirma que o Incra é um órgão especial porque lida com um problema grave do Brasil; cita a relação do Incra com os movimentos sociais, empresários e proprietários; fala sobre o relacionamento do Incra com o MDA e a necessidade de animar a troca entre as instituições, principalmente com o Pronaf; afirma uma necessidade de aproximar dirigentes e servidores.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Fernando Calicchio
DADOS BIOGRÁFICOS: Assessor da presidência do Ibra; chefe da Divisão de Cadastro Rural do Ibra; chefe da assessoria técnica do Ibra; diretor superintendente do Serpro; trabalhou no cadastro técnico da Divisão de Informação de Sistemas Rurais do Serpro; trabalhou na implantação do Instituto de Terras do Rio de Janeiro– Iterj; consultor do Nead/MDA.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho, Regina Ângela Landim Bruno e Antônio Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 08/08/2005
LOCAL: Rio de Janeiro, RJ
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final: Marcelo Medeiros e Regina Bruno.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.K7.feca	03 Fitas K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.feca	02h40min	Sim	Fitas 1, 2 e 3 reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.feca	47 páginas	Sim	Transcrição digitada e revisada.

DESCRITORES:

ARA – Associação de Reforma Agrária
Cadastro Rural de Imóveis Rurais
Carta de Brasília
Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
Cencra – Centro Nacional de Capacitação em Reforma Agrária
César Cantanhede (participante da Missão FAO, 1968)
Luis Fernando Cirne Lima (Ministro da Agricultura, governo Médici)
CNRA - Campanha Nacional pela Reforma Agrária
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Emenda Constitucional n.10
Estatuto da Terra
Dryden de Castro Arezzo
Emenda Constitucional no. 10
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Gera – Grupo Executivo da Reforma Agrária
Gret – Grupo de Regulamentação do Estatuto da Terra
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Icira - Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria/Chile
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Inic – Instituto Nacional de Migração e Colonização
ITR – Imposto Territorial Rural
Marcelo Alencar (prefeito do Rio de Janeiro)
Maurício Rangel Reis (Secretário geral do Ministério da Agricultura, 1965/1966)
Nead – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
Nova República
Núcleos coloniais
Paulo Assis Ribeiro (Ibra)
Pner – Plano Nacional de Estatísticas Rurais
Reforma Agrária
Semana da Terra
SSR - Serviço Social Rural
Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados
Supra – Superintendência da Reforma Agrária

SUMÁRIO:

Inicia contando como foi trabalhar no Ibra; fala sobre a criação desse órgão, sua constituição a partir de servidores do Inic, SSR e Supra; conta sobre processo seletivo para entrar para o Ibra; fala sobre a formação de Paulo Assis Ribeiro, presidente do Ibra, sua aproximação com César Cantanhede, Tomás Pompeu Aciolli Borges e Alberto Passos Guimarães e a busca de pessoal para assumir o programa de reforma agrária; relata o início do seu trabalho com César Cantanhede na implantação do Cadastro de Imóveis Rurais e Semanas da Terra; narra como ficou responsável pelo Serviço Especial de Implantação do Cadastro; fala sobre o envolvimento da Presidência da República com a reforma agrária logo após o golpe militar; explica o

mecanismo de organização da Semana da Terra e sua primeira atuação no Ibra; fala do trabalho com os municípios sobre declarações de imóveis rurais; explica a preparação para lançamento do ITR; menciona a percepção da necessidade de diminuir os conflitos agrários e a ação do Serviço Geográfico do Exército com o Ibra para regularizar a posse da terra e as faixas de fronteiras; cita os programas fundamentais de trabalho do Ibra, presentes no Estatuto da Terra: cadastro, tributação, desapropriação, regularização fundiária e expansão de fronteiras agrícolas; fala do pessoal remanescente do órgão que permaneceu no Inda para assumir os antigos núcleos coloniais; discute a implantação do Imposto Territorial Rural em 1967, seus efeitos e a montagem de cobrança proposta por Paulo Assis Ribeiro; fala sobre a Emenda Constitucional n.10 e a discussão em torno do ITR; explica a estrutura do Ibra nesse momento, sobre o Cadastro e Tributação, as delegacias; retoma o ITR – implantação, convênios para montar a rede, bancos envolvidos, critérios de pagamento, proporção do projeto; diferenciação entre os períodos de atuação com a IBM e com o Serpro; caracteriza o trabalho de implantação do ITR; menciona Vanderbilt Duarte de Barros e a iniciativa de criação do Cencra; ida para o Chile em 1967; fala da saída de Paulo Assis Ribeiro e entrada de César Cantanhede no Ibra e sobre a subordinação desse órgão ao Ministério da Agricultura; conta que em 1968 conseguiu levar César Cantanhede para reuniões no Chile e sobre a sensibilização dele para a aceleração do processo de reforma agrária no Brasil; formalização de pedido à FAO para vinda de uma missão técnica para o Brasil; comenta o posicionamento de Cirne Lima, então presidente da FARSUL, mas que logo depois seria Ministro da Agricultura, sobre a reforma agrária; comenta que foi um período de questionamento da política gerada dentro do Ibra, dentro das próprias delegacias e reações externas; fala da presença de Golbery e seu apoio a Paulo Assis Ribeiro; comenta o fim da missão da FAO e a origem a um documento preparado para a Carta de Brasília; cita a avaliação crítica e propostas desse documento e sua aprovação na Carta de Brasília; fala sobre o decreto de intervenção federal no Ibra, a chegada do interventor e a articulação para sua derrubada; entrada do general Moraes na presidência do Ibra, em substituição ao interventor, por indicação do então chefe do SNI, Emílio Garrastazu Médici; cita quem fazia parte da campanha contra o interventor; refere-se à Agência Brasileira de Informações na Cinelândia, de cuja criação foi encarregado Marcelo Alencar, ainda no período de João Goulart; fala sobre campanhas pró reforma agrária que fizeram na mídia impressa; retoma a queda do interventor e a entrada do general Moraes, o apoio da esposa do general à reforma agrária; comenta a criação e composição do Gera em 1969, e a atuação de Maurício Rangel, seu secretário executivo; afirma que a situação política nesse período era contra a reforma agrária; comenta a criação do grupo Inda/Ibra para revisão de metodologia de trabalho com os núcleos coloniais e os problemas intra-corporações; fala apresentação de proposta das Associações de Reforma Agrária e explica o que eram; opina sobre o período do general Moraes (1969 – 1971), atuação de Arezzo e a marginalização de Fernando Calicchio; comenta decreto de Costa e Silva, proposto por Maurício Rangel, para analisar a fusão do Ibra com o Inda e seu posicionamento sobre a fusão; comenta as acusações de Cirne Lima contra César Cantanhede e Paulo Assis Ribeiro e a saída de cena de Paulo Assis Ribeiro; enfrentamento do problema do Gera e apresentação de documento do governo que aprovava a necessidade de aceleração no processo de reforma agrária; apoio de Malan contra fusão Inda e Ibra, indicação do coronel Manso Neto para diálogo; fala das tensões que tinha com Dryden de Castro Arezzo e Fernando Scott; comenta a fusão Inda e Ibra e a entrada de José Francisco Moura Cavalcante na presidência do Incra, bem como seu pedido de um plano de reforma agrária; fala do seu afastamento do Incra a partir desse momento e ida para o Ministério do Interior, no Serphau – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, onde foi criado o primeiro banco de dados integrado para o Brasil; narra o processo de montagem do I Plano Nacional de Estatísticas Rurais; conta que o Serpro contratou Paulo Assis Ribeiro que tinha livre trânsito nessas áreas e se tornou

coordenador da montagem do plano; fala que Paulo Assis Ribeiro e Alberto Passos Guimarães realizaram nessa época dois estudos, entre eles um sobre a Amazônia; menciona contrato com o Cebrap em São Paulo, quem eram os envolvidos, a aprovação do primeiro bloco de estatísticas, a produção dos volumes, e o convênio com o Serpro que levou pessoal do Incra à criação da Divisão de Sistemas de Informação Rural; diz que foi um momento de grande produção e contato com diferentes pessoas; fala do retorno de Betinho do exterior, criação do Ibase e a ida dele e de Carlos Afonso para a Divisão de Sistemas Rurais, em busca de dados; conta que foi afastado para ir trabalhar em outra área do Serpro; fala do seu retorno em 1995; comenta sobre a Nova República, o I PNRA e a atuação do que chamou o "exército dos seis malucos" do qual ele e José Gomes da Silva fizeram parte; explica que em 1995 veio para o Rio de Janeiro a convite de Marcelo Alencar para implantar o Instituto de Terras do estado, onde permaneceu durante três meses e depois foi fazer uma consultoria para a FAO, relacionada a um projeto de capacitação; retoma os anos 1968 e 1970 para contextualizar a questão da capacitação; fala sobre retomada do Nead e o convite para ser consultor e montar um sistema de acompanhamento do projeto Cédula da Terra, que estava sendo implantado; fala sobre atuação de Edson Teófilo nesse período, sua saída e entrada de Calicchio no lugar; fala sobre a aliança de Edson e Ivônio Barros Nunes, representante de Betinho em Brasília; conta sobre o término de seu contrato com o Incra em 2000 e escritura de relatório afirmando não querer ser contratado novamente; faz um histórico pessoal: onde nasceu, quando veio para o Rio, seus estudos, envolvimento em agremiações políticas, sua entrada e colegas da PUC, desistência da carreira diplomática; conta que quando se formou chegou a ser convidado para dar aula na PUC, mas a proposta de trabalho no Ibra o fazia sentir-se engajado profissionalmente; discussão sobre a reforma agrária para ele se deu realmente no Chile, tanto na Cepal quanto no Icira; fala sobre as pessoas que estavam exiladas no Chile naquele período; comenta sua relação com o padre Ávila da PUC e a situação dessa Universidade, marcada pela divisão entre cursos com posicionamentos de direita e de esquerda; refere-se à visita de Paulo Freire à PUC, a confusão que ocorreu durante "Semana do Nordeste"; fala sobre sua experiência de trabalho no Incra; diz que a reforma agrária não foi feita até hoje, mas que houve um avanço com o MST; apresenta suas dúvidas sobre o que vai acontecer no processo de reforma agrária; conta que se tornou um pequeno produtor e fala que acredita que no Rio de Janeiro seja mais difícil viver da propriedade do que no Nordeste, por conta de uma política voltada para a indústria do lazer/turismo; opina sobre a situação da agricultura familiar no RJ; retoma o Ibra e comenta sobre como chegavam as discussões sobre a reforma agrária dentro e fora do Ibra, da fama de direita de Paulo Assis Ribeiro; acredita que o I PNRA teve uma energia impulsionadora da discussão, e que até a Nova República havia um amortecimento da discussão dentro dos partidos políticos; fala das diferenças de posições entre Paulo Assis Ribeiro e José Gomes da Silva, da eleição do primeiro como presidente do Ibra e da frustração do segundo; comenta o posicionamento de Paulo Assis Ribeiro sobre a pequena propriedade, sua preocupação com o aumento da produção de alimentos.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Fernando José Mara
DADOS BIOGRÁFICOS: Diretor do Departamento de Cadastro do Incra; Adjunto de Superintendente do Incra de Pernambuco; Superintendente do Incra de Pernambuco; Aposentado pelo Incra.

ENTREVISTADOR(ES): Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Rubens Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA:10/11/2005
LOCAL: Recife, PE.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. Ml.k7.fema	05 Fitas k7/60 min	Sim	Fitas em bom estado físico. Áudio bom.
MP3	MSPP/en. Ml.mp3.fema	04h29min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. Ml.trans.fema	42 páginas	Sim	Digitada e revisada.

DESCRITORES:

Assentado rural
Banco do Nordeste
Brasília
Bário Sarin (presidente Incra)
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
Fetape – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
Grande proprietário rural
Higino Mendes de Castro (superintendente Incra/PE)
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural
Jader Barbalho (Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário)
Lei do Rito Sumário
Marcos Freire (Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário)
Marcos Lins (presidente Incra)
Massacre de Eldorado dos Carajás (PA)
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Paulo Yokota (presidente Incra)
Pequeno proprietário rural
Pernambuco
Procera – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Incra)
Projeto Nordeste
Prorural – Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
UDR – União Democrática Ruralista
Walter Costa Porto (presidente Incra)
Willian Jansen (funcionário Incra)
Zona canavieira

SUMÁRIO:

Fita 1 Lado a: Inicia com sua origem; cita o advogado Walter Costa Porto, ex-presidente do Incra; retoma sua história pessoal: onde nasceu, onde viveu e entrada no Ibra; fala sobre período de sua entrada no Ibra em 1966: quem o levou para lá, em que departamento trabalhou; fala sobre serviço temporário que foi chamado para fazer no Incra para lançamento do primeiro ITR; opina sobre a legislação da tributação rural; diz que sua história é mais voltada para o Ibra; fala sobre sua ida ao escritório regional de Recife do Incra; afirma que Incra em Pernambuco foi altamente politizado; 1972: depoimento do senador Paulo Guerra contrário ao Proterra; conta que no início de 1973 os servidores do Incra eram hospedados dentro do próprio Incra quando eram alocados em lugares diferentes; diz que acredita que era uma forma de controlar o funcionários; diz que no período em que trabalhou no Ceará teve grandes experiências com o Proterra; fala que na época realizou uma apostila e começou a capacitar funcionários; comenta sobre convênio entre Serpro e Incra e aproveitamento do pessoal do Serpro para composição

do quadro do Incra; fala sobre vivência no Ceará: visita aos municípios, colegas de trabalho; conta sobre visita ao município de Aiuaba (CE) e sobre o técnico Edson Teófilo; comenta sobre treinamentos que realizou com funcionários do Incra sobre cadastro, cálculo, módulo; especifica sobre o que se trata o módulo e as falhas que houveram nele durante os processos de assentamento; 1979: convite para assumir a Divisão de Cadastro Rural em Brasília; explica qual foi sua atuação nessa Divisão; cita o analista de sistemas Manoel Martins; fala sobre pioneirismo na criação de malha fiscal com o Departamento de Cadastro; fala sobre atritos que existiram entre a equipe do Incra e a equipe do Serpro e as consequências disto; coloca problema vivido no Incra devido ao uso de cadastros diferentes para cada departamento, gerando aumento de despesa no orçamento; comenta crises internas no período; conta sobre situação vivida assim que assumiu a cadeira de diretor de cadastro; fala sobre trabalho realizado como diretor do cadastro: capacitação de técnicos do Incra e presença na comissão de agricultura.

Fita 1 Lado b: Conta sobre realização de malha fiscal para encontrar um índice para o ITR que fosse admitido para o governo e para os proprietários rurais; diz que Incra precisava ter um departamento de planejamento forte; comenta sobre seu retorno à Recife, diz que assumiu cargo inferior; 1981: "lei do autoritarismo", diz que com sua saída o pessoal do Serpro entrou no Incra; cita modificações nos cargos após sua saída; fala sobre início do trabalho em Recife, dificuldades encontradas, atuação no Projeto Nordeste; comenta sobre o Projeto Nordeste: briga interna entre tendências de esquerda e de direita; defende a utilização racional do espaço do Incra, a discussão do trabalho a nível técnico e não ideológico ou pessoal; comenta crítica feita por Paulo Yokota ao Cadastro do Incra durante seu mandato na presidência do órgão; conta como comprovaram a Paulo Yokota que o trabalho do Cadastro estava correto; afirma que até o processo de fiscalização só quem possuía acesso ao Incra eram os proprietários rurais e não os trabalhadores; diz que fiscalização antecedeu a preparação do manual; explica papel da fiscalização; fala sobre golpe sentido quando da transferência do ITR para a Receita Federal na década de 1990; diz que ficaram sem instrumento para criar estoques de terras; comenta vazio de delegação ocorrido em Pernambuco e no Vale do Paranapanema em São Paulo neste período; diz que vazio gerou transferência de usinas dando espaço para a entrada do MST; ressalta que aparecimento dos movimentos sociais motivou regulamentação chamada de lei de Rito Sumário; fala sobre aparecimento da liderança de Manoel Santos na Fetape durante este período; fala sobre atuação de Bário Sarin durante seu mandato na presidência do Incra de Pernambuco (1985); Fala sobre transferência de profissionais para o cadastro em 1985 e opina sobre importância deste departamento; conta que Bário Sabin saiu do Incra para concorrer a deputado estadual, tendo como sucessor Higino Mendes de Castro; comenta acusações da Fetape aos funcionários do Incra durante mandato de Higino Mendes de Castro; retorna ao processo de fiscalização dos estado: fala sobre desenvolvimento dos técnicos.

Fita 2 Lado a: Fala sobre uso pela primeira vez da fotografia aérea como instrumento de trabalho; comenta conflito pessoal de Higino Mendes de Castro por sua ligação à Fetape e como superintende do Incra; conta casos de desapropriações amigáveis em que os proprietários ficaram com parte da área do imóvel; cita mandato temporário de Terezinha Bitencourt posterior à saída de Higino Mendes de Castro; cita Willian Jansen e contexto de seu retorno; contextualiza situação no Incra durante avanço democrático, processo das Diretas Já, anistia; comenta saída de Luiz Carlos da direção do Departamento de Cadastro e processo de sucessão do cargo; fala sobre entrada de Willian Jansen na direção do Departamento do Cadastro e sua posse como adjunto, cargo até então assumido por Gilberto Bampi; cita situação em que proprietários rurais alegavam excesso de posse de terras pela igreja e levantamento sobre possessões de terras de políticos; comenta acidente de avião que matou Marcos Freire, Dirceu

Pessoa, Ivan Ribeiro; afirma que a perda desses integrantes do Incra foi uma perda para a reforma agrária, para o país; entrada de Jader Barbalho para Ministro do Incra; fala sobre pedido da equipe para que retornasse à Pernambuco; cita Inês Marinho, técnica, enviada para ser sua assessora.

Fita 2 Lado b: Explica como se deu seu retorno para Pernambuco, motivação e conflitos; comenta sobre gráfica do Incra; cita presença de Carlos Wilson e Joaquim Francisco no Incra de Pernambuco; elogia atuação de Moura Cavalcanti; fala sobre elaboração de um sistema de Planejamento; explicita funções e dados que a divisão de Planejamento abarcava; fala sobre implantação do Planejamento em Pernambuco e em Brasília; início da década de 1990: comenta contexto político – Joaquim Francisco, governador de Pernambuco, Mendonça Filho, secretário de agricultura, e Maviael Cavalcanti, presidente do Incra; conta sobre convite de Maviael Cavalcanti para que fosse superintendente adjunto do Incra; critica formação interna do Incra na época; diz que nessa época os governadores tinham o hábito de cada um criar um programa de reforma agrária no estado; comenta criação do órgão estadual de terras e o Programa Terra e Comida; diz que foi convidado especial, como consultor, do órgão estadual de terras; explica o que foi o Programa Terra e Comida; cita caso de anteprojeto para a posse da área arrendada por arrendatários; coloca qual foi sua opinião e questionamentos a respeito do caso na época; fala sobre entrada de Osvaldo Russo no Incra e mudança da linha política e quadro interno do Incra; fala sobre sua situação dentro do Incra nesse período; observa que o Incra de Pernambuco foi o único que possuiu um auditório para reuniões; fala sobre processo que culminou em convite para assumir a superintendência do Incra de Pernambuco; afirma que nessa época o Incra possuía capacitação intensiva; diz que ficou sete meses como superintendente do Incra sem querer ocupar o cargo; 1993: invasão dos sem terras no Incra de Pernambuco concomitante à sua nomeação à superintendente; comenta sobre seu processo de aposentadoria; comenta sobre programa na usina Catende, desapropriações; comenta sobre acidente que matou José Roberto; conta que indicou Isnaldo para assumir o lugar de José Roberto; fala sobre problema vivido para desapropriação da Fazenda Pitanga (PE), discussão sobre produtividade da terra e envolvimento dos movimentos sociais; fala sobre avanços ocorridos no Incra nesse período: avanço dos movimentos sociais, avanço tecnológico na capacitação; fala sobre entrada de Marcos Lins na presidência do Incra; comenta sobre processo de descentralização da superintendência: estratégia e objetivos; critica dependência atual do Incra com os trabalhadores dos movimentos sociais; defende criação de um conselho municipal de reforma agrária; fala sobre criação da sede do projeto fundiário do Médio São Francisco, atual superintendência em Petrolina.

Fita 3 Lado a (único): Comenta sobre curso de capacitação dado para assentados no Centro de Capacitação da Serra Talhada; cita problema vivido com o Banco do Nordeste para a liberação do primeiro Procera; lembra seminário internacional ocorrido em Pernambuco no período da presidência de Marco Lins.

Fita 4 Lado a: Contextualiza exoneração do presidente Marco Lins e entrada de seu sucessor Raul do Vale; lembra período pós Massacre de Eldorado dos Carajás (PA) e acúmulo de superintendências; fala sobre conflito ocorrido em Normandia: localização da propriedade, ocupação, insurreição do conflito; fala sobre comunicação decorrente do conflito que pedia reintegração de posse da superintendência então ocupada por integrantes do MST e da Fetape; opina sobre resultados da descentralização das ações do Incra; reafirma necessidade de criação de um conselho municipal para tratar da reforma agrária; comenta sobre desestruturação ocorrida no Incra; defende existência de um Centro Nacional de Capacitação

que tivesse o apoio do Ibama; relembra bloqueio de certificados de cadastros durante administração de Raul Jungmann; defende fortalecimento do planejamento e da parte de cadastro técnico de georeferenciamento do Incra; explicita problemas decorrentes de falhas nesses dois campos; fala sobre necessidade de interligação entre o cadastro e o registro de imóveis: possibilidade de criação de uma demanda de terra para a reforma agrária; opina sobre Incra: órgão estratégico, técnico, deve ser reformulado e mais profissionalizado; recoloca necessidade de um Centro de Capacitação Nacional; questiona eficiência de uma dependência entre assentamentos e movimentos sociais; fala sobre possibilidade de uso dos estudos já realizados pela Embrapa; opina sobre relação entre Incra e grandes proprietários rurais; comenta reclamações dos proprietários rurais sobre ocupações; aborda questão dos créditos para pequenos e médios proprietários; defende interiorização dos projetos de assentamento.

Fita 4 Lado b: Afirma haver preocupação excessiva nos processos desapropriatórios em detrimento da disponibilidade de crédito, infraestrutura para pequenos e médios proprietários e eficiência dos assentamentos; opina sobre processo da reforma agrária na zona da mata; diz que desapropriações de engenhos estão soerguendo a zona canavieira; contrapõe eficiência dos assentamentos no sertão com os da zona canavieira; fala sobre falta de capacitação dos assentados da zona canavieira; exemplifica com caso de desapropriação de dois engenhos de cana próximos à uma grande fábrica de ração para avicultura; opina a respeito da relação dos municípios com a criação de indústrias em seus territórios; exemplifica com financiamento realizado pela Prorural; questiona foco de investimentos feitos para a produção agrícola; reafirma problemática da ausência de integração entre Incra e governo do Estado e dependência dos assentamentos aos movimentos sociais; opina sobre politização do Incra de Pernambuco; diz que não sentiu pressão dos políticos para que não houvesse desapropriações nas áreas de imóveis; cita políticos favoráveis a desapropriações para ganhar visibilidade política; fala sobre como os proprietários se comportam sobre desapropriações nas comissões agrárias; fala sobre dados levantados na vistoria dos imóveis rurais, diferencia situação "real" da situação "atual" de um imóvel; explica como o programa nacional de erradicação da aftosa pode ser favorável ao Incra; afirma que o Incra muitas vezes não sabe cruzar informações disponíveis pelo governo.

Fita 5 Lado a (único): Opina sobre potencialidade de conflitos e como os movimentos sociais enxergam o Incra; fala sobre morosidade de ação do Incra e necessidade de conscientização dos procuradores do Incra; opina sobre ausência de um banco de dados com parâmetros de desapropriações; justifica afirmação de que falta um planejamento estratégico ao Incra; opina sobre como a sociedade enxerga o Incra; diz que sociedade já absolveu a reforma agrária de ser um problema ideológico; fala sobre relacionamentos pessoais e grupos de afinidades vividos dentro do órgão; conta sobre clima de trabalho e o que significou trabalhar no Incra; justifica porque considera o Incra um órgão diferente dos demais; fala sobre necessidade de uma cadeira sobre direito agrário em áreas específicas de desenvolvimento rural, assim como uma biblioteca com informações sobre o Incra; diz que está propondo a criação de um projeto de assentamento com o nome de Marcos Lins na região de Afogados da Ingazeira.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Fernando Scott
DADOS BIOGRÁFICOS: Mineiro. Participou do Grupo de Betinho (Herbert de Sousa) e da JUC. Formou-se em Arquitetura e trabalhou no Incra na área de Planos e Projetos. Foi exonerado durante a ditadura militar e logo começou a trabalhar como consultor de empresas privadas. Com a anistia, voltou para o Incra, onde se aposentou. Continuou trabalhando para o Iterj.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho, Antônio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 09/08/2005
LOCAL: Rio de Janeiro, RJ.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final: Leonilde Medeiros

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO0	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/En. Ml.k7.fesc	03 Fitas K7 / 60 min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro. Possui cópia das fitas.
MP3	MSPP/En. Ml.mp3.fesc	2h33min	Sim	Fitas 1, 2 e 3 reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/En. Ml.trans.fesc	44 páginas	Sim	Transcrição digitada e revisada.

DESCRITORES:

Agrovila
Banco da Terra
Cesar Cantanhede (Incra)
Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Estatuto da Terra
Francisco Whitacker
Gera - Grupo Executivo da Reforma Agrária
Geran – Grupo Executivo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste
Herbert de Souza
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Iterj – Instituto de Terras do Rio de Janeiro
JUC – Juventude Universitária Católica
Política de assentamento rural
Polop - Política Operaria
Serviço Social Rural
Supra – Superintendência de Política Agrária
UATP - Unidade Agrária de Trabalho e Produção

SUMÁRIO:

Relata que o envolvimento com a questão agrária foi anterior à entrada no Incra; fala de sua formação política, marcada pela participação do grupo do Betinho e pela aproximação do JUC, do Polop e PTB; como estudante de Arquitetura, notou a correlação entre o problema habitacional e a questão agrária; estágio com Francisco Whitaker, diretor-coordenador do Plano Diretor da Cidade de Belo Horizonte; comenta que, antes de 1964, as teses sobre reforma agrária assustavam a direita brasileira e a Supra teve a necessidade de elaborar um plano de reforma agrária com caráter técnico, ocasião em que Fernando Scott foi convidado a trabalhar na instituição; fala que este plano consistia em implementar os assentamentos ao longo das rodovias que ligavam o Rio de Janeiro e Salvador; os ex-servidores do SSR, como Bencion Tiominy e o Dryden Arezzo, ficaram encarregados do levantamento socioeconômico do plano; as intervenções do governo militar na Supra foram acompanhadas por exonerações, inclusive a de Scott; o entrevistado narra que retornou à Supra e integrou a equipe responsável pela regulamentação do Estatuto da Terra, na qual trabalhou principalmente no zoneamento de terras para reforma agrária; aproximadamente em 1968, trabalhou na organização territorial do plano da Geran, com o objetivo de estimular os usineiros a disponibilizarem terras para a implementação de pequenos assentamentos; narra que empresas privadas, como a empresa estrangeira Alejando Solares, monopolizavam o serviço de elaboração dos projetos de assentamento; Scott participou da equipe de elaboração do modelo de assentamento estruturado a partir do núcleo chamado "distrito agrovila", com lotes de exploração intensiva de pecuária de pequeno porte e lotes descentralizados de produção de forrageiras; fala dos seminários em Quatis e em Alexandre Gusmão, realizados em 1967; assume a coordenação de trabalhos em Rio Tinto, onde havia grande mobilização de camponeses entorno da exploração coletiva do arroz; o incentivo da Superintendência de Recife, incluindo nomes como Sylvio Romero, à organização comunitária chamou a atenção dos militares; fala da efervescência da atividade de produção e sistematização de metodologia de trabalho; voltou para o Rio de

Janeiro e trabalhou com César Cantanhede na Divisão Coordenação de Planos e Projetos, em especial na coordenação do Plano de Reforma Agrária do Estado do Rio de Janeiro; fala da origem do Gera, na luta pela agilização da reforma agrária e pela saída do Ibra do âmbito do Ministério da Agricultura; participou por um ano e meio como consultor da empresa Oesa no Piauí; em 1987, com a anistia, pede demissão da Tecnosolo e volta para o Incra; fala de sua experiência como servidor anistiado; conta que no Incra, no regime militar, a pressão psicológica era sentida em todos os níveis do trabalho, inclusive no trabalho técnico; comenta o clima de excitação no Incra durante a redemocratização e a tentativa de organizar equipe com formação ideológica forte, através da parceria com a Emater e da realização Seminário de Coparticipação, no IFCS; fala da política de assentamentos como tentativa de recuperar a participação comunitária e os convênios com os estados; comenta que, a partir de 1988, as atividades foram limitadas pela dificuldade de modernizar os órgãos públicos e pela fragilidade da relação com os movimentos sociais; diz que se aposentou no Incra em 1995, retornou à instituição como Superintendente em 1996 e depois trabalhou no Iterj; fala da relação entre os Institutos de Terras Estaduais e o Incra; comenta o Banco da Terra; volta a falar de sua relação pessoal com Betinho, no período da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, durante a Nova República; relata os fatos mais marcantes vividos no Incra: Projeto Quatis, Plano Regional de Reforma Agrária e metodologia de planejamento participativo de Agostinho Guerreiro; comenta a pressão dos movimentos sociais rurais pela reforma agrária e as ocupações dos prédios públicos; retoma a década de 1970, marcada pela ênfase no projetos de colonização ao longo da Transamazônica e a falha na interpretação da teoria de avaliação dos recursos e a capacidade de absorção de mão-de-obra; comenta a metodologia operacional, publicada em 1971, dividida em programas setoriais e a organização social das UATPs, que funcionavam como uma espécie de federação dos assentados; expõe sua visão da experiência profissional construída no Incra; ressalta que o programa de reforma agrária sobressai como solução aos limites do desenvolvimento e da industrialização; defende o planejamento participativo, como metodologia de assentamento, e a renovação do quadro de servidores, através do concurso, como solução pragmática a ser adotada pelo Incra.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Francisco Orlando Costa Muniz
DADOS BIOGRÁFICOS: Formado em Direito, entrou para o Incra no início da década de 1980 como agente administrativo e desde então exerceu diversas funções: Procurador, Superintendente no Maranhâo, no Pará, Diretor de assentamentos do Incra nacional e, posteriormente, Presidente do Incra.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 15/12/2005
LOCAL: Brasília, DF.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final: Leonilde Medeiros

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO0	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/En MI.CD.frmu	Áudio digital	Não	Suporte em bom estado físico e sonoro.
MP3	MSPP/En MI.mp3.frmu	01h30min	Sim	Não há os minutos iniciais da entrevista. Trecho correspondente à entrevista convertido em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/En MI.trans.frmu	27 páginas	Sim	Digitada e revisada.

DESCRITORES:

Conflitos por terra
Democracia
Eldorado dos Carajás (PA)
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Interma - Instituto de Terras do Maranhão
Ouvidoria Agrária
Processo de desapropriação
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Fetaema – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão

SUMÁRIO:

Francisco Muniz conta que iniciou sua carreira no Incra como agente administrativo na área de patrimônio e trabalhou em Bacabal durante o contexto de efervescência dos conflitos rurais; fala de sua experiência de assumir a discriminatória administrativa do município de São Luiz Gonzaga do Maranhão; conta que, a partir daí, começou a participar das comissões de montagem para desapropriação; em 1985, se tornou Procurador Federal e logo foi convidado para ser Procurador Geral do Interma; como diretor fundiário do Interma, buscou criar uma interface com o Incra; voltou para o Incra como Procurador e logo foi indicado para assumir a Superintendência do Maranhão; conta que buscou fazer uma gestão que priorizasse o trabalhador rural e assim investiu na aproximação com a Fetaema e MST; explica criação de medidas de simplificação dos processos de desapropriação e organização da Superintendência; afirma que, após o episódio de Eldorado dos Carajás em 1996, foi indicado para a Superintendência do Pará, a fim de aliviar a tensão instalada; em 1997, volta para o Maranhão e, logo depois, assume a Diretoria de Assentamentos do Incra nacional; fala da programação estratégica e planejamento estratégico da Diretoria de Assentamento na sua gestão; comenta que, em 1999, assumiu interinamente a presidência do Incra e participou da construção do documento Novo Mundo Rural; explica esse programa, em especial reforçando que a lógica do Novo Mundo Rural era integrar as políticas de reforma agrária a outras políticas públicas e programas afins; diz que, em 2000, assume a Presidência do Incra com a missão de reestruturar a instituição; fala das desapropriações e assentamentos feitos nesse período; retoma que a reforma agrária não pode ser tratada como política segmentada, mas deve fazer parte de um processo transversal; menciona que o fortalecimento dos empreendedores sociais constituía parte fundamental dos programas do Incra, pois estes deveriam atuar como agentes de desenvolvimento local; fala que, em 2001, foi designado Secretário Nacional da Reforma Agrária e, em 2002, assumiu a Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário; relata a capacitação dos servidores no contexto de reestruturação do Incra; aponta para a responsabilidade do gestor em relação ao combate às causas dos conflitos; fala relevância da criação das ouvidorias agrárias; comenta o governo democrático e participação dos partidos políticos, bem como a distância institucional entre governos municipais e estadual e o Incra, o que dificultou a resolução dos conflitos e aumentou a ação da polícia nos assentamentos; fala da avaliação de terras e vistoria de desapropriação; diz que a criação de varas agrárias estaduais foram sinal de avanço do Judiciário; critica a falta de continuidade dos governos e da gestão dentro do Incra, que gera instabilidade no interior da instituição e dificulta a realização da reforma agrária.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Germano de Rezende Forster
DADOS BIOGRÁFICOS: Chefe da Procuradoria do Incra, no Paraná. Formou-se em Direito pela Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1963. Em 1964, fez uma especialização em Direito Agrário que lhe rendeu convite para trabalhar no Ibra. Foi advogado do Ibra e assessor do Gabinete da Presidência do Ibra na gestão Paulo de Assis Ribeiro, ambos no Rio de Janeiro. Em 1971, transferiu-se para o Incra do Paraná, assumindo, desde logo, a função de chefe da Procuradoria. Função esta que exerceu até 1991, ano de sua aposentadoria.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Rubens Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 07/12/2005
LOCAL: São Paulo, SP.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: Entrevista transcrita em 2007. Em 2013, a entrevista foi revisada em termos gramaticais e de conteúdo.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.gefo	29 páginas	Sim	Digitada/revisada

DESCRITORES:

Área prioritária
Cadastro rural
Chopinzinho (PR)
Desapropriação de terra
Direito agrário
Empresa rural
Estatuto da terra
Faixa de fronteira
Funai – Fundação Nacional do Índio
Função social da propriedade rural
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Getsop - Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná
Gleba Ocoy (PR)
Imóvel produtivo
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
Latinfúndio por dimensão
Latifúndio por exploração
Lei de terras
Loteamento de terras
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Paraná
Parque Nacional do Iguaçu
Paulo de Assis Ribeiro (presidente do Ibra)
Paulo Yokota (presidente do Incra)
Posseiro
Processo de desapropriação
Propriedade rural
Reforma agrária
Registro de imóveis
Registro de terras
Registro público
Rio Grande do Sul
Trabalhador rural sem terra
Usina Caxangá (Ribeirão, PE)

SUMÁRIO:

Inicia a entrevista detalhando sobre sua formação acadêmica e profissional, explica sua entrada no Ibra, por convite, após ter participado de um curso de Direito agrário na PUC-RJ, em 1964; conta que, na época, havia escassez de pessoas no Ibra: na divisão da Supra poucas pessoas ficaram no Ibra; conta que Paulo de Assis Ribeiro o chamou para ser seu assessor; descreve sua transferência do Rio de Janeiro para o Paraná, onde atuou por 20 anos como chefe da Procuradoria; opina sobre a reforma agrária brasileira e sobre os grupos de pressão existentes

ao seu tempo; distingue os atuais sem-terra dos posseiros; comenta sobre existência da função social da propriedade presente na Constituição desde 1934; comenta emenda que trazia o pagamento em títulos para a dívida agrária; cita países que tiveram sua reforma agrária; fala sobre sua ida ao Paraná nesse período; diz que Paulo Assis Ribeiro, como presidente, possuía um assessor para cada estado e que ele era o responsável pelo Rio Grande do Sul, razão que o levou a optar pelo sul do país quando foi transferido do Rio; comenta Lei 1.414 de 1975 sobre ratificação de títulos na faixa de fronteira e seus resultados; aborda questão dos posseiros e tentativa de regularização em favor de quem estava na posse; até-1980: inúmeras ações judiciais sobre áreas de fronteira no Paraná; descreve as desapropriações ocorridas no estado do Paraná, inclusive, as primeiras ações que envolveram o Getsop, passando pelo Ibra até, posteriormente, o Incra; pós-1980: diminuição da questão dos posseiros e surgimento de novos grupos ; comenta sobre período de desapropriações para Itaipu, que envolveu discussão sobre indenização, se para posseiros ou proprietários; diz que acreditava no trabalho que realizava pelo Incra; defende atuação do Incra na faixa de fronteira do Paraná; apresenta um histórico sobre o comércio de terras no Paraná durante a década de 1950; sobre as ações de desapropriação em razão de reforma agrária no país, cita o caso da Usina Caxangá e criação de uma unidade agroindustrial – Unaica; comenta sobre caso da região do Cedro, no Paraná, em que a Funai e o Incra lutavam para conciliar o problema da posse nessas terras; explica o conceito de áreas prioritárias e que, durante o processo de criação das áreas prioritárias, a cidade de Londrina foi declarada inteiramente prioritária; apresenta a repercussão disto na imprensa e opinião nacional; fala sobre o Ibra-R do Rio Grande do Sul; desenvolve argumento sobre forma de coordenar a concessão de títulos entre os posseiros durante década de 1970 a 1980; lembra do espraimento do povo do sul – notadamente os gaúchos – pelo Brasil, chegando até Rondônia; define inúmeros termos, tais como: empresa rural, imóvel produtivo, latifúndio por dimensão, latifúndio por exploração; apresenta do caso da desapropriação de Chopinzinho em 1977; explica a confusão terminológica entre área prioritária e área de desapropriação, sendo que, por conta desta confusão, alguns setores exploraram na mídia uma forte histeria coletiva, durante o governo Sarney; descreve a criação do loteamento de Água de Sabiá e o problema da existência de títulos descolados da realidade; apresenta como a declaração de empresa rural engessava a atuação do Incra, por impossibilidade legal; apresenta os procedimentos feitos pelo Incra para o Parque Nacional do Iguaçu, que precisava ter delimitação das terras tidas como prioritárias; cita o caso da Gleba Ocoy, criada para transferir a população lotada nas terras do parque e que seriam inundadas com Itaipu; descreve os impedimentos atinentes ao caso e a forma como eles foram solucionados; conta como se dava os seus deslocamentos enquanto foi chefe da procuradoria do Paraná, já que sempre era convocado para apresentar parecer e/ou prestar consultoria em Brasília; cita casos de incursões pelo Brasil para solução de conflitos de títulos, como foi o caso em Bacabal (MA); relembra questões técnicas o Decreto-Lei 1.414, sobre as terras de faixa de fronteira e como sua análise crítica resultou numa nova lei, modificadora da primeira, a Lei 6.925; tece elogios ao trabalho conjunto realizado por Jovita Valente e Thereza Helena Miranda Lima; discute outros trabalhos elaborados, como a Lei Complementar 76/1993 e o anteprojeto da Lei de terras do estado do Mato Grosso; descreve alguns de seus trabalhos e sua relação com alguns ex-funcionários; ressalta a importância do trabalho em conjunto; conta um caso de uso de imóvel de particular pela Supra, caso que interveio diretamente; entende que a atuação do procurador deva ser respaldada na ética; fala sobre o depósito de precatórios na justiça pelo Incra e fortemente critica a utilização imoral dos recursos; tece comentários sobre o cadastro de terras, que tinha como objetivo inicial a obtenção de dados da realidade brasileira; segundo o entrevistado, o cadastro, atrelado ao geoprocessamento técnico, permitia mapear o país, descreve sobre a origem do sistema dominial de títulos brasileiros, baseado no sistema francês; apresenta

histórico do registro de imóveis no Brasil, que, inicialmente, tinha como objetivo a mera publicidade, até 1970, quando a nova lei de registros públicos, com base no direito alemão, atrela o registro aos dados do imóvel; conclui que a primeira efetivação desse sistema alemão de registros veio a partir do cadastro de terras; elogia o sistema de vistoria; concorda que deva haver equilíbrio entre as informações e a função social da terra; desenvolve uma série de cálculos para quantificar valores, número de famílias e áreas necessárias para desapropriação no estado de São Paulo; com essa quantificação, critica a quantidade de funcionários do Incra existente, praticamente inviabilizando o projeto; critica o desvio da atuação pública, mesmo que bem intencionado; critica os desmandos da atuação das superintendências regionais; critica a falta de diálogo – como havia outrora entre ministros, procuradores e técnicos; entende que é preciso construir uma nova mentalidade no funcionamento do órgão, especialmente após a aposentadoria de muitos funcionários; explica o que foi ser funcionário do Incra, que exigia interesse no tema e amor ao que se faz; conclui sua exposição reforçando a necessidade de criação de uma escola de pensamento de reforma.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Gilberto Bampi
DADOS BIOGRÁFICOS: Natural de Lages (RS), é formado em Agronomia e Economia. Foi ligado a vários movimentos sociais. Entrou para o Incra em 1967. Permaneceu na Superintendência da instituição no Rio Grande do Sul até 1986, quando assumiu cargo de Diretor Adjunto de Cadastro e Tributação em Brasília. Aposentou-se oficialmente, mas durante a ocasião da entrevista ainda exercia diversas funções dentro da instituição.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 26/07/2005
LOCAL: Brasília, DF
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final: Leonilde Medeiros e Juliana Luiz. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO0	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/En. MI.K7.gb2	03 Fitas K7 / 60 min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro,
MP3	MSPP/En. MI.K7.gb2	02h36min	Sim	Fitas 1 e 2 reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/En. MI.trans.gb2	56 páginas	Sim	Digitadas e revisadas

DESCRITORES:

Agricultura Familiar
Banco da Terra
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Estatuto da Terra
Governo Collor de Mello (1990 – 1992)
Governo FHC (1995 – 2002)
Governo Itamar Franco (1992 – 1994)
Governo Lula (2003 – 2005)
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ITR – Imposto Territorial Rural
Lei Agrária
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Pecuária Tradicional
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Reforma Agrária
Rio Grande do Sul
UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO:

Fita 1, lado A - Começa dividindo sua exposição em duas partes: a concepção que possui da missão do Incra, com uma periodização da instituição e como se coloca nesse processo ao longo de 35 anos; narra a história do Incra e a contextualiza de acordo com a situação política do Brasil na década de 60: período autoritário – atividades se voltavam para cadastro, regularização fundiária e colonização; faz uma periodização do Incra: de 1964 a 1970 enquanto Ibra e Inda, de 1970 a 1985 já como Incra e a partir de 1985, com redemocratização; opina sobre a reforma agrária enquanto redistribuição do poder político e de consciência de um processo democrático; caracteriza duas concepções teóricas de desenvolvimento capitalista na agricultura, um autoritário e outro democrático; caracteriza a história do Brasil como uma experiência autoritária na sua relação com a terra; fala da visibilidade da questão agrária a partir de 1960 com o surgimento de movimentos sociais; define o que é a história e a missão do Incra; fala sobre o ITR como instrumento de intervenção; descreve a fusão entre o Ibra e o Inda; conta como os funcionários do Incra perceberam e viveram a mudança de orientação da instituição; explica o convite recebido por José Gomes da Silva para ser um dos servidores convidados para formulação do I PNRA, período em que esteve mais ligado à área acadêmica, articulado com a Federação dos Trabalhadores e com o MST no Rio Grande do Sul; descreve suas atividades enquanto servidor do Incra antes e depois de 1985; diz que sua história pessoal se confunde com os dois momentos vividos pelo Incra; relembra a queda paulatina de servidores e a aceleração do processo de reforma agrária; faz nova periodização: 1985 a 1995 – instrumentalização do Incra, aceleração do processo de desapropriação no país; 1995 a 1998 – crescimento de metas, 1998 a 2005 – enfraquecimento do ímpeto de reforma agrária; apresenta

o Banco da Terra e explica a rejeição dos funcionários; fala do apoio dos movimentos sociais à reforma agrária e do crescimento da UDR na década de 1980; explicita a conquista da década de 1990 coma criação do Pronaf e fortalecimento da agricultura familiar.

Fita 1, lado B – questiona a reforma agrária via mercado; fala sobre a capacidade de operação do Incra, dos recursos destinados à reforma agrária, da necessidade de ampliação dos quadros de vistoria e avaliação; contextualiza o período de extinção e recriação do Incra; opina sobre a burocracia envolvida na reforma agrária; fala sobre os recursos que os proprietários utilizam para retardar o processo judiciário nessa questão; reafirma a necessidade de aumento do número de servidores; dá sua opinião sobre o que seria a modernização do Incra; opõe a administração realizada no Incra nos governos FHC e Lula; fala sobre as áreas de Vistoria e Avaliação, Cadastro e Cartografia e a de Assentamento do Incra; diferencia os tipos de cadastro literal e gráfico; defende a necessidade de um cadastro gráfico; propõe a modernização dos sistemas cadastrais e ampliação do número de vistorias e avaliações.

Fita 2, lado A - Fala sobre o processo de reforma agrária nos governos Collor e Itamar Franco; explica a modernização cadastral lançada em 1985 e concretizada em 1993; narra a reação dos latifundiários durante a implementação do manual de fiscalização; explica o funcionamento do ITR, diz que o caráter fiscalista do imposto não se desdobra em instrumento complementar de obtenção de terras; fala sobre experiência administrativa no cadastro; considera o papel dos movimentos sociais e a lógica dos assentamentos como prática democrática; trata da legislação agrária do país: Estatuto da Terra e Lei Agrária; aponta a conquista do Incra em ganhar um carreira típica de Estado, que disto, sente orgulho; faz um breve histórico pessoal: ida a Brasília, vivência com a ditadura militar, posicionamento sobre transformações políticas e militância nos organismos de representação profissional; opina sobre a democracia representativa e a democracia participativa; fala da sua aproximação à CNBB.

Fita 2, lado B - Fala sobre sua participação em pesquisa com diagnóstico da economia do Rio Grande do Sul assim que entrou no IBRA em 1967; identifica as regiões de atraso no RS; critica a área da pecuária tradicional contraposta ao agronegócio; defende a ocupação da agricultura familiar para expansão da fronteira agrícola no Brasil; fala sobre suas lembranças no RS, os contrastes econômico-sociais na região; fala dos movimentos dos quais fez parte na juventude; acredita que os movimentos sociais que surgiram na década de 1980 serão os que vão dar rumo político para o país nas próximas décadas; fala do motivo de sua ida à Brasília e dos aspectos positivos da experiência no Cadastro; descreve sua participação no grupo de trabalho para implantar manual de perícia judicial nos processos de desapropriações; descreve o contexto em que surgiu o chamado *Livro branco das super-indenizações*; fala do papel do Cadastro até 1993; explica como ficou definida a situação após esse ano; fala sobre relatório de pesquisa "Desapropriação Agrária pelo Rito Sumário: Justa Indenização" como resultado de pesquisa em sete estados brasileiros; diz que sua vida profissional não foi só dedicada ao Cadastro, mas também à área de Desapropriação, na parte de regulamentação – tarefas que considera indelegáveis do Incra;

Fita 3, lado A - Fala da necessidade de recuperação do passivo ambiental; acredita que é necessário um estreitamento de relações com o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama; elogia fala o modelo de agricultura orgânica na agricultura familiar; fala de sua participação indireta na Constituinte de 1988, com companheiros da Abra; diz que sua participação na Lei Agrária (1993) foi intensa – acompanhou a assessoria parlamentar; descreve as bancadas existentes na discussão da reforma agrária em 1992/93; fala sobre o II PNRA e suas propostas; fala sobre

aperfeiçoamento e capacitação dos servidores, formação e qualidade dos colegas; coloca-se como defensor da recomposição da força de trabalho do Incra e enxerga um quadro de aposentadoria nos próximos anos da instituição; coloca duas preocupações atuais: atuar em áreas que considera estratégicas (perícia, avaliação e vistoria) e trabalho sobre os índices de produtividade (conceito de propriedade produtiva); defende o ajuste dos índices para a pecuária tradicional – pastagens como fronteira agrícola de expansão da agricultura familiar.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Hugo da Rosa Maria Silveira Herédia
DADOS BIOGRÁFICOS: Técnico em Educação do Incra. Natural de Ubá, Minas Gerais. Formado em História, trabalhou como professor do MEB de Minas Gerais. Entrou para o Ibra em 1967, para atuação no setor social. Foi Técnico em Educação até 2004, quando se aposentou. Foi diretor do Sindicato dos servidores públicos federais do Distrito Federal (Sindsep-DF). No momento da entrevista, o entrevistado era diretor da Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra (Cnasi). Faleceu em 2006.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho e Regina Ângela Landim Bruno
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 15/07/2005
LOCAL: Brasília, DF
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.k7.huhe	02 Fitas K7/60min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.huhe	01h34min	Sim	Fitas reunidas em faixa única em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.huhe	25 páginas	Sim	Digitada/revisada.

DESCRITORES:

Assentamentos
Cadastro Rural
Cnasi – Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA
Governo FHC (1995 – 2002)
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MEB – Movimento de Educação de Base
Mirad- Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Parceleiro
Reforma agrária
Raul Belens Jungmann Pinto (ministro do MDA)
Ruben Ilgenfritz da Silva (presidente do Incra)
Santa Catarina
Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados

SUMÁRIO:

Fita 1 Lado a: Afirma ser o Incra a única escola de reforma agrária do país; acredita ser a única categoria do serviço público que tem relação pró-ativa com os sujeitos com quem lida; afirma que a existência do Incra até hoje é resultado da luta dos servidores e da ação externa dos trabalhadores rurais; desafio atual: manter o nível; fala sobre a criação da Cnasi, a mudança de estatuto para fazer um colegiado na década de 1990; fala da filiação do servidor do Incra à Cnasi e sua manutenção; conta sobre sua entrada no Ibra em 1967, o contato com a equipe de assentamento, sua vinculação à área social; diz que na época foi chamado à sede da administração do projeto para falar sobre sua vivência em campo; diz que esse encontro resultou no trabalho "Metodologia dos projetos de colonização e assentamento"; opina sobre a engenharia dos projetos de assentamento; faz breve histórico pessoal; diz que o trabalho no MEB mineiro o colocou em contato com Osmar Fávero, responsável pela sua ida para o Ibra; fala sobre áreas prioritárias do Ibra; contrapõe as posturas governamentais existentes em Santa Catarina; identifica sua madrinha para a reforma agrária: Ângela de Morais Neves; cita Bencion Tiominy – um dos autores da metodologia de assentamento – e outros nomes (Geraldo Camargo, Júlio Ramirez, Dryden de Castro Arezzo); diz que não possuía uma percepção política no período de extinção do Incra; diz que os companheiros contam que a Contag foi à luta para reverter o processo de extinção do Incra; lembra de caso, durante a Nova República, em que foi chamado no gabinete para discutir mudanças na ficha de inscrição para candidatos a parceleiros, conforme reivindicação dos trabalhadores rurais; retoma extinção do Incra; cita presidência de Ruben Ilgenfritz da Silva no Incra e de Airton Luiz Empinotti na Diretoria de Assentamentos; fala sobre conversa com pessoal da Bahia a respeito da ficha de inscrição para candidatos a parceleiros; identifica a principal exigência colocada para ser um assentado; afirma que sempre se fez um perfil da terra através dos agrônomos, mas que pouco foi dedicado ao sujeito do processo, o trabalhador.

Fita 1 Lado b: Reafirma o papel do Incra como uma escola; explica o esforço coletivo para elaboração da nova ficha de inscrição para beneficiários do Incra; fala sobre estudo de seleção de beneficiários; fala sobre contrato com o Serpro; lembra da fase em que o Incra era Mirad; comenta sobre tempo de duração de dirigentes; fala sobre reunião com secretário e equipe técnica a respeito das desistências nos assentamentos; questiona os motivos das desistências – possíveis falhas do Governo; conta que ficou decidido que deveria haver escrito os motivos da desistência nas fichas dos assentados; defende que não é o caso de se perdoar os assentados que cometem erros, mas compreender que ele está inserido dentro de um processo de soterramento da instituição; protesta contra a necessidade de levar casos excepcionais a Brasília, crítica a ausência de conhecimento do que é decidido por Brasília, considera esta cultura como conservadora; fala sobre sua função até início dos anos 1990 e sua entrada na Cnasi; fala sobre memórias de suas viagens; fala do resultado do contato com os assentados da Annoni; lamenta a ausência de política de formação do quadro do Incra; afirma que o Incra nunca pretendeu ter um Ministério e fazer tudo sozinho; fala sobre vida pessoal: estado civil, filhos, netos, local de nascimento, formação acadêmica.

Fita 2 Lado a: Conta onde trabalhou e como chegou à função de técnico em educação do Ibra; fala sobre bolsa para o México após um ano de trabalho no Ibra; fala sobre trajetória política ao retornar do México; diz que na década de 1980 dedicou-se ao Incra; fala de sua aposentadoria;fala sobre o trabalho e resistência da Cnasi; identifica o Governo FHC como o que voltou a criminalizar os trabalhadores rurais; fala sobre a ausência de interesse em realizar a reforma agrária: o golpe militar, a divisão do Ibra, a extinção do Incra, criação do Mirad, ausência de um Ministério da Reforma Agrária, significado da sigla do Incra; fala sobre sua identidade com o compromisso rural; fala do cargo assumido por Raimundo João; fala sobre a presença de uma mulher na composição deste grupo de trabalho; fala sobre a tarefa que realiza na Cnasi; comenta sobre os problemas encontrados na luta pela reforma agrária, faz referencia a Paulo Freire; defende a necessidade da reforma agrária e aponta a dificuldade de divulgar a reforma agrária para a sociedade.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Iraci Afonso Moura
DADOS BIOGRÁFICOS: Formada pela Escola de Serviço Social. Supervisora de Desenvolvimento de Comunidades Rurais e Urbanas no Serviço Social Rural. Trabalhou na Secretaria de Planejamento do Incra. Supervisionou as equipes de assistentes sociais na Transamazônica. Aposentada pelo Incra.

ENTREVISTADOR(ES): Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga, Regina Ângela Landim Bruno e Sonia Rampim Floréncio.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 13/07/2005
LOCAL: Brasília, DF.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.k7.irmo	03 Fitas K7/60min	Sim	Fitas em bom estado físico.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.irmo	02h13min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.irmo	25 páginas	Sim	Transcrição digitada e revisada.

DESCRITORES:

ARA – Associação de Reforma Agrária
ASI – Assessoria de Segurança e Informação
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
Desenvolvimento de Comunidade Rurais e Urbanas
Dom Eugênio (bispo católico)
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Estatuto da terra
Fassincra – Fundação Assistencial dos Servidores do Incra
Geraldo Camargo (arquiteto Incra)
Governo Sarney (1985-1989)
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural
Metodologia de Assentamento (Incra)
Política de assentamento rural
Projeto de Planejamento Urbano e Rural (Geraldo Camargo/Incra)
Projeto Iguatemi (Incra)
Projeto Nordeste
Projeto Rondon
Sistema de agrovilas
SSR- Serviço Social Rural
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Transamazônica
UATP - Unidades Agrárias de Trabalhos e Produção (Incra)

SUMÁRIO:

Fita 1 Lado a: Comenta sobre acervo pessoal de Bencion Tiominy, com documentos como relatórios de atividades, convênios, metodologia e rascunho das primeiras versões do PNRA; ressalta que o projeto de memória Incra retoma a história dos órgãos que o antecederam, desde a criação do SSR – Serviço Social Rural (1955); explica diferença de atuação do CNA – Confederação Nacional da Agricultura e do SSR; fala sobre objetivos do SSR; afirma que SSR não discutia reforma agrária; fala sobre capacitação dos promotores do desenvolvimento de comunidades rurais e urbanas; explica arrecadamento e orçamentos, desde a época do SSR até governo FHC; diz que Estatuto da Terra instituiu o ITR com características progressivas; comenta dificuldade de regulamentar os artigos que criaram o Fundo Nacional para a Reforma Agrária e as Comissões Agrárias; conta que bispo Dom Eugênio criou o Serviço de Assistência Rural e as Escolas Radiofônicas, vinculadas ao MEB, na década de 1960; conta que ingressou no SSR em 1960 e recebeu treinamento para atuar como supervisora do desenvolvimento de comunidade em Timbaúba (PE); fala sobre estudo de áreas homogêneas para definição de áreas prioritárias para o trabalho de desenvolvimento; diz que o Programa de Desenvolvimento de Comunidades passou a ser discutido em nível nacional nas Escolas de Serviço Social e também na Sudene; 1970-1972: dirigiu o Departamento de Ação Comunitária da Fundação do Serviço Social; conta que trabalhou no Inda com atividades de capacitação de recursos humanos para colonização e desenvolvimento rural.

Fita 1 Lado b: Fala sobre a integração entre os órgão Inda e Ibra e suas dificuldades; conta que trabalhou com Coronel Pasquale no Projeto Rondon, coordenando o curso de Desenvolvimento de Comunidades; 1972: volta para o Incra para trabalhar na Secretaria de Planejamento e orientar as equipes de serviço social designadas para o projeto da Transamazônica; fala sobre o Projeto de Planejamento Urbano e Rural, criado por Geraldo Camargo – sistema de agrovilas; fala sobre trabalho de supervisão e a relação entre as equipes do Incra e do Emater; fala sobre principais dificuldades enfrentadas pelos projetos relacionados à Transamazônica, especificamente em Itaituba, Altamira e Marabá; comenta origem das famílias recrutadas para as agrovilas; fala sobre deficiência da infraestrutura, armazenamento e escoamento da produção das agrovilas.

Fita 2 Lado a: Afirma que contribuiu para definir as atribuições e funções do assistente social em projetos do Incra; opina sobre sua trajetória no Incra; fala sobre a implantação de UATPs na Transamazônica; cita êxito da experiência do Projeto Iguatemi (MA); fala sobre suspensão das ARA's em virtude da suspeita de atividade subversiva; afirma que programas paliativos foram criados para desviar a atenção da reforma agrária, como o Proterra/Funterra; fala sobre presença da ASI – Assessoria de Segurança e Informação – em todos os órgãos federais e os efeitos dessa vigilância; conta que no período de extinção do Incra os servidores criaram a Seasc, no Mirad; afirma que servidores tiveram papel preponderante no retorno das atribuições e atividades da instituição; fala sobre Governo Sarney: Política de Assentamento e criação do grupo interministerial; conta que, durante a presidência de José Gomes da Silva no Incra, participou da seleção dos assentados; comenta acompanhamento e planejamento progressivo dos assentamentos pela equipe técnica do Incra: Plano Preliminar, Plano de Ação Imediata e Projeto Técnico Definitivo.

Fita 2 Lado b: Fala sobre mudanças internas e expectativas no período da Nova República; diz que política de assentamento e política de coparticipação não foram implementadas; afirma que integração dos níveis da federação para realizar a reforma agrária é prevista no Estatuto da Terra e não deve ser confundida com municipalização da reforma agrária; defende que o Incra deveria ser ligado diretamente à Presidência da República; conta que se aposentou do Incra em 1991; diz que desde 1993 participa do núcleo de aposentados da instituição; fala sobre objetivos do núcleo de aposentados do Incra; diz que principais reivindicações que recebem no Núcleo são a melhora da Fassincra, criação de cooperativa, isonomia salarial; avalia a relação entre os governos e o Incra ao redor do tema da reforma agrária a partir de 1985; fala sobre eficiência da metodologia de assentamento criada pelo Rio Grande do Sul, aplicada durante o governo Sarney e abandonada gradualmente desde o governo Collor; afirma falta de vontade política e conflito de interesses no parlamento para e reforma agrária; fala sobre o Projeto Nordeste: convênio com o BID, BIRD e Sudene para realizar fotogrametria aérea, construir mapas e regularizar a terra; comenta a importância do apoio da igreja sobre a ação dos movimentos sociais rurais.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): João Mendonça Amorim Filho
DADOS BIOGRÁFICOS: Chefe de gabinete da Universidade Federal Rural de Pernambuco assistente da Coordenadoria Regional do Nordeste no Incra; Coordenador Regional do Leste Setentrional no Incra; Diretor de Assuntos Fundiários do Incra; Diretor da Integração com Estados e Municípios do Incra; Presidente do Incra.

ENTREVISTADOR(ES): Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Angela Landim Bruno
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 13/12/2005
LOCAL: Brasília, DF.
ROTEIRO: ( ) SIM (x) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.jome	26 páginas	Sim	Digitada/revisada.

DESCRITORES:

Abin – Agência Brasileira de Inteligência
Acampamento rural
Amazonas
Antônio Cabrera Mano Filho (Ministro da Agricultura)
Antônio Carlos Magalhães (governador/BA)
Bahia
Brasília
Cooperativismo
Ditadura militar (1964-1985)
Estatuto da Terra
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Governo Geisel (1974 - 1979)
Governo Sarney (1985 -1989)
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iteram – Instituto de Terras e Colonização da Amazônia
José Gomes da Silva (presidente Incra)
Meaf – Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários
Paulo Yokota (presidente Incra)
Projeto Aripuanã (Incra)
Projeto de assentamento
Projeto Trocacau (Incra)
Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte e Nordeste
Reforma Agrária
Sistema de Agrovilas
Trabalhador rural
Transamazônica
UATP – Unidade Agrária de Produção e Trabalho

SUMÁRIO:

Inicia a entrevista falando de sua origem, formação e envolvimento político; fala sobre ida para a Alemanha por volta de 1966 e retorno em 1969; fala sobre seu envolvimento com a Igreja e a Companhia de Jesus; diz que participou do movimento estudantil na Alemanha e o caracteriza como um movimento contra a autoridade, que fazia oposição ao parlamento e à guerra do Vietnã; conta que participou do congresso internacional em Berlim que preparou a revolta de maio de 1968; fala sobre retorno ao Brasil: funcionário da Companhia Pernambucana de Borrachas Sintéticas; conta que fez parte do projeto que se propunha a equilibrar a produção canavieira do estado; projeto não foi adiante, falta de interesse para os grupos nacionais; conta que foi chefe de gabinete da Universidade Federal Rural de Pernambuco por dois anos, saiu por conta dos critérios de escolha dos docentes quando ocorreu a departamentalização das universidades, a reforma do ensino (reforma Sucupira); fala sobre sua ida ao Incra à convite de grupo de pernambucanos; entrada se deu pela tabela do Ibra; começou como assistente da coordenadoria regional do Nordeste; foi coordenador regional do Leste Setentrional; diz que

seu trabalho tinha ênfase no cooperativismo e que, por isso, teve de enfrentar reações políticas na Bahia; conta que foi designado diretor de assuntos fundiários do Incra; fala sobre sua saída da Bahia e tarefa inicial de levar o Departamento de Recursos Fundiários do Rio de Janeiro para Brasília; diz que encontrou dificuldades por conta do departamento ser estruturado por aposentados ou reservistas do Exército; fala de sua saída do Incra no início do governo Geisel por motivos políticos, e consequente carreira como advogado junto ao procurador geral, Pedro Peixoto; conta que participou do Projeto Trocacau (RO) sem possuir vínculo com o Incra; fala sobre objetivo do projeto; cita programa do governo em criar pólos cacaueiros na época; conta que projeto foi responsável pela sua ida à Rondônia – período em que ficou entre Brasília e Rondônia; fala sobre sua atuação na cidade de Ariquemes; início dos anos 1980: ida para o Instituto de Terras e Colonização da Amazônia (Iteram), período do governo de Paulo Yokota no Incra e do ministro Danilo Venturini no Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (Meaf); fala sobre seu trabalho no Iteram e a tentativa de implantar projetos a partir da experiência do Incra na transamazônica; diz que a concepção da transamazônica na época era dentro da divisão geopolítica dos militares; explicita a ação dos militares no período – interligação dos terminais navegáveis dos rios – e seu resultado – todo terminal navegável do rio tem uma cidade, porque é um ponto de abastecimento da população local, e todo ponto navegável de rio na Amazônia é um pólo; expõe o lema dos militares: ocupar para integrar, para não entregar; cita a pouca preocupação com a questão ambiental característica da época; exemplifica arte do trabalho no Iteram: projeto na bacia do Rio Madeira, na foz do Rio Aripuanã, tentativa de desenvolver novo modelo de ocupação que tinha como eixo de entrada o próprio rio a fim de criar uma consciência entre a população e o rio; explica o funcionamento do Projeto Aripuanã; fala sobre construção de estrada ligando Aripuanã ao Apuí, sobre tratamento dado à população de imigrantes que chegavam ao projeto; diz que o projeto não tinha nada de original e que era similar à estratégia de marquês de Pombal em 1750; afirma que o Brasil não soube até hoje desenvolver tecnologias apropriadas para a região amazônica; fala sobre quantidade de famílias no projeto e tentativa de integração da comunidade; diz que a metodologia que possuíam era do Incra, do manual de programação operacional: dez programas, desenvolvido inicialmente no Projeto Iguatemi (MT); considera autoritário o desenvolvimento dos projetos: os movimentos sociais pretendendo um espaço e o governo querendo dizer para ele qual é o espaço dele; diz que as UATPs nunca foram implantadas: imposição de um agrônomo, ausência de modelo de produção; fala sobre programa que conheceu quando foi superintendente do Incra na Bahia e Sergipe – Programa Pró Casa, Promoção do Homem do Campo – que permitia a formação de uma cooperativa e a experiência de dois anos agrícolas para os trabalhadores rurais; fala sobre sua decepção diante da disparidade do censo de 1972 e de 2002 sobre famílias na área rural; coloca que acreditava no Estatuto da Terra e que se questiona se fizeram uma reforma agrária ou uma contra-reforma agrária; fala sobre influência da modernização do campo e de experiência vista na Alemanha; diz que se define como um nordestino amazônico; retorna de Rondônia em 1989/90, chamado por Lourenço Vieira da Silva para voltar ao Incra; se opõe ao retorno devido ao seu vínculo com o PMDB e às questões políticas vividas em Rondônia; explica que não tinha afinidade com o pessoal do governo que estava no Incra no período; comenta sobre João Santana e sua tarefa de extinção do Incra para criação do departamento nacional de reforma agrária; fala sobre contato com o ministro Antônio Cabrera Mano Filho em seu retorno ao Incra; diz que não havia regulamentação do texto constitucional para desapropriação; fala sobre guerra existente na comissão de agricultura na Câmara entre a bancada ruralista e o pessoal dos movimentos sociais; conta sobre manipulação de orçamento e sua tentativa de negociar com o grupo do ministro Antônio Cabrera a respeito das licitações; diz que redigiu carta de exoneração por não concordar com a política de licitações; conta que conversa com Renato Centrilho gerou o cancelamento das obras vinculadas à política de

licitações; fala sobre a questão do cancelamento das obras e suas conseqüências; fala sobre arquivo das indicações e apurações no Tribunal de Contas sobre administração do Incra nesse período; diz que o cancelamento inadequado das obras gerou indenizações às empresas contratadas; comenta entrega posterior da verba dessas obras aos prefeitos – convênio com prefeituras; fala sobre ocupação na superintendência do Rio Grande do Sul e sua decisão de contratar Sebastião Rodrigues Paixão, vinculado ao PCB, para seu assessor; diz que contratou Guilherme Trotti informalmente para não criar problemas com o governo; fala sobre relacionamento com Julio Ramirez; fala sobre briga entre pessoal do Incra e pessoal do movimento por lista de selecionados para assentamentos; aborda problema do texto constitucional que não estava regulamentado, aquisição de terras era complicada, Incra não podia desapropriar; cita ocupação no Paraná – briga por uma central de silos; fala sobre curso de formação durante governo Collor dado junto de Claudomir Morais e com ajuda de Julio Ramirez; conta que durante curso já levava no bolso o decreto de sua exoneração que seria publicado no dia seguinte; fala sobre presença da Abin no curso; explicita problemas encontrados em assentamentos; início governo Sarney: convite para presidência do Incra pelo governador Gilberto Mestrinho; Jader Barbalho, governador do Pará, nomeia o ministro da reforma agrária, solução dada ao governador era a de entrar na diretoria de articulação com os estados e municípios; fala sobra motivações para ir para essa diretoria e situação política interna – governador abre mão da presidência do Incra para que João Mendonça entre na articulação; fala sobre entrada de José Gomes da Silva para presidente do Incra; inicio do planejamento do PNRA; renúncia do cargo por José Gomes da Silva, acúmulo de cargo de Nelson de Figueiredo Ribeiro da presidência do Incra com o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário; saída de Nelson de Figueiredo Ribeiro do Ministério, entrada de Dante de Oliveira que chama Ruben Ligenfritz para presidente do Incra; fala sobre seu período de saída do Incra para não mais retornar – período em que estava na Diretoria de Integração com Estados e Municípios; fala sobre situação política e administrativa do Incra e sobre o cargo ocupado por Marco Maciel neste período; conta sobre acusação dada de Fernando Collor de Mello sobre desapropriações a fim de prejudicar política de José Sarney; reafirma a ausência de organização dos homens que precisam do acesso à terra; exemplifica com trabalho na Bahia e existência de núcleos ainda coloniais; cita o núcleo de Queimadas (Chapada Diamantina); fala sobre movimentação dos assentados pelos núcleos de assentamento e a contrapõe à ideia da entrevistadora Regina Bruno sobre cultura da imigração da fronteira; aborda a maior crítica que houve nos acampamentos – ausência de tradição no campo entre os assentados; retoma a questão da rotatividade nos assentamentos e ausência de organização; fala sobre questão da documentação para assentados; fala sobre integração social a partir da distribuição de lotes para pessoas provenientes de regiões distintas; comenta sobre existência de modelo de agrovilas, exemplifica com região da Transamazônica; cita arquiteto Geraldo Camargo criador do sistema de agrovilas; fala sobre seu encontro e relacionamento com o governador Antônio Carlos Magalhães no período em que esteve na Bahia e decorrências deste encontro; conta sobre seu posicionamento político adotado durante período na diretoria de articulação; explica o que foi o Proterra e seus objetivos; trata sobre a atividade canavieira – dois aspectos, o agrícola e o industrial; cita exemplo da cooperativa de Padre Antônio Melo; fala sobre caso do padre Jeová: envolvimento político, risco de prisão pelo DOI- CODI, demissão do cargo que possuía no Incra e ajuda de João Mendonça para refugiar-se; fala sobre diretoria no período em que foi presidente do Incra: quem apoiava os diretores, formação da equipe, questão da lista para retorno de pessoal da anistia; diz que colocou muita gente de volta para o Incra; conta caso de quando esteve na diretoria do Incra: ausência em entrega de medalha do Exército e viagem para a Alemanha para seminário da FAO "Mudança das estruturas fundiárias na América Latina"; diz que levou o projeto da transamazônica para o seminário e que teve que redigir carta

justificando a ausência na entrega da medalha; conta que nunca mas foi chamado para receber medalhas; relembra período na escola; fala sobre os fatos mais marcantes no seu trajeto de trabalho Amazonas, Bahia e Brasília; sobre atrasos na reforma agrária através da legislação; afirma que foi boa a experiência de sair do Incra e ir trabalhar diretamente com os peões; diz que deveria haver um método "Paulo Freire" na metodologia de capacitação, que não é justo dizer para um meeiro, um cortador de cana de uma hora para a outra que ele é um produtor; resume que marcante foram os programas bem intencionados, mas sempre faltando elementos como a organização e a preparação do homem; crê que deveria ser criado um mecanismo de envolvimento entre a sociedade e os assentamentos; que o Incra não acredita no sujeito acampado; fala sobre sua relação com a associação de funcionários durante direção do Incra.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Geraldo Camargo e Iracema Queiroz Camargo
DADOS BIOGRÁFICOS: José Geraldo Camargo é formado em Arquitetura. Iracema Camargo é formada em Geografia e História. Os dois se conheceram no Inic e chegaram a trabalhar no Inda, Ibra e Incra. Geraldo Camargo criou o sistema de agrovilas, baseado na ideia de urbanização rural. Iracema Camargo foi chefe da Diretoria de Pesquisa e Análise e acompanhou o marido em diversos trabalhos. Recentemente trabalharam na publicação de livros sobre urbanismo rural e planejamento urbano.

ENTREVISTADOR(ES): Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 13/11/2005
LOCAL: Rio de Janeiro, RJ.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.k7.camar	03 Fitas K7/ 60min	Sim	Fitas em bom estado físico. Áudio bom, disponível em diferentes suportes.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.camar	02h21min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.camar	35 páginas	Sim	Digitada/revisada

DESCRITORES:

Agronomia
Colonização fundiária
Ecumenismo
Governo Geisel (1974 - 1979)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Pará
Pecuária
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
Sistema de Agrovilas
Supra – Superintendência de Política Agrária
Transamazônica
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Urbanização rural
Usina de açúcar e álcool Abraham Lincoln

SUMÁRIO:

Fita 1 Lado a: Iracema Camargo conta que se conheceram no Inic; fala sobre sua formação e trabalhos anteriores e o que foi trabalhar no Incra; comenta sobre formação do marido; relata a passagem pelo Inic, Inda, Ibra e Incra; conta porque foram para o Inda; Geraldo Camargo fala sobre interesse do Presidente do Inda, Eudes Leão, no seu trabalho sobre urbanização rural; explica que os núcleos enfrentavam problemas da falta de infraestrutura para a permanência das famílias e havia evasão dos agricultores; explica que o programa atendia às famílias menos produtivas e menos escolarizadas; conta que criou o projeto de planejamento progressivo, baseado no sistema de agrovilas; fala sobre período de transferência do casal para o Ibra; comenta sobre início dos trabalhos na Transamazônica na mesma época em que ocorria no Rio de Janeiro o Congresso Interamericano de Habitação, do BNH; conta sobre sua tese sobre planejamento progressivo e convite de Moura Cavalcanti, presidente do Ibra, para iniciar o grupo de trabalho chamado GTPlan; explica sistema de planejamento antigo em andamento na Transamazônica; comenta a resistência dos agrônomos e colonos em relação à implantação do seu projeto; explica que a agrovila deveria ter uma infraestrutura de maior qualidade e mais espaços de interação entre os indivíduos.

Fita 1 Lado b: Geraldo Camargo diferencia as agrovilas das rurópolis; Iracema Camargo comenta sobre importância desses apoios urbanos na Amazônia durante período da Transamazônica; fala sobre precariedade da região na época; Geraldo Camargo mostra documentos e fotografias das agrovilas e rurópolis; comenta sobre a necessidade de integrar os imigrantes de origens distintas no sistema; explica dificuldades de fazer essa integração; realta diferenças no tipo de produção das agrovilas; Iracema Camargo conta que fez parte da equipe de fotografia aérea; Geraldo Camargo fala sobre equipe do Incra na década de 1970; conta que

Geisel desestimulou o sistema de agrovilas e incentivou as empresas rurais para expansão da pecuária; Iracema Camargo comenta sobre dano ambiental causado pela expansão da pecuária; Geraldo Camargo retoma as dificuldades de implantação do sistema de agrovilas no Brasil; comenta rixas entre as carreiras; Iracema Camargo conta que Geraldo Camargo era convidado por outras nações do território da floresta amazônica para dar palestras sobre o sistema de agrovilas.

Fita 2 Lado a: Geraldo Camargo fala sobre curso que ministrou sobre empresas comunitárias camponesas; afirma que defendia o caráter ecumênico das celebrações religiosas, mas que a Igreja fez oposição; (Geraldo e Iracema Camargo) fazem uma avaliação do período de implantação do sistema de agrovilas; retomam questão da mudança de governo e chegada das empresas rurais; comentam sobre a compra das terras dos colonos e o pedido de demissão de Geraldo Camargo; afirmam que a terra roxa permitiu a plantação de cana e a construção da usina de açúcar e álcool Abraham Lincoln; contam que algumas agrovilas formaram municípios novos; explicam objetivo da construção da Transamazônica; afirmam que somente no sul do Pará, onde se investiu em urbanização rural, houve desenvolvimento; explicam porque, com a política de Geisel para a Amazônia, o sul do Pará se transformou em área de conflito; Geraldo Camargo diz que se dedicou à universidade depois que saiu do Incra; conta que chegou a ocupar o cargo de Sub-Reitor da UFRJ; conta sobre sua origem e sua aproximação com a Agronomia; diz que trabalhou para empresas privadas com projetos de colonização, mas o crescimento das invasões de terras afastou as empresas dos projetos.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Jovita Valente
DADOS BIOGRÁFICOS: Formada em Direito pela UnB, foi chefe da Procuradoria do Incra, Subchefe do Conselho de Segurança Nacional e Procuradora Geral da República.

ENTREVISTADOR (ES): Antonio Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037
DATA: Brasília, DF.
LOCAL: 17 e 18/11/2005
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: a entrevista foi feita em dois dias seguidos. A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final: Marcelo Medeiros e Regina Bruno

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.k7.jova	03 Fitas K7/60min e 05 faixas digitais	Não	Reunido a partir de diferentes suportes. Áudio incompleto: não possui partes inicial e final. Áudio ruim (voz abafada e baixa, ruído externo).
MP3	MSPP/en. MI.mp3.jova	04h53min	Sim	08 trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.jova	93 páginas	Sim	Digitadas/revisadas

DESCRITORES:

Amazônia Legal
Arrendatário
Assentado rural
Banco da Terra
Boia-fria
Cerrado
Constituição Federal (1967)
Constituição Federal (1988)
CSN – Conselho de Segurança Nacional
Decreto lei 1164 de 01/04/1971
Degradação ambiental
Desapropriação por interesse social
Ditadura militar (1964-1985)
Estatuto da Terra
Êxodo rural
Fazenda Rio Vermelho (MT)
Função social da propriedade
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Imóvel rural
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural
Justiça do trabalho
Getat – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
Governo Collor (1990-1992)
MA – Ministério da Agricultura
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Meaf – Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários
PAR – Projeto de Assentamento Rápido
Paulo Yokota (Presidente Incra)
PEC – Projeto Especial de Colonização
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (I,1985)
PNRA – Plano Nacional De Reforma Agrária (II, 2003)
Política Nacional de Desenvolvimento Rural (1985)
Programa de Integração Nacional
Projeto Caxangá (PE)
Propriedade produtiva
Reforma agrária
Regularização fundiária
SNI – Serviço Nacional de Informações
Títulos da dívida agrária
Transamazônica
UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO:

Parte I - Entrevista dia 17 de outubro de 2005

Começa narrando sua trajetória: origem, criação no interior do então estado de Goiás, hoje Tocantins, formação em Direito pela UnB em 1971; conta que prestou concurso para o Incra assim que se formou e que começou a trabalhar para esse organismo antes mesmo de ser nomeada, em um projeto na fronteira do Brasil com Bolívia, no Mato Grosso; diz que o trabalho assumido já lhe era familiar: lidar com população do campo e com a legislação sobre titulação de terras; fala sobre perfil das pessoas que passavam nos concursos; comenta sobre trabalho realizado em 1971 e sobre regularizações na Amazônia na década de 1970 e o uso do decreto-lei 1.164; explica o que foi esse decreto e a reação dos estados a ele; explica a finalidade da ação discriminatória; fala sobre ocupação da Fazenda Rio Vermelho (MT) no início da década de 1970 e decreto 70.430/72 utilizado em favor dos ocupantes; explica esse decreto; comenta um despejo ocorrido em Pontes e Lacerda na mesma época; reitera problemas da descontinuidade no trabalho do Incra e ausência de familiaridade entre os servidores e a realidade do trabalho; afirma que as pessoas que lidam com a questão agrária esquecem de consultar o Estatuto da Terra; explica o princípio da opção democrática existente nesta lei e a contrapõe à opção sobre terras públicas; diz que durante a década de 1970 foi feita a regularização das terras, mas que o trabalho parou nesse estágio e não avançou para a destinação fundiária; comenta que na Nova República houve a opção pela desapropriação das terras, o que gerou a paralisação do processo de regularização fundiária da década de 1970; cita Paulo Yokota como presidente mais atuante no Incra durante seu tempo em serviço e o trabalho realizado na área de Itaipu na sua gestão; diz que o estado de Rondônia nasceu dos projetos do Incra; fala sobre a construção de agrovilas ao longo da Transamazônica e na Belém-Brasília, a forma de ocupação do território de Rondônia e atuação do Incra no período; menciona depoimento do Ministro da Justiça Paulo Brossard durante a Nova República depois de visita à região do Getat e do Bico do Papagaio sobre população que buscava terras em Rondônia e sobre suas condições de vida; narra o seu trabalho posterior ao do Incra, no Conselho Geral de Segurança, quando foi criado o cargo de Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários e depois, na Consultoria Geral da República; diz que, conforme foi trabalhando em outros lugares, o seu ponto de vista foi se modificando; defende que os estados tenham responsabilidade sobre a questão da terra e que, enquanto houver disputa de terra entre os órgãos da administração pública, não vai haver mudanças no processo de reforma agrária; fala sobre o período em que o Incra foi transformado em autarquia especial; relata sua ida para a Secretaria Geral do CSN, onde já possuía alguns conhecidos devido ao seu cargo de chefe da Procuradoria no Incra; fala sobre criação do Meaf; comenta o período em que o Incra era vinculado ao Ministério da Agricultura, cita demais órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura e critica ausência de colaboração entre eles; menciona a criação das Ematers e diz que, quando chegou no CSN, viu pela primeira vez um convênio entre os órgãos do Ministério da Agricultura; afirma haver falta interesse em um trabalho conjunto para projetos de interesse da sociedade; comenta dificuldades encontradas inicialmente no trabalho no CSN e como ficou o ambiente de trabalho a partir de 1985; retoma criação do Meaf, dizendo que, depois da sua criação, o Conselho de Segurança Nacional deixou de tratar dos assuntos fundiários e passou a cuidar somente da faixa de fronteira; conta que foi a primeira civil e única mulher subchefe do CSN; explica qual a área de responsabilidade da subchefia e menciona propostas de mudanças que tentou implantar enquanto subchefe; fala sobre revogação do decreto 1.164 e explica o que foi preservado nessa regulação e as áreas que foram devolvidas aos estados; afirma que com a regulação vieram mais dois decretos, um que autorizava o Incra a transferir terras para os estados e outro que determinava essa

transferência; menciona Amapá e Roraima e a necessidade de se pensar um tipo de projeto que se ajustasse às suas características; comenta o desencontro entre Ibama e o Incra, defendendo a necessidade de integração entre eles; fala das contradições entre legislação ambiental e desmatamentos para assentar, a exploração da Amazônia Legal e área de Cerrado; comenta a necessidade de uma nova política sobre desapropriações na Amazônia e o risco da degradação da biodiversidade regional; defende que o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária é de 1966, feito através do decreto 56.456 e que é possível encontrar no decreto o nome dos projetos, o que seria feito e quantas pessoas seriam assentadas, exemplificando com o Projeto Caxangá (PE), Quatis (PE) e Alexandre Gusmão (DF); critica o PNRA de 1985 e diz que não define o trabalho a ser realizado; contextualiza criação das áreas prioritárias e a forma de atuação do Ibra e diz que, com a Constituição de 1988, elas desapareceram, apesar de permanecerem no Estatuto da Terra; fala que a Constituição de 1967 tornava obrigatória a existência de áreas prioritárias e não exigia indenização prévia, mas sim justa; afirma ainda que com o decreto 8.554, a transferência da propriedade era feita em 48 horas, com possibilidade de contestação apenas em relação ao preço; comenta alterações na Constituição de 1988, como a indenização justa, mudança na conceituação da função social da propriedade; afirma que antes de 1988 o Incra desapropriava para o IBDF; desenvolve o conceito de desapropriação por interesse social presente na Constituição de 1967; comenta sobre criação da UDR e reação de proprietários de terras a respeito da área desapropriada em Londrina em 1985; opina sobre a reação às desapropriações; aborda a não desapropriação da propriedade produtiva e fala sobre a situação em que ela é passível de desapropriação; apresenta o posicionamento do CSN durante criação do I PNRA da Nova República; conta que sugeriu que fosse adotada, concomitantemente ao I PNRA, uma política nacional de desenvolvimento rural; apresenta a necessidade de orientação para as produções financiadas pelos bancos de créditos públicos; comenta o papel que o Incra teria nessa política de desenvolvimento rural; explica ideia de uma atuação em conjunto dos Ministérios para não sobrecarregar o Incra; afirma que o Incra chamou de projeto de colonização todos os projetos de reforma agrária que fez e cita exemplos de cidades formadas a partir dos projetos de colonização; fala sobre ciúmes presentes no Incra em relação aos outros Ministérios, e que impedem o trabalho em conjunto; diz que essa questão política não era presente no CSN, e que não havia Ministro que saísse do Conselho para ser candidato de uma cidade ou estado; menciona o trabalho de Consolidação da Legislação Agrária publicado às vésperas da Nova República e que, com a mudança de governo, ficou só no esboço; fala de diversos órgãos que desapropriavam terras por interesse social na época: Incra, IBDF, Polonordeste, Codevasp, Dnocs e as diferenças na forma de pagamento; explica a inflação do valor de imóveis na década de 1980; aborda a venda de terras pelos assentados, diz ser um problema de fiscalização do Incra e conta que alguns assentados pediam autorização para vender suas terras ao Incra e que este não se opunha; comenta sobre decreto revogado no período Collor que ajudaria no processo de reforma agrária: permissão para parceria público/privado e cita experiência no município de Terra Nova (MT): terra pública e cooperativa particular para assentamento.

Parte II - Entrevista dia 18 de outubro de 2005

Cita os livros *A reforma agrária*, *Tributação agrária* e *Procedimento do processo agrário*; aborda diferenças entre propriedade urbana e propriedade rural, o apego afetivo relacionado à propriedade rural e a descaracterização atual desse sentimento em razão da posse do imóvel rural apenas para a produção; comenta sobre a exploração do cerrado e ausência de integração entre Incra e Ibama nessa área; fala sobre agressão ao solo para fins produtivos e exemplifica com a produção de soja na Bahia; fala sobre necessidade de valorização da imagem do produtor rural; comenta o sistema Embrater e o abandono dos médios e pequenos produtores;

reitera a importância de uma política nacional de desenvolvimento rural, na qual haja um trabalho em conjunto entre os distintos órgãos voltados para a questão rural: Incra, IBDF, CFT, Cobal, Embrapa, Emater, Embrater; fala sobre a criação do Incra, com a fusão do Inda e do Ibra, e as diferenças salariais entre os funcionários desses dois órgãos; comenta a importância do Ibra no contexto: órgão que trabalhava com a reforma agrária, cobrança do ITR; defende que a política não deve ser apenas para os assentados, mas deve abarcar também os pequenos produtores; fala sobre divisão de atribuições do Incra com o Ministério do Desenvolvimento Agrário; comenta a extinção do Incra, a criação do Inter e a recriação do Incra; fala sobre o reflexo da instabilidade do quadro administrativo do Incra nos resultados da instituição; retoma a discussão sobre áreas prioritárias; defende a necessidade de uma política que corrija erros e exageros e de um plano de reforma agrária; cita artigo que trata da visibilidade do módulo, da equação de parcelamento de cada lugar; retoma o decreto-lei n°1164, de 1971 e comenta o contexto do Programa de Integração Nacional, atuação do Incra dentro de algumas de suas áreas; fala da revogação do decreto-lei 1164 que mantinha certos municípios como de interesse de segurança nacional e diz que o Incra passou a ser administrador dessas regiões; sobre conceito de "área de segurança nacional", diz que não existe mais essa nomenclatura; aborda tema da ratificação de terras na faixa de fronteira e mudanças na legislação ao longo do tempo; comenta saída do ITR do Incra; fala sobre a publicação que informaria população comum sobre leis civis; retoma questão do ITR e que no governo Collor a arrecadação passou a ser feita pela Receita Federal; explica a forma de cobrança do ITR e porque não chegou a ser uma fonte de renda para a execução da reforma agrária; diz que, quando o ITR foi retirado do Incra, as pessoas deixaram de se sentir obrigadas de manter o cadastro no Incra; questiona novamente a denominação de projetos de colonização para os trabalhos que o Incra realizou e que foram responsáveis pela constituição de cidades; afirma que a descontinuidade administrativa fazia com que não fossem divulgadas as realizações do Incra; comenta sobre Banco da Terra: crédito fundiário para aquisição de imóveis pelos agricultores e suas origens, situadas no levantamento dos imóveis que foram dados a bancos como forma de quitação de empréstimos de agricultores; comenta a desvalorização dos Títulos da Dívida Agrária (TDA): origem e função destes títulos, faz a contextualização de período inflacionário, das causas da desvalorização e explica o motivo de existirem hoje TDAs com valores diferenciados; aborda questão dos sem-terra; fala sobre questão de inadimplência no país; diz que juros altos faz com que pequenos agricultores acabem entregando suas terras aos bancos; explica o que eram as cartas de anuência, opina porque essas cartas não deram certo; aborda o que considera visão equivocada dos proprietários rurais sobre aplicação do Estatuto da Terra para a situação de arrendatários; fala sobre problema de atuação da Justiça do Trabalho no interior na relação entre proprietários e boias-frias; diz que é preciso parar para refletir sobre o que foi feito até então pelo Incra; diz que leis ambientais normatizam sem explicar motivos de seus preceitos e que a tendência do desmatamento é avançar; fala sobre importância do cooperativismo e necessidade de embutir essa prática entre os agricultores; defende a presença de pessoas tecnicamente habilitadas nos projetos (agrônomos, técnicos agrícolas) para difundir práticas agrícolas; fala sobre relação entre o Incra e o Meaf.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Julio Ramirez
DADOS BIOGRÁFICOS: Diretor fundiário do Incra.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 27/07/2005
LOCAL: Brasília, DF
ROTEIRO: ( ) SIM (x) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final: Leonilde Medeiros

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO0	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.k7.jura	03 Fitas K7 / 60 min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.jura	02h52min	Sim	Fitas 1, 2 e 3 reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.jura	56 páginas	Sim	Digitadas e revisadas.

DESCRITORES:

AI-9 – Ato Institucional n° 9
Albuquerque Lima (general, Presidente do Ibra)
Ângela Morais Neves (Cencra/Ibra)
Bernardo Lindoso (funcionário Ibra)
Bird - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
Cencra - Centro Nacional de Capacitação em Reforma Agrária (Ibra)
Luís Fernando Cirne Lima (Ministro da Agricultura)
Colonização
Crédito rural
Dryden de Castro Arezzo (diretor Departamento de Recursos Fundiários do Incra)
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Estatuto da Terra
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Fazenda PAM (MT)
Hélio Palma de Arruda (diretor de Assentamento do Incra)
Hugo Herédia (funcionário Incra)
Gleba Sebastiana (Papucaia, RJ)
João Goulart (presidente)
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
José Francisco de Moura Cavalcante (presidente do Incra)
Luiz Fernando Cirne Lima (Ministro da Agricultura)
Metodologia de Programação e Operação de Projetos de Assentamento
Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização
OEA – Organização dos Estados Americanos
Papucaia (Cachoeiras de Macacu, RJ)
Parceleiro
Programas Integrados de Colonização
PIN - Programa de Integração Nacional na Amazônia
Projeto de assentamento
Projeto Iguatemi (MT)
Projeto João de Deus (GO)
Projeto Jeremoabo (BA)
Projeto Papucaia (RJ)
Projeto Rebojo (SP)
Pronera - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Incra)
Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte e
Mobral - Movimento Brasileiro de Alfabetização
Nordeste
Reforma Agrária
Trabalhador rural
UATP - Unidade Agrária de Produção e Trabalho
UDR - União Democrática Ruralista

SUMÁRIO:

Inicia a entrevista com breve histórico da sua entrada no Ibra em 1967; fala sobre onde trabalhava antes e como se deu o convite para trabalho no órgão; conta que iniciou na área de crédito rural e expõe sua atuação com os trabalhadores de Papucaia; diz que nesse período criou o crédito de implantação previsto no Estatuto da Terra; fala sobre visibilidade de seu trabalho a partir do encontro com Ângela Morais Neves; aborda capacitação no Cencra nesse período: cita instrutores da capacitação (Tânia do Vale, Dryden de Castro Arezzo e Ângela Morais Neves) e suas contribuições ao curso; comenta a reformulação da estrutura do Ibra; fala do convite de Dryden de Castro Arezzo para participação da implantação de um projeto no sul do Mato Grosso (Projeto Iguatemi) ao lado de Bernardo Lindoso; menciona que em 1969 ocorreu uma reunião de técnicos em Brasília em que se fez uma prévia de uma Metodologia para implantação de projetos de assentamentos, além de um manifesto dos servidores do Ibra que afirmava que a reforma agrária não estava sendo realizada como deveria; lembra que um ano antes (1968) havia ocorrido uma missão FAO no Brasil e que a havia recebido em Papucaia; retoma o Projeto Iguatemi (fundação, metodologia, resultados); fala da mudança do Ministro da Agricultura, em 1970, quando sai Ivo Arzua e entra Luiz Fernando Cirne Lima e o anúncio do PIN e do Proterra; diz que Dryden de Castro Arezzo possuía opinião oposta à do governo sobre o PIN e o Proterra e que a publicação de sua opinião na *Folha de São Paulo* resultou na demissão de todos os diretores que apoiaram Dryden Arezzo; fala sobre intervenção no Ibra e o período de criação do Incra, com a nomeação de José Francisco de Moura Cavalcanti para Presidente e sobre mudanças realizadas por este; comenta a importância do Projeto Iguatemi para confirmar a fronteira com o Paraguai; retoma metodologia de implantação de assentamentos discutida em Brasília e o papel dela no Projeto Iguatemi; faz observações sobre o isolamento feito ao grupo de Dryden Arezzo quando da criação do Incra; retoma Metodologia e seu uso no Incra para colonização; diz que passou a ser consultor toda vez que se implantava essa Metodologia e que Hélio Palma de Arruda implantou essa Metodologia no Incra, criando um programa de regularização fundiária; afirma que a função do Incra nesse momento passa então a ser a expansão da fronteira agrícola; fala sobre o reconhecimento dos técnicos de regularização fundiária e cadastro e da eficiência do Incra em fazer a colonização; comenta visita à FAO em Roma, em 1980, e sobre palestra dada sobre a Metodologia; cita parte dos programas da Metodologia, línguas para que foi traduzida na época e relação do grupo com Hélio Palma de Arruda em decorrência da Metodologia; comenta o processo de emancipação de projetos, juntamente com Hugo Herédia e elaboração em conjunto de técnicas de emancipação; fala dos projetos em que esteve: Projeto Jeremoabo (BA) e documento recebido pelo diretor do projeto acusando-o de ser subversivo e Projeto Rebojo (SP); fala que, em 1974, Hélio Palma de Arruda avisa sobre orientação superior para seu afastamento; explica situação política entre os anos de 1970-74, cita nome de colegas presos ou que entraram na ilegalidade e fala que seu caso foi o único processo político de demissão, alegando falta de interesse à política do Incra; menciona convite de Carlos Alberto Mainard para trabalhar na FAO e sobre o período de trabalho nesta instituição, com atuação na África; menciona convite para trabalhar no IICA, em programas financiados pelo BIRD; relata suas passagens por diversos órgãos, com tarefas voltadas à formação: trabalho no Mobral, no Ministério do Trabalho para constituição do Senar e retorno ao Incra em 1986; comenta uma nova missão da FAO, 20 anos depois da visita ao Ibra e o que o relatório elaborado continha as mesmas conclusões da missão anterior; explica que os militares não puderam fazer a reforma agrária por não possuírem os instrumentos legais, uma vez que o título do Estatuto da Terra que trata da reforma agrária nunca foi regulamentado; refere-se ao Ato Institucional n°9, cita a Carta de Brasília e expõe a diferença entre a Emenda

Institucional n°1 e o AI-9 no que se refere à desapropriação de terras; cita exemplo de desapropriação da gleba Sebastiana em Papucaia e problemas em decorrência ao AI-9; comenta o I PNRA; faz observação sobre período de criação do Ibra e do Inda, o surgimento da Supra, comprometimento de João Goulart com os trabalhadores; explica que, quando da criação do Ibra e do Inda, os funcionários do Inic e do SSR optaram por trabalhar num desses órgãos, sendo que os mais simpáticos à reforma agrária foram para o Ibra; fala das disputas ideológicas e salariais decorrentes; comenta a força do Ibra e a posição do general Albuquerque Lima a favor da reforma agrária; menciona a importância do Incra como formador de técnicos especializados para o Serpro, Serviço de pedologia do Ministério da Agricultura (futura Embrapa), entre outros; fala sobre resultados da regularização fundiária e dá exemplos de Cascavel no Paraná, Ceres em Goiás; comenta resultados dos projetos de assentamento em Rondônia (década de 70); retoma situação política na criação do Incra; fala sobre oposição do pessoal do Inda à Metodologia de Assentamentos; explica que o Inda era responsável pelo desenvolvimento fundiário dos núcleos de colonização e que possuía departamentos de núcleos que administravam os projetos; menciona a tentativa de recuperar a Metodologia de Assentamentos na Nova República; diferencia o trabalho no período da ditadura e no período da Nova República no que se refere à forma de tratar os assentamentos e elaboração de projeto técnico; observa que a Metodologia foi feita também para combater os Projetos, pois era um plano operacional e defende que os assentados deveriam participar do processo; trata do Projeto João de Deus em Goiás e seus resultados; comenta sobre o que considera suas irresponsabilidades como funcionário do Incra; aborda decretação de áreas prioritárias previstas no Estatuto da Terra; comenta, como uma de suas irresponsabilidades a introdução da soja no sul do então estado de Mato Grosso, em região própria para amendoim, algodão, milho, arroz; retoma o Projeto Iguatemi e fala da liberdade de trabalho dada por Dryden Arezzo, qualidade da terra, critérios de seleção de candidatos, ampliação do projeto e ameaça de invasão do Paraguai no região e as estratégias de reconhecimento de quem era paraguaio e quem era brasileiro, citando inclusive a distribuição de armas para os técnicos pelo Exército para conter uma possível invasão em 1970; explica a organização dos assentados, as UATPs e os convênios entre Ibra e Exército, Aeronáutica e Marinha e a recepção do Exército a essa organização; explica o funcionamento dessa organização para a comunicação interna, venda de produtos, construção de habitação e estradas e até mesmo pista de pouso; fala sobre ausência de importância da questão ambiental na época; expõe questões relacionadas à origem dos assentados, suas diferenças e a necessidade de um processo educativo com os parceleiros; retoma a função das UATPs: controle dos projetos, eleição de assentados para participar na gestão dos projetos; relata a queima de todo o material relativo ao Iguatemi, nos anos 1970, quando da criação do Incra; fala sobre levantamento feito do que existia em torno do Projeto, assim como de uma análise econômica e financeira deste, citando a abubdãncia de recursos; afirma que o valor do custo de assentamento por família no Projeto Iguatemi foi o parâmetro para o cálculo de custo na Nova República; chama a atenção para que tudo foi foi feito pós 1985 já havia sido desenvolvido em escala menor antes; afirma que Incra não foi criado para fazer a reforma agrária; diz que na experiência que teve no Ibra e Incra os melhores executores de projetos de assentamento não eram agrônomos; aborda as condições que devem existir na vida do trabalhador; afirma também que o Banco da Terra é baseado nas ARAs, criadas por Dryden de Castro Arezzo em 1968; resume que os novos instrumentos de trabalho do Incra são os mesmos de 40 anos atrás, inclusive o modelo de reforma agrária; afirma que os militares talvez tenham avançado mais do que os civis nos modelos; dá sugestões de forma de atuação do Incra; explica como se deu sua entrada no Mobral; diz que os assentados do projeto Iguatemi não tinham organização prévia, com exceção dos que vieram da Fazenda Anoni (RS) e os de Santa Fé do Sul (SP), que possuíam organização religiosa; fala sobre posicionamento político

de Cirne Lima, o PND e o surgimento do Incra, momento em que a reforma agrária ficou em segundo plano; diz que a idéia da reforma agrária precisou ser mantida por conta de compromisso com a OEA; faz previsão sobre uma futura missão da FAO ao Brasil e que provavelmente o relatório seria semelhante aos anteriores; fala sobre o peso do relatório de 1978 da FAO; avalia o papel da UDR nesse contexto e a introdução de termos na Constituição de 1988 que não existem na literatura mundial de reforma agrária (propriedade produtiva, por exemplo); explica a recriação do Incra; fala da presença da presença da Igreja e dos movimentos sociais no trabalho do Incra; comenta sua entrada e trabalho como Diretor Fundiário no Incra e pedidos de parlamentares para não desapropriação de terras; conta caso de desapropriação da Fazenda Pam (MT) durante o governo de Itamar Franco e as pressões para que isso não ocorresse; narra ameaças que sofreu quando foi diretor do Fundiário; fala sobre sua origem e orgulho de ter-se naturalizado e vivido no Brasil, sobre prêmio recebidos; menciona, para finalizar, realizações do Incra e personalidades do mundo político, da cultura e dos esportes que passaram pelo Incra.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Maria Luiza Golim
DADOS BIOGRÁFICOS: Diretora-Adjunta de Recursos Humanos do Incra, Chefe da Divisão de Planejamento da Superintendência Regional de São Paulo; Aposentada pelo Incra.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho e Antonio Rubens Pompeu Braga.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 06/12/2005
LOCAL: São Paulo, SP
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO0	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.k7.mago	03 Fitas K7/60min	Sim	Fitas em bom estado físico. Diferentes suportes. Fita 1 com áudio ruim. Fita 2 e 3 com áudios bons.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.mago	02h16min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.mago	25 páginas	Sim	Digitada e revisada.

DESCRITORES:

Colonização fundiária
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrater – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
Governo Collor (1990-1992)
Governo Sarney (1985-1989)
Inter – Instituto de Terra
Ministério da Agricultura
Política de disponibilidade
Processo de desapropriação
Transamazônica

SUMÁRIO:

Fita 1 Lado a: Fala sobre sua formação e trajetória até entrada no Incra; conta que, na década de 1970, o Incra cuidava de todos os aspectos sociais do assentamento, inclusive da saúde e da educação; diz que durante o período militar a capacitação do Incra era voltada principalmente para os interesses da colonização, em especial da Transamazônica; diz que o quadro de servidores da instituição foi valorizado durante o período em que ela conquistou o status de autarquia especial; fala sobre Governo Sarney: alteração da concepção de reforma agrária e do sentido da capacitação dos servidores; comenta o incentivo à formação e capacitação dos servidores e a falta de impedimento para a ascensão profissional, alterada com a lei nº 8.112/1990; relembra sua trajetória na instituição e sua aproximação com os assentamentos e os processos de desapropriação; fala sobre a presença e interação com os Delegados no período em que o Incra foi extinto e suas competências foram transferidas para o Ministério da Agricultura; fala sobre o significado do Inter.

Fita 1 Lado b: Comenta sobre a política de disponibilidade implementada pelo governo Collor; conta que o governo Collor criou as Secretarias Nacionais para fazer a intermediação entre administração direta e administração indireta; diz que a lei n° 8.112/90 tornou vantajosa a aposentadoria no período da política de disponibilidade do governo Collor; comenta mudanças ocorridas após a aprovação da lei n° 7.231; fala sobre formação da lista de disponibilidade e os processos de demissão compulsória; elogia as Comissões Agrárias e relembra alguns projetos com dificuldades na desapropriação; exemplifica com a Fazenda Timbaré (SP) e Morgante, de Araraquara.

Fita 2 Lado a: Fala sobre a capacitação para a reforma agrária dentro do órgão, a avaliação dos cursos e a participação da equipe; defende a importância de conhecer *in loco* os assentamentos para obter maior eficiência do trabalho; afirma que Incra se diferencia dos outros órgãos do serviço público; fala sobre processo de criação da Fundação Assistencial; comenta motivos da extinção do Incra durante o governo Sarney; compara a extinção do Incra e a extinção de Embrater e a permanência da Emater;

Fita 2 Lado b: Defende que haja agilidade na aprovação de projetos e a capacitação do pessoal; defende a necessidade de incorporar os valores profissionais como objetividade e impessoalidade; comenta sobre tramitação do processo de desapropriação; afirma que não

pode haver "lados" no trabalho do Incra: necessidade de neutralidade diante do que é justo; opina sobre o significado de ser servidor público e o significado de ser servidor do Incra; comenta sobre o cotidiano na Superintendência, inclusive a rotina de atendimento ao público.

Fita 3 Lado a (único): Diz o que significou trabalhar no Incra; afirma que foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Superintendente.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Odair Zanatta
DADOS BIOGRÁFICOS: Diretor de Recursos Fundiários do Incra. Formou-se em Economia pela PUC-Campinas e em Administração pela Faculdade São Luiz/SP. Iniciou sua carreira no serviço público pelo SSR de São Paulo, em 1962. Trabalhou na Supra e no Inda, com o programa "Município Modelo". No Incra, trabalhou como chefe da Divisão Técnica de São Paulo, depois, como assistente, assistente geral e, em 1973, chefe do Departamento de Desenvolvimento Rural. Em 1974, licenciou-se do Incra para realização de mestrado nos Estados Unidos. Ao retornar, foi convidado para assessoria da Presidência do instituto. Ato seguinte, assumiu a Coordenadoria Fundiária Central, com ênfase na regularização fundiária. Durante a gestão Paulo Yokota, foi Secretário de Planejamento e, depois, Diretor de Recursos Fundiários. Em 1985, foi cursar a Escola Superior de Guerra. Trabalhou na Secretaria Geral do Mirad e, em seguida, na Secretaria Nacional de Reforma Agrária, coordenando o Projeto Nordeste. Aposentou-se em 1992.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Rubens Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 08/12/2005
LOCAL: Piracicaba, SP.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A Parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Há participação da esposa do entrevistado, Sra. Eunice Zanatta, também ex-funcionária do Incra. Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.k7.odza	03 Fitas K7/ 60min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.odza	02h32min	Sim	Fitas reunidas em faixa única em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.odza	40 páginas	Sim	Digitada/revisada

DESCRITORES:

Ceat – Coordenadoria Especial do Araguaia Tocantins
Constituição Federal (1988)
CSN - Conselho de Segurança Nacional
Desenvolvimento territorial
ESG - Escola Superior de Guerra
Estatuto da terra
Eudes de Souza Leão Pinto (presidente do Inda)
Funterra – Fundo de Redistribuição de Terras
Gebam - Grupo Executivo Para a Região do Baixo Amazonas
Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Legislação agrária
Legislação fundiária
Lourenço José Tavares Vieira da Silva (presidente do Incra)
Meaf - Ministério Especial para Assuntos Fundiários
Núcleo Rural Alexandre Gusmão (DF)
Paulo Yokota (presidente do Incra)
Política de Disponibilidade (Governo Collor)
Programa "Desenvolvimento em Comunidades" (Inda)
Programa "Município Modelo" (Inda)
Projeto Iguatemi (Mundo Novo, MS)
Projeto Nordeste
Proterra - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária
Regularização fundiária
SSR - Serviço Social Rural
Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Supra – Superintendência de Política Agrária

SUMÁRIO:

Fita 1 Lado a: O entrevistado fala sobre sua formação e trajetória profissional; explica como seu trabalho, antes de 1964, estava voltado para desenvolvimento de comunidades e, depois de 1964, para o incentivo ao associativismo rural; conta como o trabalho no campo, durante o período da Supra, foi muito conturbado, por ser o meio rural conservador; explica sua opção pelo Inda; aponta as características do programa "Município Modelo", que tinha a intenção de propagar a experiência bem sucedida dos assentamentos para os municípios próximos; explica sua entrada no Departamento de Desenvolvimento (DD), primeiro como assistente, depois assistente geral e, por fim, em 1973, chefe; conta que, em 1974, vai para os EUA cursar o mestrado e, na volta, é convidado para trabalhar na assessoria da Presidência do Incra (gestão de Lourenço Vieira Silva); posteriormente, assume a Coordenadoria Fundiária Central a fim de gerenciar os chamados projetos fundiários; explica o trabalho da Coordenadoria, baseado na regularização fundiária das áreas de faixa de fronteira e das rodovias federais da Amazônia; ocupou também o cargo de Secretário de Planejamento e, entre 1979 e 1985, foi Diretor dos Recursos Fundiários; terminada a gestão de Paulo Yokota, em 1985, inicia o curso na Escola

Superior de Guerra e ali integra a Divisão de Estudos Econômicos; de volta à Brasília, foi coordenador do Projeto Nordeste; explica o objetivo do Projeto Nordeste e suas ferramentas de atuação; descreve o uso do Proterra/Funterra no contexto do Projeto Nordeste.

Fita 1 Lado B: Aponta a criação da Ceat, do Getat, do Gebam e do Meaf no contexto de regularização fundiária; explica a relação entre o Incra e o Conselho de Segurança Nacional; detalha o Projeto Iguatemi e as discussões sobre ocupação em terras de faixa de fronteira; explica como a atuação do Conselho de Segurança Nacional foi fundamental na elaboração da Lei nº 6383, que definiu o processo discriminatório administrativo e criou a estrutura dos projetos fundiários implementados pela Coordenação Fundiária do Incra; explica como foi a interação da questão fundiária com os grupos de pressão; apresenta o relacionamento das diferentes áreas dentro do Incra.
Fita 2 Lado a: Relembra seu interesse pela questão agrária, advindo de sua origem familiar, sua formação acadêmica e envolvimento com o movimento estudantil; apresenta o tipo de relação existente entre o Incra e os governadores de estado; fala sobre a Sudene e o esvaziamento das questões dentro da superintendência; menciona o privilégio que foi vivenciar diversos momentos importantes da história do país; explica as razões que o levaram a cursar a ESG; relembra como a temática da terra e da reforma agrária eram postas em discussão dentro da escola; fala sobre a entrada de novos assessores a cada nova gestão e a repercussão disso no andamento do trabalho.
Fita 2 Lado b: Elogia a gestão de Paulo Yokota; fala sobre como os servidores mantiveram a identidade com os órgão antecessores ao Incra; conta sobre a Secretaria Nacional de Reforma Agrária; descreve a atuação da Diretoria de Assuntos Fundiários, usando como exemplo o Núcleo Alexandre Gusmão; explica a divisão do Departamento de Recursos Fundiários; fala sobre a morosidade dos projetos e como são encaminhados para inúmeros departamentos dentro da estrutura, sem alcançar uma solução final; explica o funcionamento das ações discriminatórias e o problema do choque de competências entre diferentes estruturas, por exemplo, Incra e Instituto de Terras dos estados; relembra algumas atividades na Superintendência do Incra em São Paulo; descreve mecanismos jurídicos criados para agilizar o processo de intervenção fundiária; elogia a construção legal do período militar; discute um possível retrocesso legal após a Constituição de 1988; retoma algumas considerações sobre o Projeto Nordeste.
Fita 3 Lado a: Conta como era a relação entre os funcionários, com mudança constante de assessores; fala dos nomes citados para presidência do Incra e Mirad no Governo Sarney; explica como era o dia-a-dia da Diretoria de Assuntos Fundiários; fala sobre a divisão de trabalho na gestão Paulo Yokota: por estados e por temáticas; descreve qual é a sensação e sentimento de ter sido funcionário do Incra; considera a subordinação do Incra ao Ministério da Agricultura como prejudicial, por ser este Ministério conservador; aponta o sucesso do Incra como órgão fundador de cidades; relembra, com pesar, da comissão de seleção de servidores para serem postos em disponibilidade no governo Collor; fala sobre o significado subjetivo de sua carreira no Incra.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Osmar Fávero
DADOS BIOGRÁFICOS: Coordenador do Movimento Estudantil Católico; Presidente da Fundação Católica do Brasil; Assessor de Assuntos Educacionais no Ibra; Técnico de Colonização do IBRA; Professor da PUC; Presidente da Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

ENTREVISTADOR (ES): Regina Ângela Landim Bruno
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 22/11/2005
LOCAL: Rio de Janeiro, RJ
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final: Leonilde Medeiros

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.k7.osfa	03 Fitas K7/ 60min	Não	Fitas em bom estado físico. Fitas 1 e 2 com áudio em boa qualidade. Fita 3 com áudio ruim (muito ruído).
MP3	MSPP/en. MI.mp3.osfa	02h38min	Sim	Fitas 1, 2 e 3 reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.osfa	51 páginas	Sim	Digitada/revisada

DESCRITORES:

Aída Bezerra (Educadora popular)
Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Carlos Rodrigues Brandão (antropólogo)
Cedi – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Cepal – Comissao Econômica para América Latina e Caribe
César Cantanhede (presidente Ibra)
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Dom Avelar Brandão (bispo católico)
Dryden de Castro Arezzo (diretor de Assentamento do Incra)
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
JUC – Juventude Universitária Católica
Luiz Eduardo Wanderlei (funcionário MEB)
Maria Peregrini (funcionária Inda)
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação
Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização
OEA – Organização dos Estados Americanos
Pamp – Programa de Aperfeiçoamento, Magistério Primário
Paulo de Assis Ribeiro (presidente Incra)
Pery Pato (professor de Planejamento Educacional na Puc-Rio)
Projeto Iguatemi (MT)
Renec – Representação Nacional das Emissoras Católicas
Sindicalismo

SUMÁRIO:

Inicia com histórico pessoal: de onde veio, quando e como chegou ao Rio de Janeiro; conta que em 1957 recebeu convite para ir para a equipe nacional de JUC; diz que veio para o Rio de Janeiro para ser militante permanente; foi Coordenador do Movimento Estudantil Católico, presidente da Fundação Católica do Brasil; trabalhou na Renec, na CNBB; menciona a proposta de criação do MEB e seu casamento para poder trabalhar na CNBB; fala sobre viagens no Brasil, formação de uma equipe, contatos em Minas Gerais e experiência de sindicalismo com Ação Popular; fala do trabalho para expansão do sindicalismo para o Maranhão; fala sobre Luiz Eduardo Wanderlei, sobre Dom Talvo e a criação do MEB; cita coordenação do sindicalismo na época e suas articulações; fala sobre dificuldades de manter o MEB durante 1964 e 1965; fala sobre sua tese de doutorado sobre o MEB; narra as pressões do MEC sobre o MEB após o golpe; fala fechamento de movimentos sindicais; conta sobre sua ida para o Ibra em 1966; fala sobre sua formação em Planejamento Educacional pela PUC-Rio, menciona o professor Pery Pato e seu trabalho como assistente dele na disciplina de Planejamento; fala sobre relacionamento entre Pery Pato e Paulo de Assis Ribeiro e sobre o trabalho desenvolvido por Paulo de Assis Ribeiro no Ministério do Planejamento; comenta sua entrada no Ibra através de Pery Pato; fala sobre Paulo de Assis Ribeiro, sua ligação com o Ipes e a PUC; conta como

conheceu Paulo de Assis Ribeiro; fala sobre relacionamento desenvolvido com Paulo de Assis Ribeiro durante seu trabalho no Ibra; diz que levou muita gente do MEB para o Ibra; fala do trabalho de Vera Jaccoud e sua aposentadoria; cita nomes de pessoas que foram para o Ibra, ligadas ao MEB; fala sobre o trabalho e posto ocupado pelo general Jaú; conta a entrada de César Cantanhede para a presidência do Ibra e sobre o relacionamento dele com Paulo de Assis Ribeiro; fala sobre o departamento de Dryden de Castro Arezzo; comenta a realização de concurso interno no Ibra para regularizar contratados na época; caracteriza 1964 como um período de contratações por CLT; conta sobre processo seletivo e explicita relação com Paulo de Assis Ribeiro; conta sobre as mudanças do Ibra, intervenção posterior, durante a chefia de César Cantanhede e fusão Ibra/Inda; fala sobre a intervenção no Inda em 1968/69, pós AI-5; menciona que esteve no momento da intervenção; diz que teve o salário congelado por quase um ano; fala sobre um projeto Cepal e também sobre a elaboração do relatório de criação do Incra; fala sobre o trabalho de Dryden de Castro Arezzo; conta sobre sua saída da assessoria e o convite para ser chefe do gabinete de Dryden de Castro Arezzo; retoma saída de César Cantanhede; comenta a respeito da divisão do general Jaú, a criação de Distritos de Terras; menciona seu relacionamento com os militares dentro da instituição; comenta seu trabalho com Dryden de Castro Arezzo e os cargos assumidos por este e seus companheiros; fala sobre revisão de projetos e sobre projetos antigos de colonização; conta sobre o caso de reforma agrária em Papucaia; fala de seu relacionamento com o diretor financeiro do Incra; comenta a segunda intervenção, a proposta de colonização da Transamazônica e demissão de Dryden Arezzo; fala sobre momento anterior de demissão de Sylvio Loreto e de toda sua equipe; comenta movimentos de resistência à ditadura, sobre luta armada, cita o MR-8 e como tudo isso rebate nele; fala da prisão da pessoa escolhida por ele para realizar trabalho com escolas em Caxangá e que ficou totalmente a descoberto diante dos militares nessa situação, pois ele havia feito o pedido de contratação do grupo para o Ibra; conta que não conseguiram achá-lo quando foi demitido, porque estava em viagem de trabalho; diz que ligou para o militar que deveria prendê-lo e explicou toda a situação; conta que na época tinha cedido seu apartamento em Recife para um colega de Arraes; diz que não sabe como conseguiu ficar um ano ainda no Ibra; fala sobre a diminuição do Ibra nesse período; diz que retomou o mestrado a fim de diminuir sua perseguição; diz que conseguiu ser demitido recebendo seus direitos em tempo recorde; diz que passou a dar aula na PUC e a trabalhar em uma editora comercial com livros didáticos; conta que foi presidente da Anped e sobre seu pedido de aposentadoria; fala sobre seu trabalho no Incra, seu relacionamento com o pessoal interno; conta caso sobre primeira visita em faixa de fronteira como técnico de colonização e convite para um segundo trabalho; fala sobre o término do Projeto Iguatemi, provocado pelos fazendeiros da região; conta a história de criação de rede de escolas em Iguatemi; fala da contratação de filhas de agricultores para dar aula auxiliadas por uma assessoria e a origem do Pamp; fala sobre curso de nove meses com Carlos Brandão, sobre bolsa da OEA para fazer o curso; diz que a Unesco estava jogando para a América Latina e a África o projeto de alfabetização funcional; contextualiza esse projeto e contrasta com o do MEB; fala das cartilhas produzidas para esse trabalho; fala sobre intenção de escrever a respeito desse projeto; comenta sobre Dryden de Castro Arezzo e seu trabalho e retoma as contratações que fez no tempo da assessoria de Paulo Assis Ribeiro; retoma a história do MEB em 1961/62, o trabalho com material do Ministério da Educação que vinha dos anos 40 e 50 e a elaboração da cartilha "Viver é Lutar" para recém alfabetizados em 1963 e sua apreensão em 1964 pela polícia de Carlos Lacerda; fala sobre a cartilha e sua divulgação; trata de uma segunda cartilha chamada *Mutirão*; fala da própria censura do MEB sobre essa cartilha e sobre sua saída do MEB.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Oswaldo Martins Furtado de Souza
DADOS BIOGRÁFICOS: Diretor da Escola Agrícola de São Lourenço da Mata; Chefe do Fecop – Fundo Estadual de Combate à Pobreza; Delegado do Inda; Assistente da Coordenadoria do Incra; Aposentado pelo Incra; Secretário da Academia Pernambucana de Ciências Agronômicas.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Rubens Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antônio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 14/09/2005
LOCAL: Recife, PE.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. Ml.k7.osma	01 Fita K7/ 60min 01 Fita k7/ 90min	Sim	Fitas em bom estado físico. Áudio bom, em diferentes suportes.
MP3	MSPP/en. Ml.mp3.osma	02h32min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. Ml.trans.osma	33 páginas	Sim	Digitada/revisada

DESCRITORES:

Acampamento rural
Antônio Crespo (padre)
Banco do Nordeste
Colonização
Cooperativismo
Crédito rural
Ditadura militar (1964-1985)
Estatuto da Terra
Fecop – Fundo Estadual de Combate à Pobreza
Fetape – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
Geran - Grupo Executivo de Racionalização da Agro-indústria Canavieira do Nordeste
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Metodologia de assentamento (Incra)
Moacir José dos Anjos (coordenador de eletrificação rural do Incra)
Município modelo (Inda)
Norte e Nordeste
Padre Belo
Padre Melo
Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte e Nordeste
Reforma Agrária
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Fita 1 Lado a: Faz rápido apanhado da sua vida profissional, de agrônomo à professor; diz que é secretário da Academia Pernambucana de Ciências Agronômicas; mostra e fala sobre fotografias que comprovam a interligação e amizade do Incra com determinadas autoridades em Pernambuco; fala sobre compra de tratores que aparecem nas fotografias e de kombis odontológicas; comenta sobre fotografia de uma entrevista dada ao canal 11 e sobre Incra sair dos seus aposentos para penetrar nos canais de difusão; fala sobre entrega à Fetape de três centros sociais modernos e do seu uso para realização de cursos; fala sobre situação atual de Pernambuco com a queda da zona canavieira; afirma ter dado parte de sua vida para o Incra; lembra horas extras que fez para o Incra; diz que levou para o Incra a vocação de professor; conta que criou em Pernambuco vários cursos; diz que davam de aula o Estatuto da Terra; conta que foi chefe do Fecop; diz que não se envolvia com a questão política do Incra; fala de convite do prefeito Nelson Barbosa para ser vereador de Surubim e sua recusa; diz que fez programa para trabalhadores rurais da Fetape e que o Incra pagava todas as despesas para o curso; fala que os sindicatos patronais não se interessavam por capacitação e pelo Incra; comenta sobre fim dos cursos de capacitação; conta caso de quando foi delegado do Inda: ida à cooperativa de Tiriri (Vitória) e greve organizada pelo padre Melo.

Fita 1 Lado b: Explica o que era a greve; afirma que quando tiraram os cursos, a gestão de educação, o Incra caiu; defende a educação rural para a adaptação do Incra na atualidade; fala sobre livro publicado: "Fatos e Coisas do Nordeste"; conta onde nasceu; fala sobre último livro que escreveu que está para ser reeditado: "Contribuição ao Estudo das Plantas Citadas na Bíblia"; conta de onde veio inspiração para escrever o livro; diz que está terminando outro livro: "Cronologia da Ilha de Itamaracá"; fala sobre livreto escrito sobre o pau-brasil; comenta sobre livro que escreveu quando era delegado do Inda, sobre termos agronômicos; fala sobre livro "Curso de Noções Básicas no Uso da Eletrificação Rural" e trabalho de Moacir José dos Anjos.

Fita 2 Lado a: Fala sobre funcionários que trabalhavam no Inda em 1968; afirma que o Incra é um órgão que exige vocação agrícola e não só capacidade; fala sobre capacitação e atualização periódica dos técnicos do Incra; comenta sobre abandono da biblioteca do Incra; fala sobre livro dado por monge beneditino: "O Tombo do Mosteiro"; conta que foi diretor da Escola Agrícola de São Lourenço da Mata (Olinda/PE); fala sobre decreto presidencial impedindo que entidades estrangeiras não pudessem ter escolas no nível superior e afastamento dos beneditinos em Olinda; conta que naquela época a escola dava todo material ao aluno, que existia um valor ao ensino agrícola; conta que os alunos que passavam no vestibular e não tinham vocação não retornavam às aulas depois das férias; fala sobre importância da vocação; cita itens necessários à educação rural; conta sobre atuação no Inda e no Incra; fala sobre período de extinção do Ibra e criação de uma divisão de reforma agrária dentro do Incra que tinha conexão direta com o padre Melo; fala sobre trabalho do padre Melo e padre Crespo; comenta a produção da legislação agrária durante o período militar; opina sobre a problemática da zona canavieira; cita novo exemplo sobre a importância da educação rural; defende necessidade de traduzir o que é técnico para uma linguagem que o trabalhador entenda; fala sobre área de atuação do Inda; opina sobre qual foi o erro do Inda em relação ao município modelo: ausência de colaboração dos outros órgãos responsáveis pelos serviços nos municípios; explica que o Incra não tinha condições de atuar em todos os setores de atividade; diz que se aposentou em 1986; afirma que em 1966 começou como responsável pelas delegacias; quando da criação do Incra, foi chefe de Desenvolvimento Rural – mesma função que tinha no Inda; especifica o lugar da reforma agrária nos órgãos; fala do período em que foi assistente da coordenadoria e supervisor do Grucop (1974-1985); comenta distinções entre Inda e Ibra e o que acontece quando o Incra é criado; explica o que era a Lei n°1711.

Fita 2 Lado b: Pondera sobre problema da diferença salarial do engenheiro agrônomo; comenta sobre relacionamento do Inda, Incra com a Sudene e o Banco do Nordeste; opina sobre extinção da Sudene e da Sudam; opina sobre a reforma agrária; comenta sobre o período em que esteve no Geran: função do programa, objetivos; explica motivo do Geran não ter conseguido atuar naquele momento; responde sobre existência de prioridade do Inda em trabalhar nas áreas do Ibra, sobre atuação paralela entre os órgãos e ausência de reuniões conjuntas; diz que não se lembra de nenhum programa de gerenciamento comum aos dois; explica porque desde que saiu nunca mais voltou ao Incra; fala sobre vida atual e possibilidade de escrever sobre sua experiência no Inda e no Incra; fala sobre ideia de escrever o livro, "História de um engenheiro agrônomo".

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Paulo Alberto Schmidt
DADOS BIOGRÁFICOS: Formado em Engenharia e Arquitetura, sua trajetória política e profissional é marcada pela influência de Leonel Brizola. Atuou primeiramente nas políticas educacionais, nas habitacionais e por fim nas políticas de reforma agrária no governo Brizola. Acompanhou o processo de assentamentos relevantes para a história fundiária do Rio Grande do Sul. Foi responsável pelos assuntos fundiários quando Brizola foi governador do Rio de Janeiro.

ENTREVISTADOR (ES): Regina Angela Landim Bruno e Isabel Palmeira.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 28/07/2005
LOCAL: Porto Alegre, RS.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final: Leonilde Medeiros

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO0	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/En MI.k7.pasc	01 Fita K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro. Áudio incompleto: falta fita k7 nº1.
MP3	MSPP/En MI.mp3.pasc	1h02min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/En. MI.trans.pasc	33 páginas	Sim	Digitadas e revisadas.

DESCRITORES:

Aliança Para o Progresso
Banhado do Colégio (RS)
BNH – Banco Nacional da Habitação
Comissão Estadual de Terras e Habitação
Cooperativismo
Farsul - Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
Igra - Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
Leonel de Moura Brizola
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
Reforma Agrária
Sarandi
Socialismo
Supra – Superintendência de Política Agrária

SUMÁRIO:

Fala da influência de Leonel Brizola, desde que foram colegas na Faculdade de Engenharia; narra sua história pessoal: nascimento em Cruz Alta, educação de caráter socialista, recebida dos seus pais; comenta concepções de socialismo; fala de Alberto Pasqualini, ideólogo do PTB, que defendia o chamado "socialismo solidário"; fala de sua filiação ao Partido Comunista em 1946; cargos durante o governo Brizola no Rio Grande do Sul, na Comissão Estadual dos Prédios Escolares, no setor de habitação e na Comissão Estadual de Terras e Habitação e, posteriormente no Igra; relata a criação do Igra; comenta o GT-14, grupo vinculado ao gabinete do governador e dedicado ao desenvolvimento agrário; fala do trabalho de reforma agrária do Igra; comenta a ação da Farsul; relata o que considera ter sido a primeira experiência de movimento popular que ocorreu no Rio Grande do Sul: o acampamento da Fazenda Sarandi; ação de Brizola; narra o episódio de Banhado do Colégio e a ação do governo estadual; comenta que o Banhado do Colégio se destacou como modelo a ser seguido nacionalmente; descreve o modelo; fala do que ocorreu após a vitória de Ildo Menegheti para o governo estadual; compara a Supra é comparada ao Incra atual, pois ambos são interpretados como "válvula da panela de pressão", mas incapazes de realizar a reforma agrária.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Paulo Gomes da Silva
DADOS BIOGRÁFICOS: Motorista e monitor do MEB; Motorista do Incra.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Rubens Pompeu Braga.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antônio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 09/11/2005
LOCAL: Recife, PE.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Entrevista transcrita em 2007. Em 2013, a entrevista foi revisada em termos gramaticais e de conteúdo.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.pago	23 páginas	Sim	Transcrição digitada e revisada.

DESCRITORES:

Antônio Crespo (padre)
Banco do Nordeste
Ditadura militar (1964-1985)
Dom Carlos Coelho (bispo católico)
Dom Hélder Pessoa Câmara (bispo católico)
Fernando José Mara (funcionário do Incra)
Francisco Julião (Ligas Camponesas)
Golpe civil-militar de 1964
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ligas Camponesas
Marcelo Cavalheiro (padre)
MEB – Movimento de Educação de Base
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Projeto de assentamento
Projeto Quatis (Incra)
Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte e
Raul Belens Jungmann Pinto (presidente Incra)
Reforma agrária
Sistema de agrovilas
SSR- Serviço Social Rural
Sylvio Loreto (funcionário do Ibra)
Trabalhador rural
Usina Caxangá (Ribeirão, PE)

SUMÁRIO:

Inicia se apresentando: nome, local de origem, ida para Recife; fala sobre seus primeiros trabalhos no Palácio do Bispo com Dom Carlos Coelho e Dom Hélder Pessoa Câmara (1962); comenta a criação do Movimento de Educação de Base por Dom Hélder; fala do início de seu trabalho de campo; fala da construção de uma Escola Radiofônica; cita municípios em que trabalhava; diz quais eram os municípios mais pesados para o trabalho; fala sobre deflagração do golpe militar e diz que hoje em dia os militares tem tudo na mão através do Incra: onde estão os movimentos, lideranças; explica qual é seu maior desgosto em relação ao Incra; conta sobre invasão militar em sua residência atrás da cartilha "Viver é Lutar"; diz que foi ao GOE (Grupo de Operações Especiais) do Exército dar queixa da invasão e explicar que havia um engano que ele era só um motorista; fala do período em que ficou desempregado; conta conversa com Valdemar Borges: prisão e deportação de Valdemar Borges, ofício sobre vaga de emprego para Paulo Gomes da Silva em órgão da reforma agrária que seria criado – Ibra; diz que no ofício já deixava Antônio Mata para ser delegado do Ibra em Pernambuco; conta que Antônio Mata disse que não aceitaria a vaga porque o Ibra seria um órgão subversivo; conta que nessa época, desempregado, vivia de uma feira no Palácio do Bispo onde pegava cesta básica; fala sobre recusa para trabalhos por possuir referência do Movimento de Educação de Base na carteira de trabalho; fala de trabalho com Antônio Mata e entrada de Sylvio Loreto; conta sobre fiscalização das cartilhas com entrada de Sylvio Loreto e entrada progressiva de militares no órgão; explica

contexto de formação do Proterra; cita militares que assumiram cargos dentro do órgão nesse período; diz que o que o MST está fazendo é fruto do trabalho criado em 1962-63 e que a diferença está apenas na linha de trabalho; comenta golpe dado por Raul Belens Jungmann Pinto, quando era ministro: o exército responsável pelo parcelamento dos assentamentos – exemplifica; explica que sua revolta está no fato que tudo foi dado na mão dos militares; cita exemplo de contradição entre o trabalho realizado por ele e o trabalho do militar sugerido por Raul Jungmann; diz que Banco da Terra foi medida política de Raul Jungmann, assim como cesta básica; diz que cesta básica agora é dada para acampados e antes para os assentados; fala sobre Dr. Aristóvão, responsável pela criação do projeto Quatis; fala sobre projetos do Incra - exemplifica com projeto Quatis: primeiro assentamento realizado pelo Ibra; diferencia Quatis de Caxangá: Caxangá foi uma usina desapropriada e Quatis um assentamento criado; fala que naquela época o assentado não tinha conhecimento dos seus direitos; comenta sobre agrovila de Quatis; diz que quando saíram de Quatis foram para Mucatu e posteriormente para Rio Tinto; diz que está com 40 anos de Incra e não vai ver a reforma agrária sair como deveria; opina sobre a reforma agrária; diz que a maioria dos conflitos atuais se refere à morosidade dos processos de posse; fala sobre possibilidade de compra de propriedade pelo Incra para facilitar processo de assentamento; fala sobre política de reforma agrária do governo Lula; diz que quadro pessoal do Incra atual está abaixo do necessário para caminhar com a reforma agrária; fala sobre empenho dos técnicos do Ibra ao trabalho; diz que a partir de 1973, com as prisões, as pessoas perderam o estímulo pelo trabalho; faz avaliação sobre seu trabalho no MEB; fala sobre atuação de Dom Hélder Câmara e de Dom Carlos; cita comício de Dom Antônio Moraes Júnior contra Miguel Arraes; fala sobre entrada de Dom Hélder Câmara e criação do MEB; fala sobre padre Paulo Crespo e padre Marcelo Carvalheira, relacionamento com padre Melo; comenta sobre relacionamento do MEB com as Ligas Camponesas; conta sobre palestra dada aos trabalhadores ao lado de Francisco Julião; fala sobre questão de energia e funcionamento do rádio em assentamento no Ceará e seu uso para reunir pessoas; cita pessoas do MEB ativas na época; fala sobre trabalho de Roberto Machado do MEB; cita liderança de Dom Francisco no sertão; fala sobre trabalho das professoras; comenta tratamento dado pelo Incra ao trabalhador; lembra acidente de carro que matou o adjunto de Fernando Mara; fala sobre trabalho no Serviço Social Rural; fala sobre época em que trabalhou com Sylvio Loreto no Serviço Social Rural; explica que ele mesmo não era do Serviço Social Rural, estava desempregado; conta que no período de desemprego os companheiros do Partido ajudavam a manter quem estivesse desempregado: com dinheiro, feira, alimentos básicos; diz que foi nesse período que ficou próximo de Sylvio Loreto e que se tornou motorista dele quando este foi delegado do Incra; fala sobre morte do rapaz Frazão em 1974; fala sobre pessoas que estavam no Incra em 1974; fala sobre seu trabalho como militante na Vila Jussara; volta a comentar sobre o pessoal ativo do Incra no período; explica em que sentido o trabalho no Engenho Mata era pesado: era sede de uma Liga Camponesa, trabalho clandestino, anterior ao golpe; época em que não se dava com Padre Melo, devido às intervenções na região; diz que o golpe foi mais avançado no campo porque sabiam que o poder seria tomado por lá; diferencia Ligas Camponesas dos sindicatos rurais de lideranças como Padre Crespo; faz paralelo com atuação da Fetape e do MST nos dias de hoje; opina sobre o MST; explica o que é um "corpo a corpo" das ações do MST; critica ausência de conscientização sobre a organização do MST aos trabalhadores – manutenção orçamentária do MST; diz como ele e seus funcionários encaram as ocupações no Incra; diz que existem três naturezas de funcionários no Incra; diz que ocupações no Incra de Pernambuco ocorreram porque passaram muitos superintendentes por lá que não eram comprometidos com a reforma agrária; afirma que sua vida foi dirigir para superintendente; comenta sobre o único superintendente com que teve atrito; cita posse no período de Fernando Mara como superintendente; fala sobre equipe do Projeto Caxangá e o explica; diz que o Incra não atuou no

sentido de impedir a venda de terras do Projeto Caxangá; e que faltou orientação do Incra; afirma que fraudes que ocorrem nos assentamentos são resultados da ausência do Incra; critica ausência de assistência técnica nos assentamentos; fala sobre comercialização da produção dos assentamentos: criação de mercado, apoio do MDA; comenta disputa no assentamento do Engenho Ronda entre MST e cooperativa de João Ronda; fala sobre área de João Ronda: quantidade de famílias, feiras, produção; comenta situação da área do MST; diz que deveria haver união, conscientização das forças; comenta sobre Fundeb, trabalho de educação e alfabetização nos projetos; diz porque valeu a pena trabalhar 40 anos no Incra; comenta sobre Usina Salgada: povoado, postes de energia; diz que peso maior e mola do Incra é o cadastro; cita técnico agrônomo Antônio Ferreira; fala sobre pessoal perseguido e anistiado no Incra; comenta caso do servidor Maurício Pereira.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Paulo Yokota
DADOS BIOGRÁFICOS: Formado em Economia na USP, foi diretor do crédito rural do Banco Central do Brasil, professor universitário e presidente do Incra por seis anos. Dentre as marcas deixadas por Paulo Yokota no Incra, estão a implementação dos programas Proterra e o Proagro e a transformação da instituição em autarquia especial.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Rubens Pompeu Braga.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 05/12/2005
LOCAL: São Paulo, SP.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final: Marcelo Medeiros e Regina Bruno

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO0	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/En Ml.k7.payo	03 Fitas K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro. Áudio incompleto: parte final não localizada.
MP3	MSPP/En Ml.mp3.payo	02h35min	Sim	Fitas 1, 2 e 3 reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/En Ml.trans.payo	45 páginas	Sim	Digitadas e revisadas

DESCRITORES:

Arrecadação de terras
Bacia Araguaia –Tocantins
Banco Central
Censo Agropecuário
Colonização
Desapropriação de terra
Ditadura militar (1964-1985)
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Institutos de Terras Estaduais
Pacal - Projeto Agro-Canavieiro Abraham Lincoln
Poder Judiciário
Polonoroeste - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
Posseiro
Prodeagro - Programa de Desenvolvimento do Agronegócio
Proterra - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária
Regularização fundiária
Rondônia
Transamazônica

SUMÁRIO:

Inicia contando sua formação e trajetória profissional: trabalhou para diversos governos estaduais e federais e destaca os trabalhos na comissão interestadual bacia do Paraná-Uruguai e na *World Churches Council*, dentre outros; durante o governo Médici (1969-1974), foi diretor de crédito rural do Banco Central e teve a oportunidade de trabalhar no Proagro; afirma foi integrado à equipe do Incra porque ajudou a estruturar o Ministério da Agricultura; no contexto de tensão gerada pela guerrilha do Araguaia, foi convidado para o cargo de presidente do Incra porque tinha bom relacionamento com o Presidente Figueiredo, com o ministro Delfim Neto e com o ministro Mario Andreazza; comenta que, durante o regime militar, o Incra tinha mais força e influência na alocação de recursos em diversos órgãos e assim puderam realizar diversos programas, como o Proterra, no Nordeste e o Polonoroeste; relata que deu ênfase ao problema de arrecadação de terras públicas e regularização de terras de posseiros; afirma que as desapropriações prioritárias eram realizadas nas áreas onde predominavam as dúvidas dominiais, marcadas por conflitos recorrentes; conta do combate aos conhecimentos e concepções produzidos pela Cepal; declara que sua trajetória no Incra lhe permitiu adquirir conhecimento prático e objetivo sobre o Brasil, distinto da literatura; fala da aplicação dos princípios de *green revolution,* que implica na transferência de tecnologia para o agricultor em forma de técnicas, instrumentos e sementes a fim de aumentar a produtividade; comenta a necessidade de realizar convênios com os Institutos de Terras estaduais; fala do projeto de mapeamento por satélite das terras do Nordeste, financiado pelo Bird; menciona que os investimentos internacionais em tecnologia eram fundamentais para a implementação dos projetos do Incra; defende a produção intensiva no campo e a adequação da produção às características de cada lote; diz que a mão-de-obra rural brasileira não é apegada à tradição e aprende rápido com as inovações; afirma que, durante o governo de Figueiredo, o Incra passou por diversas jurisdições e foi marcado pela grande rotatividade de presidentes; comenta que o

vale do Araguaia era a área de maior conflito devido à sobreposição de ações da Fundação Brasil Central, governo federal e governo estadual; fala que a CNBB tinha uma legítima preocupação com a situação dos posseiros em relação à questão agrária; comenta a experiências das agrovilas como sistema de planejamento; fala do papel desempenhado pela Embrapa, dentro da perspectiva do Incra; expõe os projetos do Incra relacionados à Transamazônica; defende a implementação de projetos extrativos na Amazônia, complementados pela atividade agrícola e a atividade pecuária, e o embate com a perspectiva de Chico Mendes; comenta a migração dos produtores gaúchos para a Amazônia, particularizada pela mecanização da agricultura e pela produção de soja; diz que o conflito entre imigrantes de diferentes regiões foi muito característico nos projetos de assentamento em Rondônia; defende a valorização da pluralidade do conhecimento aliada ao conhecimento técnico como solução; diz que fatores como infraestrutura, pesquisa, comercialização e crédito são fundamentais para o sucesso dos projetos e justifica o envolvimento do Incra com a Embrapa, a Embrater, a Cibrazem, a Companhia de Financiamento da Produção e o Banco Central; comenta que, na época do governo Médici (1969-1974), o planejamento estratégico era baseado na concepção de incipiência do mercado interno e de necessidade de exportação; fala da relação do Incra com as superintendências regionais, abordando os convênios com os Institutos de Terra Estaduais e o sistema de extensão rural; discorre sobre o Incra como instrumento político, capaz de eleger a maioria dos políticos em Rondônia; fala da interação entre o Incra e os políticos, incluindo a influência deles na distribuição dos cargos e a relação com os governadores de estado; explica que a política de desapropriação implementada pelo Incra, principalmente no Centro-Oeste, não contrariava os interesses dos empresários, mas que as desapropriações no Nordeste relacionam-se com complicações geradas pelo conflito ideológico entre usineiros e os camponeses e pela diferença da qualidade da terra; relata que imaginou e implementou o Proagro e o Proterra, inserindo os bancos na solução da questão agrária brasileira; critica o monopólio do sistema de comercialização e logística, que implica na dependência dos pequenos e médios produtores e no aumento do custo do escoamento da produção; fala do papel do cadastro para a reforma agrária, a deficiência do Censo Agropecuário e a dificuldade de criar um banco de dados com informações confiáveis; afirma que os governos militares deram mais ênfase à colonização, mas as desapropriações eram prioritárias nas áreas onde havia dúvidas patrimoniais; declara que a maior parte das indenizações foram depositadas em juízo e que cabia ao Judiciário resolver o conflito sobre o direito à propriedade; afirma que, legitimada pelo Estatuto da Terra, a maior parte dos custos para a desapropriação para a reforma agrária se refere à construção de estradas vicinais e outras assistências, comprometendo a viabilidade da política de reforma agrária; a política de desapropriação de terra como meio de melhorar a distribuição de terra é desvirtuada pela revenda de títulos; comenta o desenvolvimento com caráter ecológico; fala de sua influência na estrutura administrativa do Incra e sua transformação em autarquia especial; diz que o governo e o Incra precisam definir e defender o papel da reforma agrária no desenvolvimento do país; afirma que as cooperativas constituem um modelo frágil de organização e necessitam de inovação.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raimundo João Amorim
DADOS BIOGRÁFICOS: Original de São Luis (MA). Formou-se em Engenharia Agronômica. Entrou para o Incra em 1976 como técnico de campo atuando em diferentes projetos, como Cruzeiro do Sul (AC), Sena Madureira (RO) e Pedro Peixoto (AC). Em 1982 saiu da Superintendência do Acre e foi para Brasília atuando como membro técnico da Diretoria de Assentamentos. Foi coordenador de assentamentos para Região Norte e Nordeste. Fez parte do Projeto Nordeste, financiado pelo Banco Mundial até voltar-se para setor de planejamento do Incra e, por fim, assumir o cargo de assessor da presidência nacional da instituição.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho, Antônio Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 13/12/2005
LOCAL: Brasília, DF
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final: Leonilde Medeiros

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO0	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en Ml.CD.rj2	Áudio digital	Não	Suporte apresenta erro de verificação cíclica de redundância. Faixas 4 e 5 possuem trechos mudos. Áudio irregular.
MP3	MSPP/en. Ml.mp3.rj2	02h32min	Sim	Trechos reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en Ml.trans.rj2	49 páginas	Sim	Digitadas e revisadas.

DESCRITORES:

Banco Mundial
Discriminação de terras
Ditadura militar (1964-1985)
Dom Moacir Grecchi (bispo católico)
Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Estatuto da Terra
Empate
Fassincra – Fundação Assistencial dos Servidores do Incra
Fernando Moreno Maia (general do Exército)
Gebam - Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas
Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
Gleba Corumbiara (RO)
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
José Gomes da Silva (presidente Incra)
Mirad - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Nova República
Novo Mundo Rural (governo FHC)
Paulo Yokota (presidente Incra)
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (I, 1985)
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (II, 2003)
Projeto Boa Esperança (AC)
Projeto de assentamento
Projeto de colonização
PDSFN - Projeto de Desenvolvimento do Sistema Fundiário Nacional
Projeto Nordeste
Projeto Pedro Peixoto (AC)
Projeto Tucumã (PA)
Reforma agrária
Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Inicia a entrevista apresentando sua origem e formação; explica o que eram as discriminatórias; conta como passou a atuar na área de planejamento, onde permaneceu até o momento da entrevista; diz que fez excursão quando estudante para a Amazônia e se interessou pela região; descreve o trabalho na região amazônica e como pode melhor compreender, pelo trabalho de campo, todas as funções finais da instituição, tanto na área de assentamento quanto na área fundiária; descreve o processo da expansão da fronteira agrícola para Acre e Rondônia para implementar projetos agropecuários estimulados pelo governo; descreve o contexto de lutas entre fazendeiros, seguingeiros, castanheiros e índios, sendo uma das formas de pressão o chamado "empate"; fala sobre papel da Sudhevea junto aos seringueiros e cita sua transformação no Ibama, a partir da fusão com dois outros órgãos; descreve o trabalho

realizado pelo Incra na região da Amazônia; fala sobre relacionamento com sindicatos, Igreja, no próprio Incra; cita projetos que iniciaram a colonização no Acre: Pedro Peixoto e Boa Esperança; comenta sobre ação de colonização do Incra e fluxo migratório; desenvolve argumentação sobre instrumentos jurídicos usados pelo trabalho do Incra, como o Estatuto da Terra, o decreto nº 59.428, a lei nº 6383; fala sobre o quadro do Incra quando transformado em autarquia: todas as pessoas que atuavam nas superintendências e projetos fundiários passaram a integrar o cargo; discute possíveis formas de alocar pessoal que trabalhava nos projetos fundiários na fase de ampliação do quadro de servidores do Incra; apresenta alguns dos problemas existentes na Amazônia em razão da falta de destinação das terras; discute o advento da Nova República e a formulação do I PNRA; faz um breve resumo sobre a orientação do Incra ao longo das gestões; sobre o período do Ministro Nelson Ribeiro diz ter havido foco na reforma agrária, com meta de assentar um milhão e quatrocentas famílias; ao passo que o período anterior era focado na colonização, regularização fundiária e arrecadação; diferencia política dos militares da ação do Ibra: norte para a reforma agrária; tece comentários sobre a gestão de Paulo Yokota; analisa a forma de condução dos problemas fundiários na Nova República; fala sobre período do Getat e Gebam, sobre a região da Transamazônica e cita alguns dos problemas que perduram até hoje na região: grilagem, áreas irregulares, etc; comenta sobre diretores no período em que foi para Brasília; discute as críticas ao Projeto Nordeste e como seu impacto apareceu mais na Bahia e no Maranhão; explica problemas gerados por programas que não alteram a estrutura fundiária da região, que não enfrentam o latifúndio; fala sobre o Mirad e de José Gomes da Silva no Incra; explica porque considera a Bahia como uma das áreas com mais dificuldades no início da Nova República; aborda conflito de cultura gerado pela política de assentamento de co-participação; fala sobre relação entre dirigentes e servidores; frisa a importância da capacitação dos servidores; fala sobre envolvimento da representação dos trabalhadores na elaboração dos planos regionais de reforma agrária e confronto com organização e cultura institucional montada; explica que, do ponto de vista funcional surgiam os funcionários que não ajudavam ou mesmo atrapalhavam o desenvolvimento dos instrumentos para a reforma agrária; diz quem deu apoio ao PNRA no Congresso; cita período da reforma administrativa de Fernando Collor de Melo; ao falar sobre a anistia, conta como o Incra foi um dos órgãos pioneiros na abertura das comissões; comenta sobre documento da reforma agrária escrito durante presidência de Osvaldo Russo no governo de Itamar Franco em 1992; discute sobre reação dos servidores do Incra frente às ocupações de terra em 1985; fala sobre papel do Incra atual e atuação; opina sobre o debate em torno do II PNRA; fala sobre indicação, nomeação e saída de Vicente do Carmo Prata para presidência; cita massacre de Eldorado dos Carajás, de Corumbiara; fala sobre a reforma administrativa ocorrida em 2000 e os pontos negativos e positivos da nova estrutura do Incra; faz mapeamento da situação do Incra e sua capacidade de atuação na reforma agrária atualmente: recursos suficientes, avanço no processo quanto à assistência técnica, infraestrutura, dificuldades aborda divergências do Incra e do MDA; fala sobre relação entre servidores e a Fassincra; cita programa da documentação da mulher trabalhadora e dificuldades encontradas pelo MDA, pelo Incra em avançar nessa questão; dá sua opinião sobre o que é ser servidor público e servidor do Incra.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raimundo Nonato Pinheiro Alves
DADOS BIOGRÁFICOS: Educador do MEB; Educador nos Projetos de Colonização e Assentamento do Incra; Aposentado pelo Incra.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 15/09/2005
LOCAL: Brasília, DF.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.k7.rano	04 Fitas K7/ 60min	Sim	Fitas em bom estado físico. Áudio bom, disponível em diferentes suportes.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.rano	2h51min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.rano	34 páginas	Sim	Ddigitada/revisada

DESCRITORES:

Antônio de Pádua Perosa (administrador do Núcleo Rural Alexandre Gusmão/Incra)
Colégio Brasileiro de Cooperativismo
Ditadura militar (1964-1985)
Estatuto da Terra
Governo Collor (1990-1992)
Governo Lula (2003-2006)
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPM – Inquérito Policial Militar
JOC – Juventude Operária Católica
MEB – Movimento de Educação de Base
Mirad – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Nova República
Núcleo Rural Alexandre Gusmão (DF)
Osmar Fávero (funcionário do Ibra)
Planate – Plano Nacional de Assistência Técnica
Pidsinr – Programa Integrado de Desenvolvimento e Sindicalismo Rural
PDICOOP – Projeto de Desenvolvimento Integrado do Cooperativismo de São Paulo
Sistema de agrovilas
Projeto de colonização
Projeto Iguatemi (Incra)
Reforma agrária
Trabalhador rural
Transamazônica

SUMÁRIO:

Fita 1 Lado a: Inicia com sua origem e formação; fala sobre trabalho no MEB; diz que o trabalho de educação de base para adultos nas escolas radiofônicas serviu para desenvolver seu trabalho no Incra; cita cidades por onde passou: São Luiz, São Paulo, Rio de Janeiro; fala sobre reencontro com pessoas do MEB quando esteve no Rio de Janeiro; fala sobre Osmar Fávero, chefe de gabinete do presidente do Ibra; fala sobre entrada no Ibra e primeiro trabalho desenvolvido em Goiás; explica ação de trabalho denominada remembramento de minifúndio; fala sobre os trabalhos desenvolvidos em Goiás: construção de posto de saúde com recursos locais e públicos, preparação de cartilhas de alfabetização para adultos; cita atuação de Carlos Rodrigues Brandão no trabalho de alfabetização de adultos; fala sobre transferência do SR-04 de Brasília para Goiânia e perda da documentação referente a esses trabalhos; comenta sobre período de paralisação do Ibra durante formação do Incra: prisão do presidente do Ibra, afastamento da equipe que tinha melhor entendimento sobre reforma agrária; fala de militares que visitavam sede do Ibra e sobre situação política em 1969, 1970; conta caso sobre repressão vivida durante a ditadura; comenta sobre estudo do Estatuto da Terra feito em grupo; fala sobre grupo de estudos e desconfiança gerada pelo período militar; comenta sobre padre João (Johanes Albertus Rutges) que participava das reuniões de grupo: prisão, tortura e exílio.

Fita 1 Lado b: Conta sobre entrada da polícia em sua casa; diz que levaram algumas publicações, apostilas e uma caderneta de endereços; comenta sobre comprometimento de bispos católicos com a ditadura militar; conta como foi sua apresentação no Setor Militar Urbano; fala sobre o que teria gerado o seu interrogatório no Exército; fala sobre perguntas com base na sua caderneta de endereços; fala sobre Maria de Lourdes, da Juventude Operária Católica; conta caso de casal que foi metralhado pelos militares; diz que os interrogatórios versavam somente sobre as atividades políticas; fala de ofício recebido no Incra do IPM – Inquérito Policial Militar; conta como se deu o interrogatório no Tribunal Militar; fala sobre membro da Aliança Libertadora Nacional que teria ficado em sua casa; conta repercussão no Incra de seu interrogatório; fala sobre situação similar vivenciada por Hugo Herédia; fala sobre conselho dado por ex-comandante polonês Jorge Rachavs que trabalhava no Ibra; cita pessoal do Ibra que também respondeu a inquérito policial; fala sobre Antônio de Pádua Perosa, do Projeto do Núcleo Rural Alexandre Gusmão; explica as atividades educacionais desenvolvida nesse projeto; fala sobre importância dessa experiência em Brasília; comenta influências dos fundadores da UnB no plano ideológico – Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira.

Fita 2 Lado a (único): Fala sobre atuação do presidente Costa Porto no Incra; comenta a ideia de fundar um Colégio Brasileiro de Cooperativismo em Alexandre Gusmão e destruição do Centro de Artesanato; fala sobre o Colégio Brasileiro de Cooperativismo: quem atuou na escola, repercussão para o trabalho desenvolvido até então; conta caso de menino que resgatou experiência aprendida na escola e no Centro de Artesanato; explica episódio de inauguração de um canal de irrigação; fala sobre problemas políticos e falta de dinheiro nos projetos; exemplifica com a Transamazônica; fala sobre situação das agrovilas, diz que não podia participar delas devido ao seu envolvimento político; diz que quem ia às agrovilas eram pessoas de inteira confiança da administração do Incra; opina acerca das agrovilas; fala sobre as atividades das quais participou no Departamento de Desenvolvimento Rural; comenta sobre o Planate – Plano Nacional de Assistência Técnica; fala sob pressão vivida durante o regime militar; conta sobre problema político vivido em Presidente Prudente (SP) e tortura de João Batista, colega do Banco de Brasília.

Fita 3 Lado a: Cita viagem à cooperativa de Cafelândia (GO); fala do contexto de 1985/1986, época de criação do Mirad; comenta extinção do Incra e do Mirad; diz que parecia que as pessoas não acreditavam que o Incra estava acabando, que os servidores só despertaram quando transportes chegaram para levar cadeiras, computadores etc.; fala sobre surgimento de um movimento de mobilização dos servidores para recuperação do Incra na época; comenta sobre apoio de grupos do PSB, PSDB, PC do B; primeiro contato com o embrião do MST; fala sobre entrada da polícia no Incra; explica sobre estratégia de recuperação do Incra e seus resultados; conta que iniciaram com uma assembléia de 35 pessoas e que depois de 42 dias havia 3 mil servidores dentro do Congresso Nacional; diz que acreditavam que as pessoas que assumiram a luta pela recuperação do Incra, deveriam ser as que assumiriam os cargos; fala sobre decepção a respeito do pessoal que entrou para o Incra; diz que mesmo com o Incra extinto ele continuava a ter um presidente; conta situação vivida durante movimento de recuperação do Incra e atuação de José Carlos Sabóia; diz que na época era responsável pela Divisão de Recursos Humanos.

Fita 3 Lado b: Fala sobre trabalho durante período de extinção do Incra; explicita as justificativas dadas na época para a extinção do órgão; fala sobre representação política durante o governo Sarney; comenta sobre programas: Planate, Pidsinr, Pdicoop; cita Elias Pessoa e seu trabalho na Pidsinr; diz que trabalhou na política de capacitação dos servidores;

comenta sobre treinamentos didático-pedagógicos dados a professores rurais nos projetos de colonização – final da década de 1970; especifica os locais em que atuou com os treinamentos didático-pedagógicos; fala sobre sua experiência no Projeto Iguatemi; fala sobre pessoal que conheceu no Projeto Iguatemi; explica como se dava o trabalho em outras regiões, quem era o público alvo; comenta sobre Metodologia Operacional e sobre possibilidade de se discutir a reforma agrária na educação; fala sobre trabalho na região de Bernardo Sayão; caracteriza agrônomos e engenheiros como os "donos" do Incra; diz que eram pessoas de confiança do governo; diz que queria no Incra as pessoas que lutaram pela reforma agrária; opina sobre ausência de diálogo entre administração e funcionários do Incra; fala sobre fatos que marcaram sua vida no Incra: ampliação das realidades brasileiras, peso da situação política quando houve a extinção do Incra, abertura política em 1986 e o surgimento da Metodologia a ser aplicada nos Projetos; coloca outras questões que o marcaram: fala sobre período Collor e seu retorno ao Ceará nos anos 1990; fala sobre período da queda de Collor e situação política no Incra; entrada do MST na luta, queda de Airton Bezerra; diz que grande parte dos funcionários apoiaram a expulsão de Airton Bezerra da superintendência; fala sobre sua ida para Brasília em meados dos anos 1990; comenta sobre como a eleição do Lula o marcou e as mudanças que esperava com o regime; comenta sobre pessoas dentro do Incra que são contra a reforma agrária e o MST.

Fita 4 Lado a (único): Fala sobre presença dos movimentos sociais no Incra; opina sobre entendimento dos grupos da sociedade a respeito da reforma agrária, sobre leis contraditórias na Constituição Federal; fala sobre presença das elites no Incra depois da Nova República.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raul David do Vale Júnior
DADOS BIOGRÁFICOS: Engenheiro agrônomo da Supra; assessor de Relações Internacionais do Ministério do Bem Estar Social; Diretor de Assentamento do Incra; Secretário Nacional de Educação Média e Tecnológica; Diretor do Proer – Projeto de Construção de Escolas Profissionais; Presidente da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano; Presidente do Incra; Diretor presidente do Assincra.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 06/12/2005
LOCAL: São Paulo, SP
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final: Leonilde Medeiros e Juliana Luiz

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO0	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/En. Ml.k7.rava	03 Fitas K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico. Áudio regular: voz abafada.
MP3	MSPP/En. Ml.mp3.rava	02h36min	Sim	Fitas 1, 2 e 3 reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/En. Ml.trans.rava	37 páginas	Sim	Digitadas e revisadas.

DESCRITORES:

Aliança para o Progresso
Assincra – Associação dos Servidores do Incra
Bencion Tiominy (funcionário Ibra)
CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
Centro de Informação de Preparação da Reforma Agrária (Colômbia)
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Ditadura militar (1964-1985)
Dryden de Castro Arezzo (funcionário Ibra)
Estatuto da Terra
Governo Collor (1990-1992)
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Governo Itamar Franco (1992-1994)
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Igra – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
José Gomes da Silva (interventor Supra)
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Projeto Alexandre Gusmão (DF)
Projeto de Assentamento do Litoral Sul (RS)
Projeto de colonização
Projeto do Banhado do Colégio (RS)
Projeto Rio Jardim (GO)
Reforma Agrária
Rio Grande do Sul
Rondônia
Supra – Superintendência de Política Agrária
Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Fala sobre o período em que entrou no Incra e sobre papel do Incra no imaginário dos jovens da época; narra seu percurso profissional: entrada na Supra, afastamento durante a ditadura, reintegração com a anistia; fala sobre cargos ocupados ao longo da carreira; explica a origem do Incra, começando pela formação da Supra e suas ações; comenta trabalho em equipe de agrônomos, economistas e sociólogos sobre formação de projetos agrícolas e exemplifica com área em Rio Jardim (GO); fala sobre demissão de pessoas após o golpe militar de 1964; conta como foi mandado para trabalhar no campo, primeiro na Hospedaria de Imigrantes em Taguatinga e depois em Alexandre Gusmão; comenta a designação de José Gomes da Silva para interventor da Supra e sobre situação política internacional na época e sua relação com a reforma agrária; menciona curso no Centro de Informação de Preparação da Reforma Agrária na Colômbia; apresenta as diferenças de interesses entre as propostas dos militares e de José Gomes da Silva; fala sobre projeto do Estatuto da Terra e entrada de Paulo de Assis Ribeiro no lugar de José Gomes da Silva para assumir o Ibra; apresenta a diferença de propostas entre a Aliança do Progresso e a dos militares; fala sobre curso que fez na Colômbia sobre

desenvolvimento rural e reforma agrária e órgão internacionais participantes; comenta seu percurso profissional depois do retorno da Colômbia, o trabalho no Rio Grande do Sul em meados dos anos 1960 e o Projeto de Assentamento do Litoral Sul (RS); fala do convite para retornar a Brasília em 1968 e dirigir o projeto Alexandre Gusmão; comenta os efeitos desse projeto; fala sobre clima político no Brasil e o AI-5, a reorganização dos movimentos políticos, o surgimento de organizações, sua participação em uma delas e a necessidade de ficar na clandestinidade por algum tempo; conta que saiu do Brasil e foi morar no Chile de depois no Equador, onde passou 13 anos e foi contratado por uma companhia canadense, pois sua experiência no Incra o colocou em situação de vantagem em relação aos demais exilados; comenta o trabalho realizado no Equador e sua inserção posterior na Junta Nacional de Planificação como assessor do Vice Presidente da República; fala sobre retorno ao Brasil em 1979 com a anistia e seu trabalho como funcionário do Banco Mundial; comenta seu trabalho como Coordenador de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Planejamento de São Paulo e sua ligação com José Serra; conta que, em 1986 há um processo de anistia dentro do Incra e que retorna a esse órgão em 1987, primeiro como agrônomo, depois chefe da Divisão de Planejamento em São Paulo, presidente da Assincra, também em São Paulo; comenta sobre período de extinção do Incra e contrapõe a atuação do órgão à época da ditadura; relata o *impeachment* do Collor, em 1992, a entrada de Itamar Franco e seu retorno a Brasília; fala de sua passagem como assessor de Assuntos Internacionais no Ministério de Bem Estar Social; comenta que assume o cargo de Diretor de Assentamentos do Incra e fala das metas para a reforma agrária do presidente Fernando Henrique; explica a lentidão dos processos de desapropriação; lembra que nesse período o Incra era vinculado ao Ministério da Agricultura representado pela figura de Eduardo Vieira que era contrário à reforma agrária; retoma seu trabalho como Diretor de Assentamento; fala sobre relacionamento com as organizações dos trabalhadores, MST e Contag; fala sobre surgimento do MST e situação agrária no Rio Grande do Sul; explica que grande parte das pessoas que alimentaram os projetos de colonização nos anos 1970 vinham do Sul do Brasil; fala sobre atuação da Igreja nesse contexto; comenta processo de transformação no norte do Paraná nas décadas de 1960 e 1970; comenta sua relação com as ocupações; explica como se tornou presidente do Incra; diz que seu primeiro compromisso como presidente do Incra foi cumprir as metas de assentamento; comenta sobre massacre em Rondônia e conclusão de desapropriação de terras na região; fala sobre guerra numérica (de assentamentos) no Incra; fala sobre conflitos em regiões que envolviam outros grupos de trabalhadores além de agricultores; menciona o massacre do Eldorado de Carajás (PA) e consequências políticas; comenta entrada de Raul Jungmann; opina sobre retorno profissional; fala da sua atuação como presidente da CDHU e sobre a função das pessoas em um órgão público; comenta sua anistia no Incra: quem assinou e seus resultados; fala sobre metodologia elaborada por Dryden de Castro Arezzo e Bencion Tiominy e sobre atuação desses; aborda projeto de reforma agrária no período Brizola, o Projeto do Banhado do Colégio (RS), feito pelo Igra e a importância dessa experiência; conta sobre experiência em reforma agrária vivida no Chile; comenta seus sentimentos por ocasião do retorno ao Brasil, depois do exílio e opina sobre o processo; fala sobre experiência vivida no movimento dos servidores do Incra; afirma que sua atuação nunca foi somente técnica, mas também política; fala das pressões que sofreu; explica como se deu a sua convocação para a Presidência do Incra, sua atuação na função e as preocupações do Presidente da República no período; comenta necessidade de possuir articulações políticas enquanto presidente do Incra.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Rita de Cássia Rangel Lacerda
DADOS BIOGRÁFICOS: Chefe da Divisão de Colonização Particular do Departamento de Projetos do Incra. Natural de Santa Maria Madalena (RJ), foi a primeira mulher a se formar agrônoma no país. Especializada em fitopatologia, inicia sua trajetória profissional no Ministério da Agricultura, na seção de Defesa Sanitária Vegetal e, depois, vai para a Seção Técnica de Revenda. Trabalhou por um curto período no Cencra. No Ibra e posteriormente no Incra, atuou na Divisão de Colonização Particular até se aposentar em 1977.

ENTREVISTADOR (ES): Regina Ângela Landim Bruno.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antônio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 17/11/2005
LOCAL: Rio de Janeiro, RJ.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.k7.rila	03 Fitas K7/ 60min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.rila	2h58min	Sim	Fitas reunidas em faixa única em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.rila	43 páginas	Sim	Transcrição digitada e revisada.

DESCRITORES:

Alta Floresta (MT)
Cencra - Centro Nacional de Capacitação em Reforma Agrária (Ibra)
Colonização Particular (Ibra)
Colonização Oficial (Ibra)
Cooperativismo
Cotriguaçu (MT)
Estatuto da Terra
Fusão Ibra-Inda
Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1961)
Governo João Figueiredo (1979-1985)
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Imigração
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
José Francisco de Moura Cavalcanti (presidente do Incra)
MA - Ministério da Agricultura
Mulher
Programa "Regiões Metropolitanas" (Incra)
Projeto de Colonização
Reforma agrária
Sinop (MT)

SUMÁRIO:

Fita 1 Lado a: Apresenta sua trajetória familiar, formação acadêmica e afinidade com a temática agrária; em 1938, torna-se a primeira mulher formada no curso de Agronomia; sua paixão pelos estudos e o alto desempenho marcam toda a sua formação escolar e acadêmica; a dedicação aos estudos favorece sua inserção na vida pública e na luta contra o machismo; especializada em fitopatologia, conquista seu lugar no Ministério da Agricultura, na Seção de Defesa Sanitária Vegetal.

Fita 1 Lado b: Ainda dentro do Ministério, assume a chefia da Seção Técnica de Revenda de Produtos Agropecuários e atende aos pedidos de diversos estados e secretarias; no governo de Juscelino Kubitschek, a Seção de Revenda é transferida para Brasília; todo dinheiro recolhido através das concorrências era direcionado para o Fundo Federal Agropecuário; recusa a exigência de mudar-se para Brasília e opta pela demissão; permanece no Rio de Janeiro com o marido e filhos; é convidada por Wanderbilt Duarte de Barros para trabalhar no Cencra, centro de preparo para o exercício da reforma agrária e aplicação do Estatuto da Terra; trabalhando no Cencra, critica a importação do modelo de reforma agrária para o Brasil e defende um tipo de reforma agrária genuinamente brasileira; acredita que o plano foi lançado em resposta à pressão externa; pouco tempo depois, o presidente do Ibra a convoca para trabalhar na instituição; a entrevistada dedica-se ao estudo sobre reforma agrária, a fim de se situar dentro da instituição; menciona a importância do Decreto Lei n° 582, de 1969 e a Portaria 238 de 1969 do Ministério da Agricultura, que a incumbiu, junto com outro técnico, de articular a unificação do Inda e do Ibra, fundindo os dois órgãos e gerando o Incra.

Fita 2 Lado a: Relembra a ocasião em que foi exonerada e aposentada, algo que considera injusto; reforça a importância de se estudar o Incra a partir do decreto de fusão do Inda e do Ibra; já no Incra, foram criadas duas Divisões: Divisão de Colonização Particular e Divisão de Colonização Oficial; como chefe da Divisão de Colonização Particular; descreve o trabalho de análise e encaminhamento para aprovação dos projetos de colonização propostos pela iniciativa privada; relembra os casos de Alta Floresta, Sinop e Cotriguaçu; nesse período entre 1970 e 1977, comandou também a Seção de Imigração para o Meio Rural; destrincha a estrutura do Incra nos sete anos em que permaneceu no instituto: presidência, Departamento de Cadastros Fundiários, Departamento de Projetos - incluindo as divisões de colonização -, procuradoria geral e superintendências regionais; detalha o processo de colonização de Sinop; ao projeto de colonização era anexado uma norma que estabelecia os critérios para seleção dos colonos; relembra como viajou por todo o país, avalizando os projetos de colonização particular;

Fita 2 Lado b: Menciona que o programa "Regiões Metropolitanas" desenvolvido pelo Incra, adveio dos projetos construídos pelo seu setor; apresenta diversos documentos dos núcleos de colonização particular; elogia os grandes colonizadores particulares, como Ênio Pipino; apresenta alguns planos para formar um escritório particular, mas sem êxito; afirma que o Estatuto da Terra foi a melhor lei inventada, embora fosse inviável; conta sobre sua participação na comissão mista do Acordo de Imigração e Colonização Brasil-Japão; rejeita a política de desapropriação e defende o direito à propriedade; diz ter participado de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização voltados para a temática da reforma agrária.

Fita 3 Lado a: Realiza um grande trabalho de pesquisa sobre os aspectos das políticas de reforma agrária adotadas no mundo, destacadamente na América Latina; a partir de seu amplo levantamento, notou a inexistência de cooperativas de reforma agrária na experiências de outros países; algumas cooperativas de reforma agrária foram implementadas no Brasil, mas logo foram excluídas dos projetos; caso de colonização do atual município de Cotriguaçu, no Mato Grosso; faz avaliação de sua trajetória pessoal e profissional; avalia brevemente a trajetória do Incra; apresenta texto argumentativo no qual expõe a urgência de uma reforma agrária com caráter nacionalista que privilegia a colonização particular e a emancipação dos assentamentos;

Fita 3 Lado b: Continua a leitura do texto atinente à reforma agrária; tece alguns comentários sobre sua atuação no órgão e a relação com os demais companheiros, na maioria das vezes, negativa; apresenta sucessos e fracassos de projetos desenvolvidos no Incra, confirmando o sucesso dos trabalhos de colonização particular.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Rolf Hackbart
DADOS BIOGRÁFICOS: Na época da entrevista, presidente do Incra, cargo que exerceu até abril de 2011. Gaúcho, formado em Economia, Hackbart foi assessor dos movimentos sociais rurais do sul. De 1991 a março de 2000, foi assessor parlamentar da bancada do PT na Câmara dos Deputados. Foi também assessor de Aloísio Mercadante até ser escolhido para a presidência do Incra.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho, Regina Ângela Landim Bruno e Antônio Pompeu Braga.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 18/10/2006.
LOCAL: Brasília, DF
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final: Leonilde Medeiros

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO0	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há		Não	
MP3	Não há		Não	
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.rh3	39 páginas	Sim	Digitadas e revisadas

DESCRITORES:

Agricultura familiar
Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988)
Camp - Centro de Assessoria Multi Profissional
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CUT - Central Única dos Trabalhadores
Deser - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
Educação popular
Governo Lula (2003-2006)
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
Plano Nacional de Capacitação dos Servidores
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (II, 2003)
PT - Partido dos Trabalhadores
Reforma Agrária
Sipam - Sistema de Proteção da Amazônia
Sivam - Sistema de Vigilância da Amazônia

SUMÁRIO:

Rolf Hackbart conta sua história, desde sua origem e sua formação acadêmica até seu envolvimento com a questão agrária e o início da sua vida profissional; fala que participou de movimentos estudantis, num momento de efervescência dos movimentos sociais e foi influenciado pelo ecumenismo; comenta que entrou para a Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul na década de 1980; afirma que participou da fundação do Camp e trabalhou nele por sete anos, prestando assessoria aos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais; narra que, posteriormente, participou da fundação do Deser, que assessorou a CUT Nacional e a Secretaria Agrária do PT; comenta que logo se mudou para Brasília para fazer uma ponte entre o PT e o Parlamento; comenta que iniciou um curso de especialização em Economia e foi confrontado com a distância entre teoria e prática; conta a dificuldade de explicar conceitos como mais valia e agricultura familiar para os trabalhadores rurais; entende que a educação popular exige uma forma de aproximação diferenciada; fala do seu primeiro contato com o marxismo e como utilizou este conhecimento na educação popular; faz observações sobre as mudanças ocorridas nas políticas públicas de reforma agrária, especialmente em termos de estratégia; afirma que participou da Assembleia Constituinte como assessor parlamentar via Secretaria da Agricultura e CUT e relembra os pontos centrais do debate sobre a reforma agrária; expõe o seu dilema em relação à entrada no Incra; fala das vantagens de conhecer a máquina burocrática por dentro e os impasses na implementação de uma nova política pública; critica a política de crédito (Pronaf); fala do programa de habitação para os assentados; destaca o passivo ambiental dos assentamentos e o desafio técnico do Incra para montar um plano de desenvolvimento do assentamento que seja sustentável e rentável; reconhece a importância das parcerias no enfrentamento dos desafios; caracteriza a cultura institucional do Incra; comenta a falta de apoio da imprensa e a dificuldade de fazer uma divulgação nacional do trabalho do Incra; comenta também a perenidade e a localização dos conflitos agrários no país; analisa a discussão sobre a reforma agrária no governo Lula; fala da relação entre reforma agrária e desenvolvimento; observa o baixo número de famílias assentadas no PNRA em relação ao

número de projetos e cadastros; explica o Plano Nacional de Capacitação dos Servidores; destaca a importância da capacitação técnica e da existência de cursos voltados para a temática agrária; fala como o uso da tecnologia, como as disponibilizadas pelo Sipam e do Sivam, ajudou a elaboração dos laudos técnicos; valoriza a forma de conhecimento interdisciplinar necessário para a elaboração de projetos de desenvolvimento; comenta a relação entre o Incra, a CNBB e os partidos políticos; analisa o funcionamento das Superintendências Regionais do Incra e sua relação com os partidos políticos; aponta e comenta os principais gargalos da reforma agrária, entre eles o Poder Judiciário, a legislação e a necessidade de fortalecimento do Incra; fala sobre a relação do MDA com o Incra; por fim, ressalta a importância do resgate da história da instituição para o bom desenvolvimento das políticas públicas agrárias.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Rubens Amaro de Souza
DADOS BIOGRÁFICOS: Datilógrafo do DNI; Assistente Oficial de Administração do Inic; Assistente Oficial de Administração da Supra; Técnico de Administração do Ibra; Chefe de Seção de Assentamento do Ibra; Assessor de Seção de Assentamento do Ibra; Assessor de Seção de Assentamento do Incra; Aposentado pelo Incra.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Rubens Pompeu Braga
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 27/07/2005
LOCAL: Brasília, DF.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.k7.ruam	02 Fitas K7/60min	Sim	Fitas em bom estado físico. Áudio bom, disponível em diferentes suportes.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.ruam	2h05min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.ruam	50 páginas	Sim	Digitada/revisada

DESCRITORES:

Ângela Neves (chefe da Divisão de Assentamento/Incra)
ARA – Associação de Reforma Agrária
Assentado rural
Brasília
Carlos Eduardo da Silveira Nascimento (presidente Incra)
Cláudio Torres da Silva (funcionário Incra)
Colonização fundiária
Colono
Ditadura militar (1964-1985)
DNI – Departamento Nacional de Imigração
Estatuto da Terra
Funai – Fundação Nacional do Índio
Governo Collor (1990-1992)
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
General Henrique Teixeira Lott
Gera – Grupo Executivo da Reforma Agrária
PAD – Projeto de Assentamento Dirigido (Ibra)
PAR – Projeto de Assentamento Rápido (Ibra)
Parceleiro
Paulo de Assis Ribeiro (presidente do Ibra)
PEC – Projeto Especial de Colonização (Ibra)
PIC – Projeto Integrado de Colonização (Ibra)
Projeto de colonização
Reforma agrária
Rondônia
Supra – Superintendência de Política Agrária
Trabalhador rural
Transamazônica
UATP – Unidade Agrária de Trabalho e Produção

SUMÁRIO:

Fita 1 Lado a: Inicia falando sobre como se ligou à questão agrária e sobre cargos assumidos no DNI; comenta formação do Incra; fala sobre períodos de vigência dos órgãos: DNI, Inic, Supra, Ibra; conta que no DNI já trabalhava com colonização; explica como era feita essa colonização, de onde provinham os imigrantes, em que consistia seu trabalho; fala sobre criação do Posto de Imigração do Rio de Janeiro e origem dos trabalhadores; fala sobre ida à Brasília e trabalho realizado; comenta existência de convênio entre Senai e Sesi; fala sobre contato com pessoal desse período; comenta discussão a respeito de colonização no período do Inic; caracteriza significado dado à colonização; fala sobre projetos: locais, quantidade, diferença entre colonização pública e privada; fala sobre mão-de-obra estrangeira que chegava para a colonização, exigência de que fossem famílias e não pessoas solteiras; comenta cargos

ocupados no DNI; explica sua ascensão funcional; fala sobre ambiente de trabalho na Supra, para onde vai em 1960; comenta sobre a primeira vez que ouviu falar em reforma agrária; fala da divisão de funções entre Ibra, Inda e Gera e sobre funções exercidas no Ibra; refere-se à mudanças de nomenclatura (colono/ parceleiro/ assentado); define colono e parceleiro; fala sobre chefia de Ângela Neves na Divisão de Assentamento; fala sobre colega de trabalho Cláudio Torres da Silva, responsável pelo seqüestro do embaixador americano e pela morte de um sargento da Marinha; conta que a arma usada contra o sargento era dele; fala sobre nomenclatura das normas de assentamento, o IC, Identificação e Classificação de Parceleiro.

Fita 1 Lado b: Reafirma que a palavra parceleiro era considerada subversiva; diz que mudança de nomenclaturas ocorreu a partir de 1964; diz que linguagem considerada subversiva vinha da Supra e do Inic; comenta sobre início do Ibra, funções realizadas e porque optou por ficar no Ibra ao invés de no Inda; fala sobre funções exercidas no Ibra e viagens feitas enquanto chefe da Seção de Assentamento; fala sobre pessoal que aparecia nos assentamentos procurando emprego; comenta sobre trabalho de campo feito e assistência médica dada aos colonos dos assentamentos; relata capacitação dada nas delegacias regionais: quais delegacias e o tipo de treinamento; explica o motivo das equipes serem formadas por um homem e uma mulher; conta onde eram feitas as entrevistas com os colonos e sobre capacitação de entrevistadores; comenta sobre áreas desapropriadas por interesse social; fala sobre discussão a respeito do Estatuto da Terra durante capacitação de entrevistadores; fala sobre critérios de pontuação nos projetos, contabilização da força de trabalho infantil e mínimo de pontos para ser qualificado a receber o lote; explica por quais setores passavam as áreas para desapropriação; comenta sobre a presença de militares nos projetos de assentamento; comenta importância dos 12 programas da Metodologia de Assentamento; fala sobre contato com Paulo de Assis Ribeiro; comenta sobre hierarquia interna nos projetos em que trabalhou no Ibra; fala sobre perda de contato atual com as pessoas da equipe; opina sobre Paulo de Assis Ribeiro e sobre o segundo presidente do Ibra, Carlos Eduardo da Silveira; cita situação em que foi criticado politicamente no Jornal da Tribuna e apoio do presidente Carlos Nascimento; fala sobre General Moraes; diz que não se lembra da pessoa que teria sido o interventor no Ibra; comenta sobre intervenção no Ibra; retoma situação vivida com Jornal da Tribuna; fala sobre extinção do Ibra e ida para o Incra; comenta que só foi para Brasília em 1973; fala sobre transferência de bens do Ibra para o Incra; comenta transformação do território de Rondônia em estado e sobre a importância do Incra na criação do estado; cita deputado federal Assis Canuto nesse contexto; menciona atuação de Amir Lando no Incra; diz que quando se aposentou possuía sete carteiras de identidade, porque cada órgão expedia uma nova; comenta aspectos positivos do Ibra ser vinculado à Presidência da República; comenta sobre contratação por CLT em Brasília; cita Hélio Palma Arruda como diretor de projeto.

Fita 2 Lado a: Fala sobre trabalho do diretor de projeto; comenta discussão da questão ambiental na época e sobre presença do tema no Estatuto da Terra; comenta sobre questão política nos investimentos dos projetos; cita atuação do General Morgado nos projetos e sobre trabalho ao lado do Exército; comenta sobre poder de germinação das sementes; comenta criação da Usina de Sete Quedas; fala sobre relacionamento da equipe com pessoal do Exército; comenta sobre a orientação da produção agrícola nos projetos; fala sobre o uso do termo Ibra entre os colonos; fala sobre a Transamazônia: período de realização, tipo de projeto; explica as siglas: PIC, PAD, PEC e PAR, e a diferença entre cada um desses tipos de projetos; explica transferência de colonos e suas famílias nos projetos; diz que trabalhou em todos os tipos de projetos e que o maior número era de PICs; fala sobre retorno pessoal durante trabalho no Incra; comenta sobre vantagens oferecidas pelo Incra aos colonos; fala sobre tentativa de venda

da terra por parte de colonos; diz que havia pessoas organizadas para comprar esses lotes; afirma ausência de valor jurídico da venda dos lotes de terra; fala sobre apoio da Polícia Federal nos projetos e sobre problemas que surgiam, tais como suicídio, ameaça de morte; diz que havia pouca influência de religiões; explica como se davam as criações de igrejas nos projetos; fala sobre atuação da Associação de Reforma Agrária; faz distinção entre a ARA e a UATP; comenta e explica porque nem todos os projetos de colonização deram certo, exemplifica; fala sobre apoio dado de técnicos veteranos aos projetos de colonização; diz que não queria se aposentar e que aprendeu tudo na prática sobre colonização e reforma agrária; diz que não houve preocupação do Incra em criar uma escola de formação em reforma agrária; fala sobre capacitação dada aos jovens em sua chegada ao Incra; comenta sobre concursos públicos para entrada no Incra; fala sobre contratação de jovens através da CLT, sobre capacitação teórica desses jovens e acompanhamento do administrador do projeto.

Fita 2 Lado b: Fala sobre relacionamento entre profissionais de diferentes áreas dentro do Incra; fala sobre importância da integração da equipe; fala sobre articulação entre os departamentos do Ibra e do Incra; fala sobre composição da diretoria de assentamento; explica relacionamento da diretoria de assentamento com a Procuradoria; conta sobre queda de avião vivida em 1985; explica que não criavam projetos em áreas com muita presença de índios; fala sobre trabalho em conjunto com a Funai; explica motivo de ter se aposentado durante o período Collor; explica o que significou a disponibilidade no período Collor e suas consequências; fala sobre sua situação de aposentado e vida pessoal: viagens, esposa, filhos; origem; fala sobre recordações de sua cidade natal e sua saída para estudar no Rio de Janeiro; comenta sobre contato pessoal que possuía com Tancredo Neves; fala sobre seu casamento; comenta sobre como se sente de ter sido funcionário público; fala sobre palestras dadas à universitários; relata visitas atuais que faz ao Incra; diz que sente saudades ao visitar o órgão; opina sobre motivo de a reforma agrária ainda não ter saído; diz que gostaria de ter trabalhado mais tempo; afirma que, por não ter sido político, nunca passou de assessor dentro do órgão.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Sá Martins (Coronel)
DADOS BIOGRÁFICOS: Funcionário do Incra. Trabalhou junto com o presidente Castelo Branco. Assessor do Ministro da Agricultura Ályson Paullineli, no período de 1975 a 1979. Foi coordenador de planejamento do Instituto do Açúcar e do Álcool.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho, Regina Ângela Landim Bruno e Antônio Pompeu
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 09/08/2005
LOCAL: Rio de Janeiro, RJ
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão final: Marcelo Medeiros e Regina Bruno

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO0	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/En. Ml.k7.sama	03 Fitas K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro.
MP3	MSPP/En. Ml.mp3.sama	02h17min	Sim	Fitas 1, 2 e 3 reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/En. Ml.trans.sama	40 páginas	Sim	Digitadas e revisadas.

DESCRITORES:

Agrovila
Assentamento rural
Canavieiros
Colono
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Delfim Neto (Ministro da Agricultura – 1979-1985)
Desapropriação de terra
Ditadura militar (1964-1985)
Estatuto da Lavoura Canavieira
Estatuto da Terra
Fordlândia
Gebam - Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas
Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
Governo João Figueiredo (1979-1985)
Governo Médici (1969-1974)
Governo Sarney (1985-1989)
Guerrilha do Araguaia
Humberto de Alencar Castelo Branco (presidente)
IAA - Instituto do Açúcar e do Álcool
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Igreja Católica
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MA – Ministério da Agricultura
Meaf - Ministério Especial para Assuntos Fundiários
Mirad - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Pacal - Projeto Agro-Canavieiro Abraham Lincoln
Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte e Nordeste
Questão agrária
Reforma agrária
Ribeirinho
Serra do Ramalho (BA)
Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Supra – Superintendência de Política Agrária
Tapajós
Transamazônica
UDR - União Democrática Ruralista

SUMÁRIO:

Entrevistador comenta o momento em que conheceu o entrevistado e alguns aspectos da sua vida profissional; o entrevistado cita um documento que escreveu com suas memórias sobre o Incra; conta como começou a atuar no campo da questão agrária, no início do governo Castelo Branco; cita suas experiências profissionais relacionadas ao tema, lembrando-se de alguns casos específicos em que atuou, como na região amazônica e no Tapajós, buscando sempre mostrar como era a relação do trabalho que desenvolvia com o Incra; avalia as possibilidades de atuação do Incra na reforma agrária ao longo da sua história; cita alguns projetos executados pela autarquia, como os que previam o deslocamento de pessoas (barragem de Sobradinho e projeto Serra do Ramalho); fala da sujeição do Incra, em alguns momentos, a interesses políticos ou regionais; comenta a atuação do Incra, avaliando que a autarquia muitas vezes atuou além da sua competência; lembra-se de algumas dificuldades do trabalho da entidade, como é o caso dos problemas das titulações duvidosas de terras; fala da relação do Incra com outros órgãos do governo; discorre sobre alguns projetos de colonização em estados do norte do país; explica como se deu sua inserção no Ministério da Agricultura, durante o governo Geisel, e como foi o início do seu trabalho nesse órgão; expõe como era a relação do Ministério da Agricultura com o Incra a partir da sua atuação; caracteriza a atuação do Incra e do Ministério da Agricultura no período entre 1975 e 1979; faz uma avaliação sobre as limitações governamentais nos anos 1970 para a realização da reforma agrária; apresenta sua visão sobre a reforma agrária no Brasil; fala sobre como percebe a posição dos grandes proprietários nas questões referentes à reforma agrária; comenta sobre os projetos de colonização, especificamente o deslocamento de pessoas; fala sobre o tratamento dado ao tema reforma agrária no Conselho de Segurança Nacional; conta como foi a transição do trabalho como militar para o trabalho no Ministério e como isso transformou sua atuação; expõe alguns elementos que motivavam seu trabalho; apresenta sua visão do então Ministro da Agricultura, Paullineli; comenta sobre a criação do Meaf, Getat e Gebam; opina sobre a extinção do Incra; diz como interpreta a expressão "militarização da questão agrária", utilizada nos anos 1970; cita alguns casos que revelam como era a sua visão em relação aos movimentos dos trabalhadores rurais, como a Contag, e a relação entre alguns políticos e grandes proprietários de terras; comenta sobre como vê a questão da terra no Brasil, especificamente a concentração da terra, e defende a pequena propriedade; fala novamente sobre os projetos de colonização desenvolvidos no norte do país.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Sebastião Azevedo
DADOS BIOGRÁFICOS: Formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, iniciou no Incra como assessor da Presidência e atuou em diversos cargos de gestão, como assessor da presidência e Procurador Geral do Órgão.

ENTREVISTADOR (ES): Antonio Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 19/10/2005
LOCAL: Brasília, DF.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Revisão Final: Juliana Luiz e Leonilde Medeiros

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO0	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en MI.CD.seaz	Áudio digital	Não	Suporte em bom estado físico. Áudio regular (com ruído).
MP3	MSPP/en MI.mp3.seaz	01h16min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista convertido em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en MI.trans.seaz	18 páginas	Sim	Digitadas e revisadas

DESCRITORES:

Assentamento rural
Assera - Associação dos Servidores da Reforma Agrária
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Desapropriação de terra
FHC - Fernando Henrique Cardoso
Governo Collor (1990-1992)
Governo Lula (2003-2006)
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Novo Mundo Rural
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (I,1985)
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Reforma Agrária de Mercado

SUMÁRIO:

Sebastião Azevedo fala sobre sua formação e sua trajetória no Incra; formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, atuou como advogado da Promotoria em casos relativos a assuntos fundiários e logo foi recrutado para trabalhar no Incra; ocupou diversos cargos de gestão na instituição, desde assessor da Presidência a Procurador Geral; comenta os objetivos da instituição e a mudança na forma de atuação após a redemocratização no Brasil; diz que o PNRA serviu para estabelecer algumas diretrizes políticas e operacionais; fala dos equívocos do Incra devido a falta de experiência do órgão na avaliação de bens para fins de desapropriação; comenta que um grupo de servidores públicos se alinharam com os movimentos sociais, em especial a Contag, a fim de identificar áreas de seleção e prioridades; diz que a Assera-Assincra teve papel relevante na conscientização dos servidores e na aproximação da instituição com os movimentos sociais rurais; fala que o governo Collor fragilizou a instituição; diz que nesse período foi posto em disponibilidade e foi para o Ibama, retornando ao Incra na ocasião do massacre em Carajás; afirma que a criação de um Ministério Extraordinário favoreceu a administração do Incra; comenta a relação do governo de Fernando Henrique Cardoso com a reforma agrária e os movimentos sociais rurais; diz que a Marcha do MST na Esplanada foi o divisor de águas da relação do governo FHC com os movimentos sociais rurais; comenta as ações do governo Lula em relação à política de reforma agrária; fala do Programa Novo Mundo Rural, definido pelo entrevistado como nova forma de pensar e agir em relação a reforma agrária, surge junto à ideia de reforma agrária de mercado; fala da assistência técnica realizada através do Pronaf; comenta os embates entre os movimentos sociais rurais, o Incra e o Banco da Terra; comenta rapidamente a relação entre o Incra e o MDA; diz que as Superintendências Regionais trabalhavam com metas e sofriam pressão dos movimentos sociais rurais; aponta a experiência do trabalho de campo, a capacitação e a remuneração como fatores fundamentais para o trabalho dos servidores; fala que a aliança e o compromisso entre os movimentos sociais e os servidores tornaram a instituição mais forte; elogia a missão do Incra e seu trabalho ao longo dos 35 anos e declara que este está fazendo uma reforma agrária possível.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Sônia Feitosa
DADOS BIOGRÁFICOS: Ingressou no Inic através de concurso público e ocupou diversos cargos na área financeira e administrativa, chegando a assumir o cargo de Diretora Adjunta de Recursos Humanos no Incra; Aposentada pelo Incra.

ENTREVISTADOR (ES): Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, Antonio Rubens Pompeu Braga e Regina Ângela Landim Bruno, contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 19/10/2005
LOCAL: Brasília, DF.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. A entrevista completa – em áudio – foi obtida pela reunião de diferentes suportes (fitas k7 e áudio digital). Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. MI.k7.sofe	03 Fitas K7/ 60min	Não	Fitas em bom estado físico e regular condição sonora.
MP3	MSPP/en. MI.mp3.sofe	02h36min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.sofe	21 páginas	Sim	Digitada e revisada.

DESCRITORES:

Cencra – Centro Nacional de Capacitação em Reforma Agrária
Dasp – Departamento Administrativo do Serviço Público
FAP – Fundo de assistência patronal
Gret – Grupo de Regulamentação do Estatuto da Terra
Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Inic – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
José Francisco de Moura Cavalcanti (presidente Incra)
José Gomes da Silva (presidente Supra)
Mirad – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
Partido Integralista
Paulo Yokota (presidente Incra)
Reforma Administrativa
SSR- Serviço Social Rural
Supra – Superintendência de Política Agrária

SUMÁRIO:

Áudio digital 1: Relembra sua formação e entrada no Inic; diz que foi aprovada no concurso público de nível médio, em 1957; conta que começou a trabalhar no Órgão Pessoal da instituição; diz que o Inic na época era atrelado ao Dasp; comenta participação de filiados do Partido Integralista no Inic; conta que posteriormente trabalhou junto com a diretoria do Inic, mais especificamente com o diretor financeiro; fala que havia interesse de criação de um órgão de classificação de cargos a fim de estruturar a instituição e valorizar o servidor; fala sobre detalhes dos assuntos administrativos da instituição como concursos e nomeações, distribuição de cargos e expediente; fala sobre valorização do servidor na época; comenta sobre seu trabalho no Inic; década de 1960: criação da Supra, reunindo o Serviço Social Rural e o Inic; comenta sobre manutenção dos regimes jurídicos distintos na Supra de acordo com o órgão de origem; conta que Conselho de Administração conseguiu aprovar resoluções importantes a fim de aumentar a remuneração do pessoal e de criar novos cargos e funções.

Fita 1 Lado b: Fala sobre período de existência da Supra (1962-1964) e intervenções políticas no órgão; comenta divisão dos funcionários da Supra entre o Ibra e o Inda; cita atuação de José Gomes da Silva no período junto ao Gret – Grupo de Regulamentação do Estatuto da Terra; fala sobre possibilidade de optar entre ir para o Inda ou para o Ibra; justifica sua escolha; fala sobre seu trabalho junto a Paulo de Assis Ribeiro; comenta a criação do Fundo de Assistência Patronal (FAP): programa assistencial dos servidores; cita nomes de antigos servidores do Ibra; opina sobre importância e funcionamento do boletim do Ibra, que continha os atos e resoluções da instituição; comenta curso que realizou no Cencra – Centro Nacional de Capacitação em Reforma Agrária e sobre os cursos oferecidos aos servidores.

Fita 2 Lado a: Fala sobre criação do Incra pelo decreto-lei n° 1110;; conta como foi organizado o novo quadro de pessoal; diz que neste período estava sendo discutida uma reforma administrativa; comenta construção da Transamazônica no período; cita manual do servidor criado Felipe Santos (Secretário de Pessoal).

Fita 2 Lado b: Fala sobre criação da Fassincra, nova política assistencial e benefícios criados para os servidores; 1984: Incra ganha autonomia administrativa e financeira; conta sobre convite para ir trabalhar junto de Paulo Yokota; conta que chegou a assumir o cargo de Diretora Adjunta de Recursos Humanos no Incra.

Áudio digital 4: Comenta sobre criação do estatuto dos servidores do Incra e comissão de anistia; lembra extinção do Incra em 1987 e acontecimentos posteriores à sua extinção.

Áudio digital 5: Fala sobre sua aposentadoria; conta o que foi a experiência de trabalhar no Incra.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Sylvio Loreto
DADOS BIOGRÁFICOS: Chefe do Setor Técnico de Organizações de Núcleos no Ibra. Formado pela Faculdade de Direito de Recife, trabalhou como professor de Educação Política no Sesi de Recife. Entrou no Serviço Social Rural na década de 1950, como chefe do Setor Técnico. Trabalhou na Supra e no Ibra, tendo sido demitido por perseguição política em 1969.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Rubens Pompeu Braga.
CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre Memória do Incra, realizada entre 2005 e 2006, sob coordenação de Abdias Vilar de Carvalho, tendo Regina Bruno como vice-coordenadora e Antonio Rubens Pompeu Braga e Maria Auxiliadora Carvalho como consultores. Contrato de consultoria MDA/NEAD/REDES no. 206037.
DATA: 08/11/2005.
LOCAL: Recife, PE.
ROTEIRO: ( ) SIM (X) NÃO
OBSERVAÇÕES: A parte documental da pesquisa pode ser consultada em: http://www.virtus.ufpe.br/inicial.php. Degravação e revisão realizada em 2007. Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2013.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo
SETOR: Entrevistas
SÉRIE: Memória Incra

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/en. MI.mp3.sylo	02h17min	Sim	Trechos reunidos em faixa única em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. MI.trans.sylo	27 páginas	Sim	Transcrição digitada e revisada.

DESCRITORES:

Antônio Coelho Malta (agrônomo)
Consciência social
Cooperativismo
Dom Hélder Pessoa Câmara (bispo católico)
DNERu – Departamento Nacional de Endemias Rurais
Desenvolvimento rural
Desenvolvimento social
General Jaú Pires de Castro (Unaica)
Geran – Grupo Executivo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário Desenvolvimento Rural
José Aristóbulo de Castro Fagueiras (agrônomo)
JUC - Juventude Universitária Católica
MEB - Movimento de Educação de Base
Paulo de Assis Ribeiro (presidente do Ibra)
Paulo Freyre (educador)
Processo de desapropriação
Reforma agrária
Repressão Política
SESI – Serviço Social da Indústria
SSR - Serviço Social Rural
Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Unaica – Unidade Agroindustrial de Caxangá
UNE – União Nacional dos Estudantes
Usina Caxangá (Ribeirão, PE)

SUMÁRIO:

Áudio Digital 1: Apresenta os dados da entrevista: data, local, participantes.

Áudio Digital 2: Inicia contando sobre sua formação e o envolvimento com a questão agrária; participou das reuniões e dos debates que ocorriam na UNE e na Faculdade de Direito de Recife; seu engajamento foi motivado pela preocupação com o desenvolvimento do país e da sociedade brasileira, bem como a questão do imperialismo internacional; seu desejo por justiça social foi estimulado pelo convívio com colegas da Juventude Universitária Católica e da Congregação Mariana; o interesse pelo Direito do Trabalho o levou a trabalhar em um programa do Sesi, dando aulas voluntariamente para jovens em uma fábrica de tecidos em Camaragibe; afirma que aprendeu mais dando aulas de Direito do Trabalho na Paróquia de Casa Amarela do que durante os anos de estudo na faculdade; seu gosto pela Sociologia, para além do interesse pelos assuntos jurídicos, resultou na sua inserção no Serviço Social Rural.
Áudio Digital 3: Resume a passagem do SSR para Supra e, em seguida, o surgimento do Ibra e Inda, tendo o entrevistado sido mandado para o Inda, mas conseguiu ir para o Ibra, onde ocupou o cargo de chefe do Setor Técnico de Organizações de Núcleos em Recife, Pernambuco; fala sobre como a criação do Geran influenciou as orientações do Ibra e teve como

consequência o desenvolvimento de duas linhas de pensamento distintas: uma ocupada com o desenvolvimento social no campo e outra ocupada com o fomento agrícola; descreve o trabalho e esforço desenvolvido pelos funcionários do Ibra do Recife dentro da Usina Caxangá; comenta sobre o trabalho articulado com diferentes ideologias políticas, em prol do desenvolvimento do núcleo Caxangá; comenta sobre as diferentes opções políticas dentro do Ibra; remonta um grupo articulado de funcionários do Ibra que discutiam, em sintonia, políticas públicas para reforma agrária: Bencion Tiominy, Vera Jaccoud, Osmar Fávero, etc; menciona alguns casos de perseguição política dentro do Ibra; critica o pensamento social individualista, baseado na economia capitalista e reforça a importância do pensamento cooperativista, coletivo; faz uma leitura de um convite de colação de grau de uma escola formado dentro de Caxangá; descreve experiências locais onde esteve envolvido: Timbaúba, Guararaes, Orós, Itacuruba. Araripina; descreve o sistema de assistência concedido pelo Ibra, associado a outros grupos, durante a inundação do Açude Orós no Ceará, em 1958; explica a importância do Geran para a reforma agrária em Pernambuco; apresenta a relação entre o Ibra e a Sudene como desarticulada; reforça a necessidade de construção de uma mentalidade nas localidades trabalhadas pelo Ibra; aponta as dificuldades de trabalho encontradas na Usina Caxangá como comprovação da falta de vontade política de se promover reforma agrária; em 1969, Sylvio Loreto foi demitido do Ibra em virtude da mudança de orientação da instituição, abriu um escritório de advocacia e, após receber anistia, recuperou seu cargo; fala sobre o MEB e outros movimentos de formação dentro do Serviço Social Rural, que foram fundamentais para criar a consciência de que a população rural é o principal agente da reforma agrária fala sobre o sistema da Escola Radiofônica para educar os alunos e de conscientizá-los sobre a necessidade da reforma agrária; reforça a existência de uma relação afinada entre os funcionários das delegacias e o Ibra; descreve a relação do Ibra com a imprensa; chama atenção para o período da propaganda política, que aliena o cidadão; declara o orgulho do trabalho realizado com a equipe Ibra e lamenta a sua saída da instituição.